Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

www.cisverde.mg.gov.br CNPJ/MF: 02.034.350/0001-02

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO

CIS-VERDE

PROCESSO ADMINIST. N.º 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026
REGISTRO DE PREÇÕS N.º 010/2026

OBJETO: Edital de pregão eletrônico visando o registro de preços futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada em energia renovável, para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída (MMGD) de fonte fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), destinados às unidades consumidoras dos entes participantes do CIS-VERDE, com aplicação do percentual de desconto contratado sobre a base econômica da energia efetivamente compensada, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA (S): Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**)

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Do dia **02/10/2026** ao dia **16/10/2026**

SEÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO: Às **09:00 hrs** do dia **19/10/2026**

ITENS DE PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA: SIM

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br, bem como, no site do Consórcio CIS-VERDE: http://www.cisverde.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Para julgamento, será adotado o critério de **MAIOR DESCONTO**, aplicado sobre a base econômica correspondente à energia elétrica efetivamente compensada nas unidades consumidoras abrangidas, observado o percentual mínimo aceitável de 28,30%, conforme Formação do Preço Estimado – FPE e demais documentos da fase preparatória.

DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Edital publicado, na Associação Mineira de Municípios – AMM, no Jornal de Grande Circulação (O Tempo), no site oficial do Consórcio **CIS-VERDE** - **http://www.cisverde.mg.gov.br**, no Diário Oficial do Consórcio, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**), nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021.

Este edital estará à disposição, podendo ser acessado pelos interessados, pelo no site oficial do Consórcio **CIS-VERDE** - **http://www.cisverde.mg.gov.br**, na Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021.

Toda e qualquer informação, solicitação de esclarecimento ou comunicação referente ao processo licitatório deverá ser feita **EXCLUSIVAMENTE** em campo específico da Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**), ressalta-se que acarretará a rejeição de pedidos e comunicações feitos por diversos meios, de acordo com os termos deste edital.

Carangola, 01 de outubro de 2026.

Assinado digitalmente por:
ALLAN LINHARES DO NASCIMENTO:08756710631
ICP-BRASIL / MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Allan Linhares do Nascimento- Agente de Contratação
Portaria nº 001, de 30/09/2026
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

SUMÁRIO

CAPA 1
DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 1
DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA 1
SUMÁRIO 2
PREÂMBULO 3
SEÇÃO I - DO OBJETO 3
SEÇÃO II – DA VINCULAÇÃO 3
SEÇÃO III – DO PREGÃO ELETRÔNICO 3
SEÇÃO IV – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 3
SEÇÃO V - PEDIDO (S) DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO AO EDITAL 5
SEÇÃO VI – DO CREDENCIAMENTO 6
SEÇÃO VII – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ME, EPP E EQUIPARADAS 7
SEÇÃO VIII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA 8
SEÇÃO IX – DA SESSÃO PÚBLICA 10
SEÇÃO X – DA MODO DE DISPUTA 11
SEÇÃO XI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES 11
SEÇÃO XII – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO 15
SEÇÃO XIII – DO (S) RECURSO (S) 16
SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 17
SEÇÃO XV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 17
SEÇÃO XVI – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES 18
SEÇÃO XVII – DAS PUBLICAÇÕES 18
SEÇÃO XVIII – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL 18
SEÇÃO XIX – DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS 19
SEÇÃO XX – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO 19
SEÇÃO XXI – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO 19
SEÇÃO XXII – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 19
SEÇÃO XXIII – DA SUBCONTRATAÇÃO 20
SEÇÃO XXIV – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20
SEÇÃO XXV – DO PAGAMENTO 20
SEÇÃO XXVI – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 21
SEÇÃO XXVII – DA REABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA 21
SEÇÃO XXVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 21
SEÇÃO XXIX – DO FORO 22
SEÇÃO XXXI – DO FORO 0
ANEXO I – ETP 0
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA 0
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA 0
ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA 0
ANEXO V – MINUTA DE ARP 0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

PREÂMBULO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, por meio de seu presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, adotando-se como critério de julgamento o **MAIOR DESCONTO**, conduzido no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, nos termos da **Lei n.º 14.133, de 01/04/2021, no Decreto Federal n.º 11.462, de 31/03/2023, no Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019, Decreto e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05/08/2022**, bem como demais normas aplicáveis à espécie, **observando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos**.

SEÇÃO I – DO OBJETO[1]

1.1 Edital de pregão eletrônico visando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada em energia renovável, para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída (MMGD) de fonte fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), destinados às unidades consumidoras dos entes participantes do CIS-VERDE, com aplicação do percentual de desconto contratado sobre a base econômica da energia efetivamente compensada, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

1.2 **Subseção I.1 – OUTRAS ESPECIFICAÇÕES E PREÇO DE REFERÊNCIA**

1.3 O licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar proposta comercial cujo desconto seja **igual ou superior a porcentagem de referência**, não sendo admitidas propostas com valores superiores ao preço máximo fixado neste edital. O descumprimento dessa exigência acarretará a **rejeição da proposta e sua consequente desclassificação do certame**, nos termos deste instrumento convocatório.

1.4 O **preço de referência foi estabelecido com base em pesquisa de mercado atualizada, observados os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade**, e representa o custo estimado para a adequada execução do objeto, conforme detalhado no **Termo de Referência – Anexo I** deste edital.

1.5 Todos os valores estimados, quantitativos, e demais especificações técnicas, prazos de execução, condições contratuais e **demais informações relevantes estão integralmente descritos no Termo de Referência (Anexo II), bem como nos demais anexos que integram este edital** para todos os fins de direito.

SEÇÃO II – DA VINCULAÇÃO

2.1 Nos Termos da Lei 14.133/2021, fica ratificada a vinculação ao presente Edital, compreendendo não apenas as suas disposições textuais, mas também os anexos, onde são incluídas especificações técnicas, critérios de julgamento e demais informações relevantes para a participação no certame assim, como a devida execução do objeto licitado. Outrossim, vinculam-se a este Edital, independente de transcrição:

- ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II - Termo de Referência
- ANEXO III – Modelo de Carta Proposta
- ANEXO IV - Declaração Unificada
- ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços
- ANEXO VI- Minuta de Contrato Administrativo

SEÇÃO III – DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços **ANEXO V**, deste edital.

SEÇÃO IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

[1] Art. 7º, inciso I, do Decreto n.º 11.878, de 09/01/2024.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

4.1 A participação no presente edital será feita mediante apresentação de proposta por prestador atuante no objeto em questão e que não se enquadre em situações legais ou impeditivas por sanção de contratar com o Poder Público.

4.2 Poderão participar deste pregão de licitação pessoas **JURÍDICAS** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto em referência, devendo estar **previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** e com envio de proposta **EXCLUSIVAMENTE** pelo Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**), e atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizado

4.5 A empresa participante será responsável pelo uso da senha, e por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.6 A **vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica** na medida em que as **aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas**, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeiras, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

4.7 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.8 **NÃO SERÁ ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:**

4.8.1 Suspensas ou impedidas de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;

4.8.2 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente[2]:

I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa

[2] Art. 14, da Lei 14.133/21.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

proibição constar expressamente do edital de licitação;23/09/2023, 13:51 L14133 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm 11/74.

V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do ***caput*** deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do ***caput*** deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

SEÇÃO V - PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido, através da Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**), **em até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

I- Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

II- A petição deverá ser assinada pela (o) impugnante, acompanhado de cópia de documento de identificação se pessoa física, ou no caso de pessoa jurídica, deverá ter a indicação da razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado com cópia do documento de identificação do representante legal, com cópia do instrumento que lhe outorgou poderes, seja, pelo contrato social, se sócio, ou procuração, se procurador, devendo para tanto estar com firma reconhecida em cartório).

III- O prazo para questionamentos será o tempo estipulado para a apresentação de propostas. Nesses termos, haverá a preclusão de atos posteriores, quando não mais poderão ser praticados, devendo ser considerados atos posteriores como incompatíveis com o já realizado.

5.2 A resposta à impugnação ou pedido de esclarecimento será divulgada pelo pregoeiro em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, **na forma do parágrafo único do art. 164, da Lei n°. 14.133/2021**.

I- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

5.3 Caso o pedido de esclarecimentos ou a impugnação sejam recebidos fora do período estipulado neste edital, os mesmos serão registrados como mera informação, não tendo o Agente de Contratação e a equipe de apoio nenhuma obrigação de respondê-los, podendo caso a dúvida ou alegação seja relevante, analisar o mérito e emitir comunicado sobre a

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

matéria em campo específico de comunicações aos licitantes na plataforma, bem como encaminhar a manifestação para avaliação da Autoridade competente.

I- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.4 Ressalta-se, que este Edital prevê, minuciosamente, o procedimento a ser observado pelo (a) licitante, atendendo as dúvidas de caráter técnico legal na interpretação de seus termos. **A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições, nos termos do ordenamento jurídico vigente, implica na sua aceitação automática, integral e irretratável**, motivo por que, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do edital.

SEÇÃO VI – DO CREDENCIAMENTO (EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO)

6.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

6.2 O (s) licitante (s) e/ou seu (s) representante (s) legal deverá (ão) **estar previamente credenciado (s)** junto ao órgão provedor, **no prazo de até 1 (uma) hora antes da realização do Pregão**, não podendo, em hipótese alguma, pessoa (física ou jurídica), mesmo que credenciada por processo legal, representar mais de uma empresa junto ao site**: www.licitardigital.com.br**.

6.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital **(www.licitardigital.com.br)**

6.4 A licitante deverá credenciar-se **EXCLUSIVAMENTE** pelo sistema **"Pregão Eletrônico"**, no sítio **www.licitardigital.com.br**, para acesso ao sistema eletrônico observado o seguinte:

6.4.1 O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, observado que a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

6.4.2 O licitante encaminhará, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.4.3 **O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.**

6.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7 A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.8 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que estou ciente de toda a legislação que rege o presente edital, incluindo a Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 043/2023 de 31 de dezembro de 2023, e a Resolução nº 046/2025 de 14 de março de 2025.
( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
( ) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.

6.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

SEÇÃO VII – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO AS "MEs" E "EPPs E EQUIPARADAS"[3]

7.1 As Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que forem elegíveis e requerer os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, **DEVERÃO ENTREGAR, INDEPENDENTE DOS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA HABILITAÇÃO**:

7.1.1 Quando optante pelo **SIMPLES NACIONAL**: Comprovação da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, ou apresentação da **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, em caso de **ME – EPP e MEI**, vigente e **No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA À ME OU EPP**, deverá comprovar de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

7.1.2 A não apresentação implica na **RENÚNCIA** ao direito de aplicação da Lei Complementar.

7.1.3 Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2.006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.[4]

7.1.4 A microempresa – ME e empresa de pequeno porte – EPP, definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; **DEVERÁ APRESENTAR** toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal**, nos termos do art. 43, § 1°, da LC n°. 123/2006.

I- Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, e apresentado a certidão do item 31, **será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a **ME** ou **EPP** for declarada habilitada no certame, prorrogáveis por igual período,

[3] Arts. 42 à 49 da LC n°. 123, de 14/12/2006
[4] Portal da Transferência do Governo Federal, Seção "Despesas Diretos do Governo – Favorecido (pessoa Físicas, em presas e outros).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

a critério da Comissão, para regularização da Documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

§1º A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Setor de Licitações.

§2º **A não regularização da documentação**, no prazo previsto neste item, **implicará na inabilitação da ME ou EPP**.

7.1.5 Sociedade **cooperativa equiparada à ME ou EPP** por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

7.1.6 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

SEÇÃO VIII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.1 A falsidade da declaração de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.4 O prestador enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.4.2 A falsidade da declaração de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

8.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

8.8 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.11 **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.11.1 **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

8.11.2 **A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.**

8.11.3 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I- Valor unitário ou Desconto... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ... (anual, total) do item; Marca e Fabricante e quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo e máximo quanto estipulado.

II- O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo maior ao máximo previsto para contratação.

III- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

IV- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

V- O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

8.12 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.12.1 No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

8.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.14 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

8.15 A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, quando os serviços prestados forem com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

8.16 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.17 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.18 Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

8.18.1 A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

8.18.2 Também não serão aceitas propostas que prevejam, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos orçados pela administração, referentes aos seguintes benefícios de natureza trabalhista e/ou social.

8.18.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.1 CASO DE EMPATE[5]

8.1.1 O critério de desempate será aqueles estabelecidos no art. 60, § 1°, incisos II, III e IV da Lei n.º 14.133/2021.

8.2 DO JULGAMENTO[6]

8.2.1 Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.2.2 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.2.3 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

SEÇÃO IX – DA SEÇÃO PÚBLICA

9.1 A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio Plataforma de Licitações do Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**), sendo que durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá **EXCLUSIVAMENTE** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, cabe à **licitante** acompanhar as operações no

[5] Art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021.
[6] Art. 59, da Lei nº 14.133, de 2021.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.2 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc).

9.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

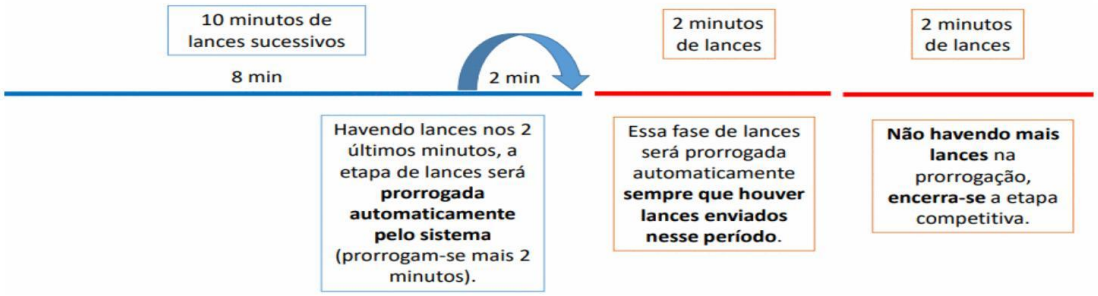
9.6 Iniciada a Seção o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

SEÇÃO X – MODO DE DISPUTA

10.1 **O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.**

10.1.1 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.1.2 Os lances devem ser dados no prazo de 10 minutos. Haverá uma prorrogação automática quando um novo lance for dado nos últimos 2 minutos. Essa prorrogação será sucessiva e sempre de 2 minutos cada uma, até que o tempo se esvaia sem apresentação de um novo lance (art. 23, IN 73).



SEÇÃO XI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

11.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

11.3 A escolha da proposta mais vantajosa será de acordo com a vantajosidade e o menor preço ofertado e atendido os requisitos do Edital e seus anexos;

11.4 O julgamento será realizado pelo critério de **MAIOR DESCONTO**;

11.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

11.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7 O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

11.8 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.9 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.15 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

11.16 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão

11.17 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

11.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.19 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8.538, de 2015).

11.20 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

11.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.22 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

11.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.25 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.26 **DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL AJUSTADA**

11.26.1 Para mitigar riscos relacionados à perda de prazos e assegurar a fluidez dos procedimentos, recomenda-se que, **independentemente do aviso formal pelo sistema, a licitante provisoriamente vencedora envie sua proposta final realinhada conjuntamente com a documentação de habilitação**, observando-se, contudo, que **não será concedido novo prazo ou oportunidade para apresentação posterior da proposta final ajustada**, ante o **prévio aviso, ciência inequívoca e aceitação das regras estabelecidas neste instrumento convocatório.**

I- Com a finalidade de **agilizar os trabalhos e assegurar a celeridade processual**, fica desde já estabelecido que a licitante deverá apresentar sua **proposta final ajustada, já contemplando os valores resultantes da fase de lances**, no prazo máximo de **até 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, realizada por meio da plataforma do Plataforma de Licitações "**LICITAR DIGITAL**" (**www.licitardigital.com.br**).

II- A empresa que, ao término da etapa de lances, **não apresentar a proposta final ajustada/readequada/realinhada no prazo estabelecido de 2 (duas) horas, contadas da solicitação do pregoeiro pela plataforma**, será **automaticamente desclassificada**, **sendo, então, convocada a licitante classificada na sequência**, sem que assista à primeira o direito de interposição de recurso, uma vez que as condições aqui previstas foram **prévia e expressamente estabelecidas neste edital**.

SEÇÃO XII – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021 bem como legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2 Será verificado o cumprimento das condições de participação, especialmente se há alguma sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação. A verificação será realizada por meio de consulta aos cadastros de inadimplência e sanções previstas na legislação.

12.3 **Os documentos exigidos para habilitação concomitante com a proposta ajustada ao lance final após fase de lances, deverão ser enviados pelo licitante melhor classificado após a fase de lances, por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, em formato digital, no PRAZO DE ATÉ 2 (DUAS) HORAS, contado da solicitação formal do Pregoeiro ou Equipe de Apoio pelo Plataforma de Licitações "LICITAR DIGITAL" (www.licitardigital.com.br), podendo ser prorrogada, por determinação do pregoeiro.**

12.4 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.6 **Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação**, o Pregoeiro e a equipe de apoio, examinará os documentos da empresa subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de forma que atenda ao presente edital.

12.7 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de análise de documentos de habilitação.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE Página 244
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

12.8 Será analisada em primeira análise somente os documentos de habilitação da empresa melhor classificada após concluída a etapa de lances;

12.9 **Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

12.9.1 SICAF;

12.9.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (**www.portaldatransparencia.gov.br/**);

12.9.3 Registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link https://certidoes.cgu.gov.br/ em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;

12.9.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (**www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php**).

I- A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

II- A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

III- A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

IV- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação;

12.10 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação, nos termos da Lei n°. 14.133/2021:

12.10.1 Habilitação Jurídica (art. 66, da lei n°. 14.133/2021);

12.10.2 Habilitação Técnica (art. 67, da lei n°. 14.133/2021);

12.10.3 Habilitação Fiscal, social e trabalhista (art. 68, da lei n°. 14.133/2021); e

12.10.4 Habilitação Econômico-financeira (art. 69, da lei n°. 14.133/2021);

12.11 **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ESTÃO PORMENORIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II DESTE EDITAL (SEÇÃO VIII – DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, SUBSEÇÃO VIII.1 – DOCUMENTOS HABILITA TÓRIOS)**;

12.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.13 Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

12.14 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

12.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

SEÇÃO XIII – DO (S) RECURSO (S)[7]

13.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de eventual microempresa ou empresa de pequeno porte ou assemelhadas, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minuto**s, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para admissibilidade do recurso.

13.2.1 Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3 Uma vez **admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, **intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente**, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

I- A petição deverá ser assinada pelo recorrente, devendo conter a indicação de sua razão social, n°. do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social se sócio e contrato social e procuração se procurador, somente procuração se pública).

13.3 Os autos deste procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Consórcio.

13.4 Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.

13.5 Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:

13.5.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

13.5.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão; ou

13.5.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.

SEÇÃO XIV– DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos nos recursos administrativos, uma vez, inexistindo manifestação recursal ou decidida os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n°. 14.133, de 2021;

14.2 Em havendo recurso, o Agente de Contratação receberá, analisará e encaminhará à autoridade superior, se for o caso, nos moldes do art. 165 da Lei n°. 14.133/2021;

14.3 A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

SEÇÃO XV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO[8]

15.1 Homologado o procedimento licitatório, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato Administrativo (**Modelo Anexo IV**) em até 05 (cinco) dias a contar da data em que for convocada para firmar o Contrato Administrativo, que terá as condições, obrigações e responsabilidades das partes decorrentes deste procedimento licitatório. A convocação será feita mediante correspondência eletrônica (e-mail).

[7] Arts: de 165 a 168, da Lei n. 14.133/21.
[8] Art. 6°, inciso XXIII, "d", da Lei n°. 14.133/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

15.2 No caso de o Proponente vencedor possuir assinatura digital certificada, será enviado o Contrato via correspondência eletrônica, a qual deve ser respondida com o documento assinado digitalmente, no prazo estipulado.

15.3 A proponente vencedora que, convocada para assinar o Contrato Administrativo, e não o fizer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem motivação e/ou justificativa aceita pela administração, decairá do direito à contratação e ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na forma do artigo 90 da Lei n°. 14.133/2021, assim como a indenização por perdas e danos à Administração e demais cominações legais pertinentes.

15.4 Na hipótese de ocorrência da situação indicada neste item, será convocado proponente remanescente, observada a ordem de classificação, para celebração do Contrato, e assim sucessivamente.

15.5 Os documentos referentes à regularidade Fiscal e Trabalhista, nos termos da Lei n° 14.133/21, poderão ser requeridos sua apresentação para liquidação e liberação de pagamento.

SEÇÃO XVI - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES[9]

16.1 **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

16.1.1 A contrata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

16.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).

16.1.3 A **CONTRATADA** deverá prestar o(s) serviços(s) listado em estrita conformidade com as determinações descritas neste termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexos, assumindo inteira reponsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou indiretamente, ao contratante ou a terceiros, respondendo por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham a ser causados a **CONTRATADA** ou a terceiros, durante fornecimento do objeto, inclusive pelos atos praticados pelo seu funcionário, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Consórcio.

16.1.4 Os prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CONTRATANTE**, em decorrência do cumprimento deste instrumento contratual, deverão ser integralmente ressarcidos pela **CONTRATADA**, independentemente do momento em que venham a ocorrer. O ressarcimento poderá ser efetuado mediante a adoção das seguintes providências:

(i) dedução dos valores devidos à **CONTRATADA**
(ii) execução da garantia contratual prestada, ou
(iii) por meio das medidas judiciais cabíveis.

16.1.5 A **CONTRATADA** reconhece, por este instrumento, sua plena responsabilidade pelos danos ou prejuízos que possam ser causados ao **CONTRATANTE**, a terceiros, a bens ou propriedades, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste contrato de pregão de eletrônico. Tal responsabilidade abrange atos praticados pela própria **CONTRATADA**, seus prepostos, funcionários ou quaisquer pessoas por ela autorizadas a atuar ou permanecer no local de fornecimento dos serviços. A responsabilidade da **CONTRATADA** não será excluída ou mitigada em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizados pelo **CONTRATANTE**.

16.2 **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**:

16.2.1 O Regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei n°. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.

16.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a

[9] Art. 92, e demais dispositivos da Lei n°. 14.133/2021.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

CONTRATADA possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexo;

16.2.3 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2.4 Proporcionar todas as condições para que a empresa a ser contratada possa fornecer os itens de acordo com as determinações deste Termo de Referência;

16.2.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2.6 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

16.2.7 Notificar a empresa a ser contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos serviços, fixando prazo para a sua correção

16.2.8 Pagar à empresa a ser contratada somente pelos serviços utilizados, na forma deste Termo de Referência;

16.2.9 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.2.10 Não permitir que os empregados da empresa a ser contratada executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas neste termo de referência.

16.3 **Subseção XV.1 – DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO**[10]

15.3.1 Demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

SEÇÃO XVII – DAS PUBLICAÇÕES

17.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2 Nos termos do art. 94, da Lei n° 14.133/21, a divulgação no PNCP deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

17.2.1 20 (vinte) dias úteis, nos casos de licitação;

17.2.2 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta;

17.2.3 Os contratos celebrados em casos de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura, devendo ser publicados nos termos dos incisos I e II, *caput*, do art. 94, da Lei n° 14.133/21.

17.2.4 No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados (Art. 94, §3º, da Lei n° 14.133/21).

17.2.5 A contratada deverá divulgar em seu sítio eletrônico e manter à disposição do público, no prazo previsto nos incisos I e II do *caput* do art. 94, o inteiro teor dos contratos de que trata a Lei de Licitações e seus aditamentos.

SEÇÃO XVIII – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

18.1 **O Contrato Administrativo celebrado vigorará por um período de 12 (doze) meses na forma do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021**, com sua vigência **a partir da assinatura do contrato,** podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos por acordo entre as partes, nos termos do artigo 106, c/c o art. 107, da Lei n° 14.133, de 2021.

[10] Art. 6º, inciso XXIII, alínea "e", da Lei n°. 14.133/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

18.2 A prorrogação do contrato administrativo está condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

18.2.1 Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;

18.2.2 Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

18.2.3 Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;

18.2.4 Deve estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento dos serviços tem natureza continuada, bem como tenha informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.

18.3 A prorrogação de contrato poderá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, ressaltando-se que a **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

18.4 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos, ou eliminados, como condição para a renovação.

18.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, obtiver até 3 (três) advertências formais de pôr irregularidade no curso do contrato, observadas as abrangências de aplicação.

18.6 Sujeitando-se o **CONTRATADO** ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

18.7 O presente instrumento contratual terá eficácia a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

SEÇÃO XIX – DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

19.1 A repactuação dos preços, deverá obedecer a **Cláusula Décima segunda** da minuta contratual (Anexo V deste edital), conforme determinado na Seção II deste edital.

SEÇÃO XX – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO[11]

20.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada** nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as condições expostas no inciso I e seguintes do artigo 137, da Lei n°. 14.133 de 01/04/2021.

20.2 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.3 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

20.4 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público (Art. 147, da L. n°. 14.133/2021).

SEÇÃO XXI – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO[12]

21.1 O objeto do contrato será recebido:

21.1.1 Em se tratando de obras e serviços: Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

I- Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que com prove o atendimento das exigências contratuais;

21.2 Será recebido nos termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

[11] Arts. 37, 38 e 39, todos da L. n°. 14.133/2021.
[12] Art. 140, da L. n°. 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

SEÇÃO XXII – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1 A autorização de execução do objeto, será em até 5 (cinco) dias a partir da assinatura do Termo de Contrato.

22.2 O cumprimento do estabelecido neste instrumento, ou a confirmação da execução do objeto, serão fiscalizados pelo Consórcio, por intermédio de seu representante (servidor habilitado) que exercerá o cumprimento do acordo decorrente deste processo licitatório, observando toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, na forma do art. 117, da Lei n°. 14.133/2021.

22.3 A unidade Gestora do Contrato, bem como sua fiscalização, do contrato será investida de plenos poderes para registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades que forem apontadas. A rejeição no todo ou parte do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo fixado.

22.4 O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinentes, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto n°. 11.246/2022, respeitada as condições estabelecidas no Edital.

22.5 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).

22.6 O Fiscal do Contrato acompanhará a execução/entrega do objeto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações e apresentação de documentos fiscais, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações.

22.7 Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante termo detalhado, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, notificará a contratada, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.

22.8 O aceite da prestação de serviços será efetivado tomando como base critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

22.9 O **CIS-VERDE** poderá auditar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste contrato, inclusive verificando a efetiva realização dos serviços.

22.10A **CONTRATADA** proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o **CIS-VERDE** designar para exercer a ação auditora que lhe é facultada.

22.11A auditoria de que trata esta "Cláusula" terá por objeto, notadamente, as condições para fornecimento dos serviços, bem como o controle "a posteriori" da assistência prestada, cabendo exclusivamente à **CONTRATADA** integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial. Assim, a faculdade de tal auditoria, mesmo quando exercida, não elide nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais tem como responsabilidade do **CONSÓRCIO**.

SEÇÃO XXIII – DA SUBCONTRATAÇÃO[13]

23.1 As hipóteses subcontratação está prevista na Seção XI, do TR, nos termos da Seção II deste edital.

SEÇÃO XXIV – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA[14]

24.1 O recurso financeiro está previsto na Seção IX, do TR (Anexo II), nos termos da Seção II deste edital)

SEÇÃO XXV – DO PAGAMENTO[15]

[13] Art. 122, da Lei n.º 14.133/21.
[14] Art. 6º, inciso XXIII, alínea "j", da Lei n°. 14.133/2021
[15] Art. 6º, inciso XXIII, alínea "g" e artigo 141, da Lei n°. 14.133/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

25.1 **O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal, bem como do aceite do objeto pelo fiscal do contrato, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Consórcio. Caso ocorra algum fato ou irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, respeitado as regras estabelecidas neste termo, edital e anexos.**

25.1.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, conforme as seguintes etapas:

25.1.2 **ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:** O órgão público responsável pela contratação verifica se os serviços foram devidamente executados conforme o contrato e as especificações técnicas. Se concordarem, é emitido um aceite formal – emissão da NAF, autorizando a emissão da nota fiscal eletrônica.

25.1.3 **EMISSÃO DA NOTA FISCAL OU FATURA**: Após a prestação dos serviços e do aceite pela administração, a contratada emitirá uma nota fiscal ou fatura, detalhando os serviços prestados, quantidades, valores e demais informações pertinentes.

25.1.4 O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o endereço de e-mail oficial do Contratante.

25.1.5 **PROCESSO DE PAGAMENTO**: Com base na nota fiscal ou fatura e no aceite dos serviços, o órgão público inicia o processo de pagamento. O que envolve a elaboração da liquidação da despesa, autorização de pagamento e demais trâmites administrativos internos.

25.1.6 **OBSERVAÇÃO**: será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas *condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei N°. 14.133/2021.*

25.1.7 **EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO**: Após a conclusão do processo de pagamento, o órgão público realiza a transferência dos recursos financeiros para a empresa contratada, conforme os prazos estabelecidos neste contrato de até 30 dias da emissão da NAF e considerada a emissão da nota fiscal.

25.1.8 **DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE** - *Arts. 68, da Lei n°. 14.133/2021.* Documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista que devem ser apresentados para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos.

25.1.9 **DOS VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, SERÃO ABATIDOS, NA FONTE, OS TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NA FORMA DA LEI.**

I- Caso a **CONTRATADA** goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

II- Poderá o **CONTRATANTE**, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

III- A **CONTRATADA** poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

IV- Caso a **CONTRATADA** não apresente a impugnação, ou caso o **CONTRATANTE** não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

V- Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, da Lei n.º 14.133/21).

SEÇÃO XXVI – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS[16]

27.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I a XII do artigo 155, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

[16] *Art. 155, da Lei n°. 14.133/2021*

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

27.2 A **CONTRATADA** ficará sujeita pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas neste Edital, assim como seus demais anexos, às penalidades de **ADVERTÊNCIA**, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, **MULTA COMPENSATÓRIO-MORATÓRIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, com base no art. 156, § 4° e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021 **EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**, nos termos, arts. 37, 38 e 39, todos da L. n°. 14.133/2021, observada as pactuações do contrato administrativo - sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

27.3 As infrações e sanções administrativas pormenorizadas, constam da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, ANEXO VI**, deste instrumento convocatório.

SEÇÃO XXVII - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

28.1 Será reaberta a sessão nas hipóteses de provimento de recursos que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

28.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43. §1º da LC nº 123/06, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

28.3 Nestas hipóteses de anulação, todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

SEÇÃO XXVIII – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ANEXO V**, deste instrumento convocatório.

SEÇÃO XXIX – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

30.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

30.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

30.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

30.1.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

30.1.4 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

30.1.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

30.1.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

30.1.7 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

30.1.8 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

30.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

30.3.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

30.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XXX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

31.1.1 Documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados ou subentendidos como dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do certame, com exceção do atestado de capacidade técnica.

31.1.2 Fica assegurado ao Consórcio o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes e sendo devidamente justificada na forma da legislação vigente.

31.1.3 Esta dispensa de licitação poderá ter a data de abertura da seção pública transferida por conveniência do Consórcio, sem prejuízo dos prazos mínimos de apresentação de propostas e lances, dispostos no art. 55, da Lei n°. 14.133/2021, assim como ser revogado por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

31.1.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.1.5 Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação (Art. 151, da Lei n.º 14.133, de 2021).

31.1.6 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

31.1.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.1.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital

SEÇÃO XXXI - DO FORO

31.1 Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Carangola 01 de outubro de 2026.

_____
Allan Linhares do Nascimento-Agente de Contratação
Portaria nº 001, de 30/09/2026
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

DE: SECRETÁRIO EXECUTIVO
PARA: PRESIDENTE DO CONSÓRCIO
DATA: 24/08/2026
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ANDAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

O presente Documento de Formalização da Demanda – DFD constitui instrumento de formalização da necessidade administrativa que dá origem ao presente processo de contratação, tendo por finalidade identificar e justificar a demanda, delimitar o problema a ser solucionado, evidenciar o interesse público envolvido e demonstrar seu alinhamento ao planejamento institucional do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário – CIS-VERDE.

O documento integra a fase de planejamento da contratação e servirá de subsídio à elaboração dos estudos e documentos subsequentes, especialmente o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência – TR, observando-se o disposto nos arts. 12, inciso VII, e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os regulamentos e procedimentos internos aplicáveis ao CIS-VERDE.

Por meio do DFD, a área requisitante formaliza e caracteriza a necessidade administrativa, permitindo a adequada rastreabilidade da demanda e o planejamento das providências necessárias à contratação, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

I - OBJETO

Solicitação de autorização a autoridade superior para abertura de processo administrativo, visando a futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada em energia renovável, para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída (MMGD) de fonte fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), destinados às unidades consumidoras dos entes participantes do CIS-VERDE, com aplicação do percentual de desconto contratado sobre a base econômica da energia efetivamente compensada, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

I.1 - RESUMO DOS ITENS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO
1	% DE DESCONTO	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (SGD), POR MINI GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE FONTE FOTOVOLTAICA.

MUNICÍPIO	CONSUMO KWH/MÊS
CARANGOLA	71.000 kWh/mês
FARIA LEMOS	19.074 kWh/mês
PEDRA BONITA	17.500 kWh/mês

A demanda pelo serviço em questão apresenta caráter variável, em razão das particularidades de consumo de energia elétrica das unidades consumidoras dos municípios consorciados. Não obstante, os quantitativos estimados foram definidos com base nos relatórios consolidados de consumo enviados pelos municípios em questão, integrantes do Consórcio.

II - NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Da necessidade da contratação:

A presente contratação decorre da necessidade de adoção de medidas voltadas à otimização dos gastos públicos e à promoção da eficiência administrativa, especialmente no que se refere às despesas com energia elétrica, que representam parcela relevante dos custos operacionais dos órgãos e entidades participantes da futura contratação.

Nos últimos anos, o setor elétrico brasileiro tem registrado sucessivos reajustes tarifários, influenciados por fatores como custos de geração, transmissão e distribuição de energia, encargos setoriais, tributos e variações hidrológicas, resultando em aumento contínuo das despesas suportadas pela Administração Pública. Tal cenário impõe aos gestores públicos o dever de buscar soluções capazes de proporcionar maior economicidade, previsibilidade orçamentária e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Nesse contexto, a utilização de sistemas de Geração Distribuída (GD), especialmente por meio da fonte solar fotovoltaica, consolidou-se como uma das alternativas mais eficientes e sustentáveis para redução dos custos com energia elétrica. O modelo permite a compensação de créditos de energia gerados por usinas fotovoltaicas junto às unidades consumidoras beneficiárias, nos termos da legislação vigente do setor elétrico, possibilitando significativa redução dos valores pagos mensalmente às concessionárias distribuidoras de energia.

A contratação de empresa especializada para locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), por minigeração de energia elétrica proveniente de fonte solar fotovoltaica, apresenta-se como solução vantajosa por dispensar a necessidade de elevados investimentos iniciais para implantação de usinas próprias, aquisição de equipamentos, elaboração de projetos, obtenção de licenças, manutenção especializada e gestão operacional do sistema. Dessa forma, transfere-se à contratada a responsabilidade pela disponibilização da infraestrutura necessária à geração da energia e à correspondente compensação dos créditos energéticos, permitindo que a Administração usufrua dos benefícios econômicos do modelo sem a imobilização de recursos públicos.

Além dos ganhos financeiros, a contratação encontra respaldo nas diretrizes nacionais de incentivo à utilização de fontes renováveis de energia, contribuindo para a promoção da sustentabilidade ambiental, redução indireta da emissão de gases de efeito estufa e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A adoção dessa solução demonstra alinhamento com práticas modernas de gestão pública, que buscam conciliar eficiência econômica, responsabilidade ambiental e melhoria da qualidade do gasto público.

Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de promover futura e eventual contratação de empresa especializada para a locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), por minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica, visando atender às demandas dos órgãos participantes, reduzir despesas com energia elétrica, proporcionar maior previsibilidade orçamentária, ampliar a eficiência na gestão dos recursos públicos e incentivar a utilização de energia limpa e renovável.

Da justificativa da contratação:

A energia solar fotovoltaica é uma fonte renovável, limpa, silenciosa e confiável, capaz de atender à demanda de forma sustentável, com baixa necessidade de manutenção e vida útil prolongada. O Brasil, por ser um país tropical, dispõe de elevados índices de irradiação solar ao longo de todo o ano, o que assegura alta viabilidade técnica e econômica para a implantação dessa solução em praticamente todo o território nacional.

Do ponto de vista ambiental, os sistemas fotovoltaicos contribuem para a redução de emissões de gases de efeito estufa e da taxa de carbono, auxiliando no cumprimento de metas climáticas globais e promovendo benefícios diretos à qualidade de vida da população. A instalação é versátil e modular, podendo ser dimensionada conforme a necessidade, adaptando-se a diferentes tipologias de edificações e áreas disponíveis.

Sob o aspecto financeiro, a adoção dessa tecnologia proporciona economia direta nas contas de energia elétrica, além da possibilidade de geração de créditos de energia pelo Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), regulamentado pela ANEEL, com validade de até 60 meses. Isso garante maior previsibilidade orçamentária, reduz a dependência da rede convencional e potencializa a eficiência no uso de recursos públicos.
Dentre as principais vantagens da implantação da energia solar fotovoltaica, destacam-se:

- Fonte limpa, renovável e inesgotável;
- Instalação modular e adaptável a diferentes necessidades;
- Ocupação reduzida de espaço físico;
- Vida útil longa e baixíssima necessidade de manutenção;
- Sistema silencioso e de alta confiabilidade;
- Redução significativa dos gastos com eletricidade;
- Contribuição para a sustentabilidade ambiental e social.

Importante destacar que a implantação dos sistemas deverá observar integralmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, incluindo aquelas relativas à execução de serviços e obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias, assegurando qualidade e conformidade técnica.

Assim, não restam dúvidas quanto à importância estratégica da adoção da energia solar fotovoltaica e demais fontes renováveis pelo Consórcio Público para Gestão da Energia Elétrica e Serviços Públicos CIGIP, sendo plenamente justificável a contratação para o atendimento das demandas energéticas dos municípios consorciados, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, sustentabilidade e economicidade que regem a Administração Pública;

A presente contratação atende ao princípio da continuidade do serviço público, bem como aos princípios da economicidade e eficiência, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021, garantindo a prestação de serviços adequados ao desempenho das funções institucionais.

III - INFORMAÇÕES GERAIS

ÁREA REQUISITANTE[1]	RESPONSÁVEL
SETOR ADMINISTRATIVO	Sérgio Muller de Miranda – Secretário Executivo E-mail: cisverde@yahoo.com – Tel.: 32 3741-3313

PREVISÃO DE DATA DE INÍCIO DA CONTRATAÇÃO: **15/09/2026**, **15/09/2026**, considerada a tramitação necessária da fase preparatória, elaboração e aprovação dos documentos técnicos, análise jurídica, publicação do edital, realização do certame e demais atos necessários à formalização da contratação.

PREVISÃO DE PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO: O adjudicatário deverá assinar o instrumento contratual ou aceitar o instrumento equivalente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal da Administração, admitida a prorrogação por igual período, mediante solicitação apresentada durante o prazo, devidamente justificada e aceita pela Administração, nos termos do art. 90, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO E CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO: Após a formalização do instrumento contratual e a emissão da respectiva Ordem de Serviço, a contratada deverá adotar imediatamente as providências técnicas, cadastrais e administrativas necessárias à inclusão das unidades consumidoras e à operacionalização do sistema de compensação de créditos de energia elétrica.

O início efetivo da compensação deverá ocorrer no prazo máximo definido no Termo de Referência e no contrato, considerando os procedimentos técnicos e regulatórios aplicáveis perante a distribuidora de energia elétrica. Para fins de planejamento, poderá ser adotado prazo de até 90 (noventa) dias, contado da emissão da Ordem de Serviço e da disponibilização, pela Administração, das informações e documentos necessários à operacionalização da compensação.

Após implantada a solução, os serviços serão executados de forma continuada durante toda a vigência contratual, mediante disponibilização e compensação dos créditos de energia nas unidades consumidoras abrangidas, observados os níveis de desempenho, percentuais de desconto, critérios de medição, faturamento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

Eu considero essa redação muito mais adequada porque separa claramente três momentos: formalização do contrato → implantação/credenciamento das UCs → execução continuada da compensação. Isso evita que o DFD dê a entender que todo o objeto deve estar "integralmente concluído" em 30 dias, o que não corresponde à natureza dessa contratação.

IV - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratação será executada mediante disponibilização de créditos de energia elétrica provenientes de geração distribuída, destinados à compensação do consumo das unidades consumidoras abrangidas, observadas a Lei Federal nº 14.300/2022, a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as demais normas aplicáveis ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

A futura contratada será responsável pela disponibilização dos créditos energéticos, pela adoção das providências necessárias à operacionalização da compensação perante a distribuidora e pelo acompanhamento das unidades consumidoras vinculadas à contratação, assegurando a correta alocação dos créditos e a obtenção da economia contratada.

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MAIOR DESCONTO, nos termos dos arts. 33, inciso II, e 34 da Lei nº 14.133/2021, devendo o percentual ofertado incidir sobre a base econômica

[1] Art. 8º, inciso VIII, do Decreto nº 10.947, nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

correspondente à energia elétrica efetivamente compensada, conforme metodologia definida no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

Para fins de parametrização da disputa, será estabelecido como percentual mínimo aceitável o desconto de 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento), apurado a partir da Formação do Preço Estimado – FPE. Dessa forma, serão consideradas inaceitáveis propostas que apresentem percentual de desconto inferior a esse patamar, devendo os licitantes disputar percentuais superiores, até a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O percentual de desconto deverá incidir exclusivamente sobre os valores correspondentes à energia efetivamente compensável, considerados os componentes tarifários e tributários que, segundo a legislação e regulamentação vigentes no respectivo ciclo de faturamento, integrem a base econômica passível de compensação, excluídos os valores que, por sua natureza regulatória, não estejam sujeitos à compensação.

Para fins de execução contratual, deverá ser considerada a seguinte metodologia:

VALOR-BASE DA ENERGIA COMPENSADA = ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADA NO MÊS × BASE TARIFÁRIA APLICÁVEL - VALOR DEVIDO À CONTRATADA = VALOR-BASE DA ENERGIA COMPENSADA × (1 – PERCENTUAL DE DESCONTO CONTRATADO)

A diferença entre o valor-base correspondente à energia compensada e o valor devido à contratada representará a economia financeira efetivamente obtida pelo CIS-VERDE ou pela respectiva unidade consumidora beneficiária.

Exemplificativamente, caso o percentual vencedor do certame corresponda a 35%, a Administração suportará o equivalente a 65% da base econômica da energia efetivamente compensada, permanecendo os 35% como economia decorrente da contratação.

O percentual ofertado pelo licitante vencedor deverá permanecer aplicável durante a vigência da contratação, observadas as hipóteses legais e contratuais de alteração das condições econômicas decorrentes de modificações regulatórias, tributárias ou tarifárias que afetem diretamente a base de incidência do desconto.

IV.1 – PERFORMANCE E COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS.

A futura contratada deverá assegurar disponibilidade de créditos de energia em quantidade suficiente para atendimento das unidades consumidoras abrangidas, conforme os quantitativos, margens de segurança, parâmetros de desempenho e limites a serem tecnicamente definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Caso a Administração opte pela adoção de percentual mínimo de performance, eventual exigência de disponibilização mínima correspondente a 85% da energia estimada para compensação deverá estar tecnicamente justificada no ETP e detalhada no Termo de Referência, inclusive quanto à metodologia de aferição, períodos de apuração, tolerâncias e consequências decorrentes do eventual descumprimento.

Quando a energia disponibilizada e alocada resultar na formação de créditos não utilizados integralmente no respectivo ciclo de faturamento, esses créditos permanecerão sujeitos às regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

Nos termos do art. 13 da Lei nº 14.300/2022, os créditos de energia elétrica possuem prazo de validade de 60 (sessenta) meses, contado do faturamento em que forem gerados, devendo sua gestão observar a utilização prioritária dos créditos mais antigos e as demais normas estabelecidas pela ANEEL.

A execução contratual deverá ser permanentemente acompanhada por meio das faturas das unidades consumidoras e dos demonstrativos de compensação, de forma a permitir a conferência da quantidade de energia compensada, do percentual de desconto contratado e da economia financeira efetivamente obtida.

IV.2 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

Considerando a natureza do objeto e a possibilidade de definição objetiva de seus padrões de desempenho, qualidade e execução, mostra-se adequada a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação possui natureza de serviço comum, uma vez que os requisitos necessários à disponibilização, alocação, compensação e gestão dos créditos de energia elétrica, bem como a metodologia de aplicação do percentual de desconto, podem ser definidos objetivamente no Termo de Referência mediante especificações usuais e parâmetros verificáveis de desempenho.

O procedimento deverá adotar o critério de julgamento de MAIOR DESCONTO, conforme art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, buscando o menor dispêndio para a Administração, observados os requisitos mínimos de qualidade e desempenho definidos no instrumento convocatório.

A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP encontra fundamento nos arts. 78, inciso IV, e 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a possibilidade de contratações futuras conforme a necessidade efetivamente identificada, especialmente diante da existência de diferentes unidades consumidoras e da possibilidade de atendimento das demandas dos entes consorciados, observados os limites, quantitativos e condições previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

O art. 82 da Lei nº 14.133/2021 admite expressamente, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, a utilização do critério de maior desconto sobre tabela ou referência de preços praticada no mercado, devendo o edital estabelecer as especificidades do objeto, unidades de medida, quantitativos máximos e demais condições necessárias à adequada execução da futura contratação.

A opção pelo SRP deverá estar associada à natureza futura e eventual das contratações, permitindo que as demandas sejam formalizadas conforme a efetiva necessidade e a disponibilidade das unidades consumidoras aptas à compensação, sem obrigar a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados.

Dessa forma, encontram-se tecnicamente justificadas a adoção do Pregão Eletrônico, do critério de julgamento pelo maior desconto e, desde que demonstrada no ETP a efetiva natureza futura e variável da demanda, a utilização do Sistema de Registro de Preços, proporcionando competitividade, transparência, flexibilidade administrativa e busca da maior economia para o CIS-VERDE e para os entes consorciados.

IV.3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de MAIOR DESCONTO, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplicado sobre a base econômica definida no instrumento convocatório, correspondente à energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras abrangidas pela contratação.

Somente serão consideradas para julgamento as propostas que atendam integralmente às especificações técnicas, requisitos de desempenho, condições de execução e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no edital, de modo que a disputa econômica ocorrerá exclusivamente entre propostas previamente consideradas tecnicamente aptas.

Para fins de parametrização da disputa e aferição da aceitabilidade econômica, será adotado o percentual mínimo de desconto de 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento), apurado na Formação do Preço Estimado – FPE a partir dos percentuais identificados nas referências de mercado e contratações similares consideradas no processo.

Assim, serão consideradas inaceitáveis as propostas que apresentem percentual de desconto inferior a 28,30%, devendo os licitantes disputar percentuais superiores a esse patamar, sagrando-se vencedora a proposta que, atendidas todas as exigências do instrumento convocatório, apresentar o maior percentual de desconto.

A adoção do critério de maior desconto mostra-se adequada à natureza econômica da contratação, uma vez que o objeto não se estrutura a partir de preço unitário fixo previamente determinado, mas da aplicação de percentual de economia sobre a base econômica correspondente à energia efetivamente compensada.

A Formação do Preço Estimado foi realizada mediante análise comparativa de referências de mercado, incluindo contratação similar, procedimento licitatório público e proposta comercial apresentada diretamente ao CIS-VERDE, permitindo a identificação de percentuais efetivamente praticados e a definição de parâmetro mínimo de aceitabilidade compatível com o mercado.

A metodologia adotada assegura objetividade, transparência, isonomia, competitividade e economicidade, permitindo que a Administração estabeleça previamente a condição mínima economicamente aceitável e, simultaneamente, preserve a competição para obtenção de percentual de desconto superior.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Dessa forma, o critério de maior desconto, associado ao percentual mínimo de referência definido na FPE, constitui mecanismo adequado para seleção da proposta mais vantajosa, proporcionando maior economia ao CIS-VERDE e assegurando a observância dos princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

Aqui eu também retiraria a frase "prática amplamente consagrada na Administração Pública". Ela não acrescenta fundamento jurídico real e pode ser substituída pela justificativa concreta de por que o maior desconto é adequado neste objeto específico, que é muito mais forte tecnicamente.

IV.5 DA FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, registrar as ocorrências relacionadas à execução e adotar ou solicitar as providências necessárias à correção de eventuais falhas ou irregularidades.

No acompanhamento da execução, o fiscal deverá verificar, especialmente, a regular disponibilização dos créditos de energia, a efetiva compensação nas unidades consumidoras abrangidas, a correta aplicação do percentual de desconto contratado, a compatibilidade entre os demonstrativos apresentados e as faturas emitidas pela distribuidora, bem como a economia financeira efetivamente obtida.

A fiscalização deverá, ainda, acompanhar o cumprimento dos prazos de implantação, os níveis de desempenho definidos no Termo de Referência, a regularidade dos procedimentos perante a distribuidora de energia elétrica e o atendimento das demais condições técnicas, administrativas e regulatórias estabelecidas no edital, no contrato e em seus anexos.

Durante a execução contratual, a Administração poderá exigir da contratada a apresentação de documentos e informações necessários à comprovação do regular cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

As ocorrências verificadas deverão ser registradas pelo fiscal e comunicadas ao gestor do contrato sempre que demandarem providências que ultrapassem sua competência, sem prejuízo da adoção imediata das medidas necessárias à preservação do interesse público e à adequada execução do objeto.

V - DO GRAU E JUSTIFICATIVA DA PRIORIDADE

A presente contratação possui grau de prioridade elevado, considerando seu potencial de promover redução contínua das despesas com energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas, contribuindo diretamente para a eficiência e racionalização do gasto público.

A energia elétrica constitui insumo essencial ao funcionamento das atividades administrativas, operacionais e dos serviços públicos prestados pelos entes participantes, caracterizando despesa contínua e indispensável. Nesse contexto, a adoção de solução capaz de proporcionar economia sobre os valores correspondentes à energia efetivamente compensada representa medida estratégica de gestão, permitindo melhor aproveitamento dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

A contratação de solução especializada de geração distribuída de energia elétrica de fonte renovável, mediante disponibilização e compensação de créditos energéticos nas unidades consumidoras, apresenta-se como alternativa potencialmente capaz de gerar economia recorrente durante a vigência contratual, mediante aplicação do percentual de desconto obtido no procedimento licitatório.

Embora as tarifas de energia permaneçam sujeitas às alterações e revisões estabelecidas pela legislação e pela regulamentação do setor elétrico, a aplicação de percentual de desconto sobre a energia efetivamente compensada possibilita a obtenção de economia proporcional e continuada, contribuindo para maior eficiência na gestão das despesas energéticas.

A contratação encontra-se, ainda, alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como ao objetivo de seleção da proposta capaz de gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, previsto no art. 11 da mesma Lei.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Sob o aspecto ambiental, a utilização de créditos provenientes de fonte fotovoltaica mostra-se compatível com políticas de incentivo à geração de energia renovável e com a busca por soluções administrativas ambientalmente sustentáveis.

A ausência da contratação implicará a manutenção do atual modelo de pagamento das despesas com energia elétrica, sem a economia potencial decorrente da compensação de créditos energéticos e da aplicação do desconto resultante da futura licitação, representando perda de oportunidade de redução de despesa pública.

Diante disso, a demanda é classificada como de alta prioridade, em razão de seu potencial impacto econômico continuado, da essencialidade da despesa energética e da possibilidade de obtenção de economia financeira para o CIS-VERDE e para os entes participantes.

VI - LEVANTAMENTO E JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

Para definição inicial dos quantitativos da contratação, foi realizada consulta aos municípios consorciados, com a finalidade de identificar o interesse na participação no procedimento e levantar as respectivas unidades consumidoras e demandas relacionadas à compensação de energia elétrica por meio de créditos provenientes de geração distribuída.

Em resposta à consulta realizada, os Municípios de Carangola, Faria Lemos e Pedra Bonita manifestaram interesse inicial na participação da contratação, devendo as respectivas demandas ser consolidadas a partir das informações das unidades consumidoras indicadas por cada ente.

A estimativa quantitativa deverá considerar, para cada município participante, especialmente:

- identificação das unidades consumidoras – UCs;
- histórico de consumo de energia elétrica;
- consumo médio mensal em kWh;
- consumo anual estimado;
- modalidade e enquadramento da unidade consumidora;
- custo de disponibilidade, quando aplicável;
- quantidade estimada de energia passível de compensação;
- eventual margem técnica necessária à adequada gestão dos créditos.

Os quantitativos deverão ser definidos com base em dados históricos efetivamente disponíveis, preferencialmente mediante análise das faturas de energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas, evitando-se estimativas genéricas ou desvinculadas do consumo real.

Considerando a utilização do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos possuirão natureza estimativa e representarão os limites máximos de contratação durante a vigência da ata, não implicando obrigação de contratação integral pela Administração.

Para os municípios que manifestarem interesse e integrarem o procedimento desde sua fase preparatória, deverão ser identificadas as respectivas demandas e quantitativos, de modo a permitir a adequada consolidação do registro de preços.

Eventual utilização futura da ata por ente que não tenha participado dos procedimentos iniciais deverá observar as condições legais aplicáveis aos órgãos ou entidades não participantes, não se confundindo com a demanda previamente registrada pelos participantes do procedimento.

A utilização do SRP deverá, portanto, permitir que as contratações sejam realizadas conforme a demanda efetivamente verificada, respeitados os quantitativos máximos registrados, as unidades consumidoras aptas à compensação e as condições estabelecidas no edital, na ata e nos instrumentos decorrentes.

MUNICÍPIO	CONSUMO ESTIMADO KWH/MÊS	CONSUMO ESTIMADO KWH/ANO
CARANGOLA	71.000 kWh/mês	852.000 kWh/ANO
FARIA LEMOS	19.074 kWh/mês	228.888 kWh/ANO
PEDRA BONITA	17.500 kWh/mês	210.000 kWh/ANO

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

VII – DA FORMAÇÃO DE PREÇO ESTIMADO (FPE)[2]

Em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a formação do preço estimado da contratação foi realizada mediante análise de referências compatíveis com o objeto pretendido, consistente na contratação de solução destinada à compensação de energia elétrica por meio de créditos provenientes de geração distribuída, com aplicação de percentual de desconto sobre a energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras abrangidas pela contratação.

Considerando a natureza específica do objeto, cuja remuneração está diretamente relacionada à energia compensada e ao percentual de desconto incidente sobre a respectiva base tarifária, a pesquisa de preços foi estruturada mediante a combinação de contratações similares realizadas pela Administração Pública, referências de mercado e pesquisa direta com fornecedor especializado, buscando identificar parâmetros efetivamente praticados no segmento.

Foram consideradas, nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, contratações públicas de objeto semelhante, dentre elas o Pregão por Maior Desconto Eletrônico nº 006/2026, promovido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG – SAAE, cujo instrumento convocatório estabeleceu desconto mínimo de 20%, tendo a disputa alcançado desconto final negociado de 52,21%.

Também foi considerada, como referência complementar de mercado, contratação no âmbito do Consórcio CEMIG SIM GD III, envolvendo o Município de Lamim/MG, na qual foi estabelecida sistemática de contribuição mensal equivalente a desconto de 16% sobre a tarifa, aplicável às respectivas unidades consumidoras.

Além das referências acima, foi obtida proposta comercial diretamente junto a fornecedor especializado, nos termos do art. 23, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. A empresa Pluzz Energia / Enecel Energia, em proposta comercial apresentada diretamente ao CIS-VERDE em 24 de março de 2026, ofertou desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a energia compensada para unidades consumidoras localizadas na área de concessão da CEMIG, com previsão de prazo mínimo de 2 (dois) anos de fidelidade.

A proposta comercial apresenta, ainda, simulação econômica elaborada com base em unidades consumidoras situadas no Município de Carangola/MG, adotando, para fins estimativos, valor de R$ 1,12 por kWh, com aplicação de desconto de 25% sobre a energia compensada e projeção de economia mensal total de aproximadamente R$ 25.326,84, considerando as unidades analisadas.

A pesquisa demonstra, portanto, a existência dos seguintes parâmetros percentuais relacionados ao objeto:

- 16% – referência contratual do Consórcio CEMIG SIM GD III;
- 20% – desconto mínimo estabelecido em procedimento licitatório similar do SAAE de Paraisópolis/MG;
- 25% – proposta comercial apresentada diretamente ao CIS-VERDE pela Pluzz Energia / Enecel Energia;
- 52,21% – desconto final obtido após fase competitiva e negociação no Pregão nº 006/2026 do SAAE de Paraisópolis/MG.

Não se mostra tecnicamente adequado realizar simples média aritmética ou ponderada desses percentuais, uma vez que representam situações econômicas distintas: condição contratual praticada, desconto mínimo estabelecido para início de disputa, proposta comercial de fornecedor direcionada ao CIS-VERDE e resultado final decorrente de competição em procedimento licitatório.

Nesse contexto, a proposta comercial de 25%, por ter sido elaborada especificamente para o CIS-VERDE e estar diretamente relacionada às condições do objeto pretendido, constitui relevante parâmetro de mercado para a formação da estimativa, sem prejuízo da consideração das demais contratações públicas utilizadas para aferição da razoabilidade e da competitividade do percentual.

Ressalta-se que o prazo de validade comercial indicado na proposta não implica, por si só, sua inutilização como documento integrante da pesquisa de preços, devendo ser considerada a data de sua emissão e sua atualidade para fins de formação do preço estimado, sem que a proposta gere obrigação de contratação ou vinculação do respectivo fornecedor.

Em razão das características do objeto, não se adota média aritmética ou média ponderada dos percentuais identificados, mas análise comparativa e crítica dos parâmetros obtidos, considerando-se especialmente a aderência de cada referência às condições da futura contratação.

[2] Art. 23 da Lei nº 14.133/2021

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

O critério de julgamento deverá ser o de MAIOR DESCONTO, nos termos dos arts. 33, inciso II, e 34, §2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante aplicação do percentual ofertado sobre a base econômica ou tarifária estabelecida no instrumento convocatório.

O valor estimado da contratação deverá ser calculado com base no consumo histórico das unidades consumidoras abrangidas, na tarifa de energia utilizada como referência e no período estimado da contratação, aplicando-se, posteriormente, o percentual de desconto utilizado como parâmetro para fins de planejamento orçamentário.

De forma simplificada:

Assim, a metodologia poderá ser representada, de forma simplificada, pela seguinte expressão: **VALOR BRUTO ESTIMADO = CONSUMO ESTIMADO × TARIFA DE REFERÊNCIA VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO = VALOR BRUTO ESTIMADO – PERCENTUAL DE DESCONTO DE REFERÊNCIA**.

Para fins da presente formação de preços, o percentual de 25% apresentado diretamente ao CIS-VERDE poderá ser utilizado como parâmetro inicial de referência para projeção econômica da contratação, por representar condição comercial concretamente ofertada ao Consórcio, sem impedir que a Administração estabeleça condições de disputa destinadas à obtenção de desconto superior.

A adoção desse percentual como referência estimativa não o transforma necessariamente em desconto mínimo obrigatório da futura licitação, devendo eventual definição de percentual mínimo ser tecnicamente justificada no Termo de Referência e compatibilizada com os demais estudos da contratação.

Dessa forma, a formação do preço estimado encontra-se amparada em múltiplas fontes, incluindo pesquisa direta com fornecedor e contratações públicas similares, assegurando maior segurança quanto à compatibilidade dos parâmetros utilizados com as condições efetivamente praticadas no mercado.

VIII - FONTES UTILIZADAS NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

FONTE DE PRESQUISA	FUNDAMENTO	UTILIAÇÃO
Painel/Banco de Preços disponível no PNCP	Art. 23, §1º, I	Se localizada contratação compatível
Contratações similares da Administração Pública	Art. 23, §1º, II	**UTILIZADO**
Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo	Art. 23, §1º, III	Quando cabível
Pesquisa direta com fornecedores	Art. 23, §1º, IV	Se realizada mediante solicitação formal
Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas	Art. 23, §1º, V	Não utilizada como parâmetro principal
Documentos e referências complementares de mercado	Art. 23, Caput	UTILIZADO COMO ELEMENTO COMPLEMENTAR

PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA CONSIDERADOS:

Termo de Adesão ao Consórcio CEMIG SIM GD III – Município de Lamim/MG: desconto de 16% sobre a tarifa;

Pregão por Maior Desconto Eletrônico nº 006/2026 – SAAE de Paraisópolis/MG: desconto mínimo de 20% e resultado final negociado de 52,21%;

Contrato nº 311/2026 – Município de Pouso Alegre/MG**:** contratação similar envolvendo geração distribuída e compensação de créditos energéticos, sem percentual de desconto identificado no extrato utilizado;

Proposta Comercial Pluzz Energia / Enecel Energia – CIS-VERDE, de 24/03/2026: desconto ofertado de 25% sobre a energia compensada.

DOCUMENTOS CONSIDERADOS:

1) Termo de Adesão ao Consórcio CEMIG SIM GD III – Município de Lamim/MG: desconto de 16% sobre a tarifa;
2) Pregão por Maior Desconto Eletrônico nº 006/2026 – SAAE de Paraisópolis/MG: desconto mínimo de 20% e resultado final negociado de 52,21%;

3) Contrato nº 311/2026 – Município de Pouso Alegre/MG: contratação similar envolvendo geração distribuída e compensação de créditos energéticos, sem percentual de desconto identificado no extrato utilizado;

4) Proposta Comercial Pluzz Energia / Enecel Energia – CIS-VERDE, de 24/03/2026: desconto ofertado de 25% sobre a energia compensada.

IX – ESPECIFICAÇÕES DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

Os documentos utilizados para formação da estimativa de preços encontram-se juntados ao processo administrativo, permitindo a identificação das fontes consultadas, dos parâmetros econômicos considerados e da metodologia empregada.

A composição da estimativa não se limita a um preço unitário fixo, uma vez que o custo efetivo da contratação dependerá do volume de energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras e do percentual de desconto aplicado sobre a correspondente base tarifária.

A proposta comercial apresentada pela Pluzz Energia / Enecel Energia adotou, para fins de sua simulação, preço estimado de R$ 1,12/kWh, aplicando desconto de 25% sobre a energia compensada.

Na simulação constante da proposta, considerando as unidades consumidoras analisadas no Município de Carangola/MG, foi apurada economia mensal total estimada de R$ 25.326,84, devendo tais valores ser considerados como referência de mercado e não como quantitativos definitivos do CIS-VERDE.

Para definição do valor estimado definitivo do procedimento deverão ser considerados os dados próprios das unidades consumidoras efetivamente incluídas na futura contratação, especialmente:

- consumo médio mensal;
- consumo histórico;
- modalidade tarifária;
- custo de disponibilidade;
- energia passível de compensação;
- tarifa vigente;
- período contratual estimado; e
- percentual de desconto utilizado para projeção.

A remuneração da futura contratada deverá estar vinculada aos créditos efetivamente compensados nas unidades consumidoras, observada a metodologia definida no Termo de Referência e no instrumento contratual.

IX.1 – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DA PESQUISA

DESCRIÇÃO	PARÂMETRO
Desconto – Referência CEMIG SIM GD III	16,00%
Desconto – Pregão SAAE Paraisópolis – percentual mínimo	20,00%
Desconto – Proposta Pluzz Energia / Enecel Energia ao CIS-VERDE	25,00%
Desconto – Pregão SAAE Paraisópolis – resultado final negociado	52,21%
Soma dos percentuais pesquisados	113,21%
Quantidade de referências consideradas	4
Percentual médio estimado de desconto	28,30%
DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL PARA O PREGÃO	28,30%

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Para fins de formação do preço estimado, considerando que a futura contratação será processada pelo critério de julgamento de maior desconto, adotou-se como unidade econômica de comparação o percentual de desconto incidente sobre a energia efetivamente compensada, afastando-se, para esse fim, a utilização do valor nominal da tarifa de energia elétrica como elemento central da estimativa.

A pesquisa identificou percentuais de 16,00%, 20,00%, 25,00% e 52,21%, provenientes das referências documentais incorporadas aos autos. A média aritmética dos percentuais pesquisados corresponde a 28,3025%, arredondada para 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento).

Dessa forma, fica estabelecido, para fins de formação do preço estimado e parametrização da futura disputa, o percentual de 28,30% como desconto estimado de referência da Administração.

Considerando que a finalidade da contratação consiste justamente na obtenção de redução da despesa com energia elétrica mediante compensação de créditos e que a pesquisa de mercado demonstrou ser possível alcançar, em média, desconto de 28,30%, esse percentual será utilizado também como patamar mínimo de aceitabilidade econômica das propostas.

Assim, no procedimento licitatório a ser realizado pelo critério de MAIOR DESCONTO, o percentual inicial ofertado pelo licitante não poderá ser inferior a 28,30%, sendo consideradas economicamente inaceitáveis as propostas que apresentem desconto abaixo desse parâmetro.
A disputa deverá ocorrer a partir desse percentual mínimo, mediante apresentação sucessiva de percentuais superiores, sendo vencedora a proposta que, cumpridas as demais exigências do instrumento convocatório, apresentar o maior percentual de desconto sobre a energia efetivamente compensada.

O percentual de 28,30% não representa limite máximo de desconto, mas exclusivamente o mínimo aceitável pela Administração, preservando-se integralmente a competição para obtenção de percentuais superiores e, consequentemente, de maior economia para o CIS-VERDE.

IX.2 PLANILHA PARA APURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO DO CIS-VERDE

A análise das referências demonstra que o mercado adota, para objetos dessa natureza, a sistemática de desconto percentual sobre a tarifa ou sobre a base econômica correspondente aos créditos de energia compensados, razão pela qual esse modelo mostra-se mais adequado à futura disputa.

O percentual obtido em determinada contratação pública não será automaticamente reproduzido como preço ou desconto obrigatório para este procedimento, uma vez que cada contratação possui consumo, unidades consumidoras, enquadramento tarifário, período contratual e condições técnicas próprias.

A estimativa definitiva deverá, portanto, resultar da associação entre os dados reais de consumo do CIS-VERDE, a tarifa de referência vigente e os parâmetros de mercado obtidos na pesquisa, constituindo base objetiva para o julgamento pelo maior desconto e para a posterior aferição da economia efetivamente proporcionada pela contratação.

Dessa forma, a metodologia adotada assegura transparência, comparabilidade, competitividade e aderência às condições efetivamente praticadas no mercado, permitindo que a Administração selecione a proposta que represente o maior desconto e, consequentemente, o menor dispêndio para o CIS-VERDE, em conformidade com os arts. 23, 33, inciso II, e 34 da Lei nº 14.133/2021.

X – DA GARANTIA

Considerando a natureza da contratação, consistente na disponibilização e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de geração distribuída, com remuneração vinculada à energia efetivamente compensada e aplicação do percentual de desconto contratado, não se identifica, neste momento, necessidade de exigência de garantia contratual, sem prejuízo da análise definitiva a ser realizada no Estudo Técnico Preliminar, na Análise de Riscos e no Termo de Referência.

A execução do objeto possui mecanismos próprios de controle e mitigação de riscos, especialmente a possibilidade de aferição mensal da energia efetivamente compensada, a conferência das faturas emitidas pela distribuidora, a verificação do percentual de desconto contratado e a vinculação do pagamento à efetiva execução do serviço.

Além disso, eventual inadimplemento ou desempenho insuficiente poderá ser tratado mediante os mecanismos de fiscalização, glosas, sanções administrativas e demais medidas previstas no instrumento convocatório e no contrato.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Dessa forma, preliminarmente não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por não se mostrar proporcional ao risco inicialmente identificado, ficando a conclusão sujeita à confirmação nos estudos técnicos e na análise de riscos da contratação.

XI – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em análise preliminar, considerando que o objeto envolve solução integrada de disponibilização, alocação, compensação e gerenciamento de créditos de energia elétrica, com aplicação uniforme do percentual de desconto contratado e necessidade de acompanhamento centralizado das unidades consumidoras abrangidas, mostra-se inicialmente recomendável a contratação de forma integrada.

A centralização da execução poderá favorecer a padronização dos procedimentos, a uniformidade da metodologia de compensação e faturamento, a simplificação da gestão e fiscalização contratual, bem como a obtenção de maior escala econômica na disputa pelo maior desconto.

Entretanto, a definição definitiva quanto ao parcelamento ou não da solução deverá ser realizada no Estudo Técnico Preliminar, mediante análise da estrutura do mercado, do número e localização das unidades consumidoras, dos quantitativos de energia estimados por município, da possibilidade de ampliação da competitividade e dos eventuais ganhos ou prejuízos decorrentes da divisão do objeto.

A opção adotada deverá observar o princípio do parcelamento quando técnica e economicamente viável, sem prejuízo da eficiência, da economicidade, da padronização e da adequada execução do objeto.
Esse texto é mais seguro porque não “fecha” uma decisão antes do ETP.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas, neste momento, contratações administrativas correlatas ou interdependentes cuja formalização seja condição necessária à realização do presente procedimento.

A solução pretendida possui, contudo, dependência operacional e regulatória em relação à distribuidora de energia elétrica responsável pelas unidades consumidoras, uma vez que a efetivação da compensação dos créditos energéticos ocorre no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, observadas as regras da Lei nº 14.300/2022 e da regulamentação da ANEEL.

Tal circunstância não caracteriza contratação administrativa correlata, mas deverá ser considerada no planejamento, na análise dos riscos, nos prazos de implantação e nas obrigações atribuídas à futura contratada

XIII – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente demanda encontra-se alinhada às diretrizes administrativas do Consórcio, especialmente quanto à racionalização das despesas públicas, à busca por maior eficiência na utilização dos recursos financeiros e à adoção de soluções sustentáveis e economicamente vantajosas.

A contratação pretende proporcionar redução continuada das despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas, mediante utilização de créditos provenientes de geração distribuída de fonte renovável e aplicação do percentual de desconto obtido no procedimento licitatório.

A solução guarda compatibilidade com os objetivos institucionais de planejamento, eficiência, economicidade e sustentabilidade, possibilitando melhor utilização dos recursos públicos e maior previsibilidade na gestão das despesas energéticas.

A contratação também se mostra alinhada à busca por soluções que promovam eficiência energética, sustentabilidade ambiental e redução de custos operacionais, sem necessidade de investimento direto do Consórcio ou dos municípios participantes na implantação de estruturas próprias de geração fotovoltaica, conforme o modelo de solução a ser consolidado no ETP.

XIV – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para o regular desenvolvimento da contratação, deverão ser adotadas as providências necessárias à adequada instrução da fase preparatória do processo, compreendendo, especialmente:

a) elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, com análise das alternativas disponíveis no mercado, justificativa da solução escolhida, exame quanto ao parcelamento do objeto, utilização do Sistema de Registro de Preços e demonstração da viabilidade técnica e econômica da contratação;

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

b) elaboração da Análise de Riscos, contemplando os riscos técnicos, operacionais, regulatórios, econômicos e contratuais relacionados à implantação e execução da solução;

c) obtenção da manifestação do setor contábil e das informações orçamentárias pertinentes, observada a natureza do Sistema de Registro de Preços e o momento próprio para a formalização das despesas decorrentes das futuras contratações;

d) elaboração do Termo de Referência – TR, contendo a definição detalhada do objeto, requisitos técnicos, metodologia de compensação, base de incidência do desconto, percentual mínimo aceitável, critérios de medição, faturamento, pagamento, fiscalização, níveis de desempenho e demais condições necessárias à execução;

e) elaboração da minuta do Edital de Pregão Eletrônico, da Ata de Registro de Preços e, quando cabível, do instrumento contratual;

f) submissão dos autos à Assessoria Jurídica para realização do controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021;

g) saneamento de eventuais apontamentos e posterior submissão à autoridade competente para autorização da divulgação do edital e prosseguimento da fase externa do procedimento.

h) Cumpridas as providências acima e constatada a regularidade da instrução processual, deverá ser promovida a publicação do edital e a realização do Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento de maior desconto, observadas as condições estabelecidas nos documentos técnicos que instruem o processo.

Ressalta-se que junto ao presente identifiquei:

a) A consolidação das manifestações dos municípios interessados e identificação das respectivas unidades consumidoras;

b) O levantamento e análise do histórico de consumo das unidades, com definição dos quantitativos estimados de energia passível de compensação;

c) A Formação do Preço Estimado – FPE, mediante consolidação das referências de mercado e dos percentuais de desconto identificados, com definição fundamentada do percentual estimado e do parâmetro mínimo de aceitabilidade econômica da futura disputa;

XV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e considerando os elementos constantes deste Documento de Formalização da Demanda, requer-se à autoridade competente a autorização para o regular prosseguimento do Processo Administrativo nº 058/2026, com o desenvolvimento das etapas subsequentes da fase preparatória da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Para a adequada instrução e continuidade do processo, deverão ser adotadas, conforme a fase procedimental correspondente, as seguintes providências:

a) formalização da indicação dos agentes públicos responsáveis pela Equipe de Planejamento da Contratação, bem como dos servidores encarregados da formação e consolidação do preço estimado, observadas as designações constantes das portarias internas vigentes;

c) conclusão do Estudo Técnico Preliminar – ETP, contemplando a demonstração da necessidade administrativa, o levantamento das soluções disponíveis no mercado, a análise de viabilidade técnica e econômica, a justificativa da solução escolhida, a análise quanto ao parcelamento do objeto e a adequação da utilização do Sistema de Registro de Preços;

d) elaboração da Análise de Riscos, com identificação, avaliação e definição das medidas de tratamento dos riscos capazes de comprometer o procedimento licitatório ou a adequada execução contratual;

e) manifestação do Setor Contábil, com indicação da classificação e dos créditos orçamentários aplicáveis às futuras contratações decorrentes do procedimento, observando-se o art. 150 da Lei nº 14.133/2021 e o momento próprio para a assunção da obrigação;

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

e) análise, pelo setor competente, da necessidade de elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária e financeira, quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000;

g) elaboração do Termo de Referência – TR, com base no DFD, FPE, ETP, Análise de Riscos e demais elementos da fase preparatória, contendo definição precisa do objeto, requisitos técnicos e regulatórios, quantitativos estimados, metodologia de compensação dos créditos de energia, base de incidência do desconto, percentual mínimo aceitável, critérios de medição e pagamento, níveis de desempenho, obrigações das partes e condições de gestão e fiscalização;

h) elaboração das minutas do Edital de Pregão Eletrônico, da Ata de Registro de Preços e, quando cabível, do respectivo instrumento contratual e demais anexos;

i) concluída a fase preparatória, submissão dos autos à Assessoria Jurídica do CIS-VERDE para realização do controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021;

j) após o atendimento ou análise das eventuais recomendações jurídicas, retorno dos autos à autoridade competente para decisão quanto à aprovação da fase preparatória e autorização da divulgação do instrumento convocatório.

Ressalta-se que o Estudo Técnico Preliminar encontra-se em fase de elaboração, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, devendo examinar, de forma fundamentada, a necessidade da contratação, as soluções disponíveis no mercado, os requisitos técnicos essenciais, a viabilidade da solução de geração distribuída e compensação de créditos energéticos, os quantitativos estimados e os parâmetros mínimos necessários à contratação.

A futura elaboração do Termo de Referência e do instrumento convocatório deverá guardar estrita coerência com as conclusões do ETP, da Formação do Preço Estimado, da Análise de Riscos e das demais manifestações técnicas produzidas durante a fase preparatória.

Concluída a instrução técnica, administrativa, orçamentária e financeira da fase preparatória, o processo será submetido ao órgão de assessoramento jurídico para controle prévio de legalidade, e, posteriormente, retornará à autoridade competente para apreciação e autorização da divulgação do edital.

Dessa forma, entende-se formalizada a necessidade administrativa e demonstrada a pertinência do prosseguimento dos estudos destinados à futura contratação de solução para redução das despesas com energia elétrica, mediante geração distribuída e compensação de créditos energéticos, observados os requisitos técnicos, econômicos, regulatórios e jurídicos aplicáveis.

Carangola, 24 de agosto de 2026.

Sérgio Müller Miranda
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**

OFÍCIO N.º 037/2026 (CIRCULAR)

DATA: 06/04/2026
DE: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**
PARA: Prefeitos e Secretários Municipais dos Municípios Consorciados
ASSUNTO: Manifestação de interesse para participação em licitação compartilhada – contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica (minigeração fotovoltaica).

Senhor(a) Gestor(a),

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE, no uso de suas atribuições legais e institucionais, especialmente com fundamento na Lei nº 11.107/2005, na Lei nº 14.133/2021 e nas normas aplicáveis à gestão consorciada de serviços públicos, vem, por meio do presente **OFÍCIO CIRCULAR**, consultar os Municípios consorciados acerca da intenção de participação em futura licitação compartilhada, a ser realizada por este Consórcio, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

A contratação a ser estruturada terá como objeto, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada.

Trata-se de modelo regulado pela Lei nº 14.300/2022, que permite que a energia gerada por usinas solares seja injetada na rede e convertida em créditos para abatimento do consumo das unidades públicas.

A solução consiste na adesão dos municípios a um sistema de geração distribuída compartilhada, sem necessidade de investimento direto em infraestrutura, no qual:

a) A energia é gerada por usinas fotovoltaicas externas;
b) Essa energia é injetada na rede da concessionária;
c) O consumo das unidades municipais é compensado por créditos energéticos;
d) O pagamento ocorre mediante desconto sobre a fatura de energia.

Ressalta-se que o modelo que apresentamos não exige investimento inicial e gera economia mensal recorrente na conta de energia elétrica.

A eventual participação dos municípios na licitação compartilhada poderá gerar relevantes benefícios, dentre os quais destacam-se:

a) Redução direta de custos públicos. Possibilidade de economia sobre despesas com energia elétrica, sem necessidade de aporte inicial, com pagamento vinculado ao consumo efetivo.

b) Eficiência administrativa e ganho de escala. A contratação centralizada pelo Consórcio permite melhores condições comerciais, maior competitividade e racionalização do processo licitatório.

c) Sustentabilidade ambiental. Utilização de fonte de energia renovável (solar), alinhada às diretrizes de governança ambiental e às boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

d) Ausência de investimento em infraestrutura. O modelo dispensa instalação de usinas próprias, transferindo integralmente a responsabilidade técnica, operacional e de manutenção à contratada.

e) Segurança jurídica e regulatória. A solução encontra respaldo no marco legal da geração distribuída (Lei nº 14.300/2022) e nas normas da ANEEL, com funcionamento consolidado no setor energético.

QUADRO SIMULADO – ECONOMIA COM GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (20%)

UNIDADE CONSUMIDORA	CONSUMO MENSAL (kWh)	ECONOMIA ESTIMADA (20%) (kWh)	CONSUMO LÍQUIDO APÓS COMPENSAÇÃO (kWh)
Secretaria de Educação	3.000 kWh	600 kWh	2.400 kWh
Secretaria de Saúde	5.000 kWh	1.000 kWh	4.000 kWh
Sede da Prefeitura	10.000 kWh	2.000 kWh	8.000 kWh
TOTAL GERAL	**18.000 kWh**	**3.600 kWh**	**14.400 h**

Neste senário simulado, o consumo total estimado do município é de 18.000 kWh/mês, assim,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

coma a adesão ao modelo de geração distribuída, considerando economia média de 20%, resultaria em uma Redução de 3.600 kWh/mês para o Município. O que levaria a um consumo efetivamente faturado cairia para aproximadamente 14.400 kWh/mês.

PROJEÇÃO ANUAL (REFERÊNCIA)

INDICADOR	VALOR ANUAL
Consumo total anual	216.000 kWh
Economia anual (20%)	43.200 kWh

PROJEÇÃO FINANCEIRA

Considerando tarifa média de R$ 0,80/kWh (valor ilustrativo):

- ➔ Economia mensal ≈ R$ 2.880,00
- ➔ Economia anual ≈ R$ 34.560,00

(Esse valor deve ser ajustado conforme a tarifa real da concessionária local – CEMIG, ENERGISA ou equivalente).

O modelo demonstra viabilidade econômica relevante, especialmente por, não exigir investimento inicial, gerar economia contínua, bem como possibilitar escalabilidade para outras unidades consumidoras do município.

A presente consulta tem por objetivo de levantar a intenção de adesão dos municípios, subsidiar a formação de demanda consolidada, bem como, dimensionar quantitativos e estruturar o termo de referência e demais peças da fase preparatória, também visa viabilizar a realização do Pregão Eletrônico para Registro de Preços compartilhado.

Diante do exposto, SOLICITA-SE que esse Município manifeste formalmente, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento deste ofício, quanto:

I – Interesse em participar da futura licitação;
II – Estimativa de unidades consumidoras (prédios públicos);
III – Consumo médio mensal estimado (se possível);
IV – Eventuais observações relevantes para a estruturação da contratação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente manifestação não gera obrigação de contratação, tratando-se de etapa preliminar de planejamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A ausência de resposta no prazo poderá implicar na não inclusão do Município na fase inicial do procedimento.

As manifestações deverão ser encaminhadas para o e-mail institucional do CIS-VERDE: cisverdelicitacao@yahoo.com.

Certos da importância da atuação integrada e do planejamento regionalizado das contratações públicas, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Certos da costumeira colaboração e da importância do planejamento integrado das ações de saúde regionalizadas, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Carangola, 06 de abril de 2026.

Sérgio Müller Miranda
Secretário Executivo
Consórcio **CIS-VERDE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0 2 0 3 4 3 5 0 0 0 0 1 0 2 - 2 4 F 3 B A B C

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO]

OFÍCIO Nº [informar]/2026
DATA: [informar]
DE: Município de **[informar]**
PARA: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**
ASSUNTO: Manifestação de interesse – participação em licitação compartilhada para contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica

Senhor Secretário Executivo,

O Município de [informar], por intermédio de seu representante legal, no uso de suas atribuições administrativas e em atenção ao Ofício Circular nº [informar]/2026, encaminhado por esse Consórcio, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, manifestar formalmente seu interesse em participar da futura licitação compartilhada, a ser promovida pelo CIS-VERDE, destinada à contratação de solução de minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, no modelo de compensação energética (SCEE), na modalidade de geração compartilhada.

I – DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Após análise preliminar da proposta apresentada, este Município entende que a iniciativa:

- Apresenta potencial relevante de redução de despesas com energia elétrica;
- Contribui para a modernização da gestão pública e eficiência administrativa;
- Atende aos princípios da economicidade, sustentabilidade e interesse público;
- Possibilita adesão sem necessidade de investimento inicial, com remuneração vinculada ao consumo.

Dessa forma, manifesta-se favoravelmente à inclusão deste Município na formação da demanda consorciada, visando a participação no futuro procedimento licitatório.

II – INFORMAÇÕES PRELIMINARES PARA FORMAÇÃO DE DEMANDA

Para fins de planejamento e dimensionamento da contratação, apresentam-se as seguintes informações estimadas:

a) Quantidade aproximada de unidades consumidoras: **[informar número ou estimativa]**
b) Consumo médio mensal estimado: **[informar em kWh ou MWh, se possível]**
c) Principais unidades consumidoras: **[Ex.: prédios administrativos, escolas, unidades de saúde, etc.]**
d) Observações relevantes: **[Campo livre – se necessário]**

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a presente manifestação possui caráter meramente informativo e colaborativo, destinando-se à fase interna de planejamento da contratação, não gerando, neste momento, obrigação de adesão futura, a qual dependerá de análise posterior quanto à vantajosidade, conveniência e oportunidade administrativa.

O Município permanece à disposição para contribuir com as etapas subsequentes do procedimento, inclusive com o fornecimento de informações complementares que se façam necessárias.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

[informar município], [informar dia/mês/ano].

_____
Município de [**inserir razão social**]
Cargo/Função:

Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Ofício nº: 0049/2026-SECAD/PMC

Carangola/MG, **30** de abril de 2026

Ao Excelentíssimo Senhor
Sérgio Muller Miranda
DD Secretário Executivo
Consórcio CIS-VERDE
Carangola/MG

Referência: Ofício 037/2026
Assunto: Manifestação de interesse - participação em licitação compartilhada para contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica

Senhor Secretário Executivo,

O Município de Carangola (MG), por intermédio de seu representante legal, no uso de suas atribuições administrativas e em atenção ao ofício circular 037/2026, encaminhado por esse Consórcio, vem, respeitosamente, à presença de V Sa., manifestar formalmente seu interesse em participar da futura licitação compartilhada, a ser promovida pelo CIS-VERDE, destinada à contratação de solução de minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, no modelo de compensação energética (SCEE), na modalidade de geração compartilhada.

I - DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Após análise preliminar da proposta apresentada, este Município entende que a iniciativa:

- Apresenta potencial relevante de redução de despesas com energia elétrica
- Contribui para a modernização da gestão pública e eficiência administrativa
- Atende aos princípios da economicidade, sustentabilidade e interesse público
- Possibilita adesão sem necessidade de investimento inicial, com remuneração vinculada ao consumo

Dessa forma, manifesta-se **favoralmente à inclusão deste Município na formação da demanda consorciada**, visando a participação no futuro procedimento licitatório.

II - INFORMAÇÕES PRELIMINARES PARA FORMAÇÃO DE DEMANDA

Para fins de planejamento e dimensionamento da contratação, apresentam-se as seguintes informações estimadas:

a) Quantidade estimada de unidades consumidoras: aproximadamente 90 unidades
b) Consumo médio mensal estimado: em torno de 71.000 kwh
c) Principais unidades consumidoras: Prédio da Prefeitura, Cemitério, Rodoviária, Almoxarifado, Secretaria de Educação e Esportes, Secretaria Muncipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secrtetaria Municipal de Agricultura, Sede da Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria Munciipal de Obras.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a presente manifestação possui caráter meramente informativo e colaborativo, destinando-se à fase interna de planejamento da contratação, não gerando, neste momento, obrigação de adesão futura, a qual dependerá de análise posterior quanto à vantajosidade, conveniência e oportunidade administrativa.

O Município permanece à disposição para contribuir com as etapas subsequentes do procedimento, inclusive com o fornecimento de informações complementares que se façam necessárias.

Praça Coronel Maximiano, nº 88
Carangola | MG - CEP: 36.800-000
Telefone: (32) 3741 9600
07/01/1882 - CNPJ 19.279.827/0001-04

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Atenciosamente

SILAS VIEIRA:20885067649
Assinado digitalmente por SILAS VIEIRA:20885067649
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=27489125000183, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A3, CN=SILAS VIEIRA:20885067649
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.30 14:53:12-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Silas Vieira
Prefeito Municipal

MARIA ANGELICA MILAGRES MATOS
Assinado digitalmente por MARIA ANGELICA MILAGRES MATOS
ND: C=BR, S=MG, L=CARANGOLA, O=MUNICIPIO DE CARANGOLA, OU=SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, CN=MARIA ANGELICA MILAGRES MATOS
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Maria Angélica Milagres Matos
Secretária Municipal de Administração

Faria Lemos / MG, 24 de abril de 2026.

Ofício n: **043/2026**

De: **Município de Faria Lemos**
Para: **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE**

Assunto: **Manifestação de interesse - Participação em licitação compartilhada para contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica**

Senhor Secretário Executivo,

O Município de Faria Lemos/MG, por intermédio de seu representante legal, no uso de suas atribuições administrativas e em atenção ao Ofício Circular nº 037/2026, encaminhado por esse Consórcio, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, manifestar formalmente seu interesse em participar da futura licitação compartilhada, a ser promovida pelo CIS-VERDE, destinada à contratação de solução de minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, no modelo de compensação energética (SCEE), na modalidade de geração compartilhada.

I - DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Após análise preliminar da proposta apresentada, este Município entende que a iniciativa:

- Apresenta potencial relevante de redução de despesas com energia elétrica;
- Contribui para a modernização da gestão pública e eficiência administrativa;
- Atende aos princípios da economicidade, sustentabilidade e interesse público;
- Possibilita adesão sem necessidade de investimento inicial, com remuneração vinculada ao consumo.

Dessa forma, manifesta-se favoravelmente à inclusão deste Município na formação da demanda consorciada, visando a participação no futuro procedimento licitatório.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
020343500000102-24F3BABC

II - INFORMAÇÕES PRELIMINARES PARA FORMAÇÃO DE DEMANDA

Para fins de planejamento e dimensionamento da contratação, apresentam-se as seguintes informações estimadas:

a) Quantidade aproximada de unidades consumidoras: 28;

b) Consumo médio mensal estimado: 19.074 KWH/MÊS;

c) Principais unidades consumidoras: Prédios administrativos, Escolas, Unidades de Saúde e etc.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a presente manifestação possui caráter meramente informativo e colaborativo, destinando-se à fase interna de planejamento da contratação, não gerando, neste momento, obrigação de adesão futura, a qual dependerá de análise posterior quanto à vantajosidade, conveniência e oportunidade administrativa.

O Município permanece à disposição para contribuir com as etapas subsequentes do procedimento, inclusive com o fornecimento de informações complementares que se façam necessárias.

Limitado ao exposto, subscrevo-me.
Atenciosamente.

GILBERTO DAMAS DE SOUSA:00178116602
Assinado de forma digital por GILBERTO DAMAS DE SOUSA:00178116602
Dados: 2026.04.24 14:42:46 -03'00'

Gilberto Damas de Sousa
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA
Estado de Minas Gerais
Administração 2025/2028
HONESTIDADE, TRABALHO & INOVAÇÃO

OFÍCIO nº. 071/GAB
DATA: 23 de abril de 2026
DE: Município de Pedra Bonita-MG
PARA: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE

ASSUNTO: Manifestação de interesse – participação em licitação compartilhada para contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica

Senhor Secretário Executivo,

O Município de PEDRA BONITA-MG, por intermédio de seu representante legal, no uso de suas atribuições administrativas e em atenção ao Ofício Circular nº 037/2026, encaminhado por esse Consórcio, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, manifestar formalmente seu interesse em participar da futura licitação compartilhada, a ser promovida pelo CIS-VERDE, destinada à contratação de solução de minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, no modelo de compensação energética (SCEE), na modalidade de geração compartilhada.

I – DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Após análise preliminar da proposta apresentada, este Município entende que a iniciativa:

➔ Apresenta potencial relevante de redução de despesas com energia elétrica;

➔ Contribui para a modernização da gestão pública e eficiência administrativa;

➔ Atende aos princípios da economicidade, sustentabilidade e interesse público;

➔ Possibilita adesão sem necessidade de investimento inicial, com remuneração vinculada ao consumo.

Dessa forma, manifesta-se favoravelmente à inclusão deste Município na formação da demanda consorciada, visando a participação no futuro procedimento licitatório.

Rua Leopoldino de Almeida, n.º 290, Centro, Pedra Bonita, Minas Gerais – CEP: 35.364-000
CNPJ: 01.640.429/0001-06 Telefone (31) 3872-9103

Scanned with CamScanner

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

II – INFORMAÇÕES PRELIMINARES PARA FORMAÇÃO DE DEMANDA

Para fins de planejamento e dimensionamento da contratação, apresentam-se as seguintes informações estimadas:

a) Quantidade aproximada de unidades consumidoras: Aproximadamente 27 unidades

b) Consumo médio mensal estimado: Aproximadamente em 17.500 kWh/mês

c) Principais unidades consumidoras: Sede da Prefeitura, Secretaria de Saúde e suas unidades e Secretaria de Educação.

d) Observações relevantes: não possui

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a presente manifestação possui caráter meramente informativo e colaborativo, destinando-se à fase interna de planejamento da contratação, não gerando, neste momento, obrigação de adesão futura, a qual dependerá de análise posterior quanto à vantajosidade, conveniência e oportunidade administrativa.

O Município permanece à disposição para contribuir com as etapas subsequentes do procedimento, inclusive com o fornecimento de informações complementares que se façam necessárias.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Pedro Rubens Vitor de Oliveira
Prefeito Municipal

Scanned with CamScanner

PROPOSTA COMERCIAL

Proponente: Pluzz Energia / Enecel Energia

A/C: Sérgio Muller de Miranda - Secretário Executivo
Cliente: Consorcio Intermunicipal Multifinalitario Cis-Verde
CNPJ: 02.034.350/0001-02
Data: 24/03/2026

1. Apresentação da Pluzz Energia / Enecel Energia

A **Pluzz Energia** é uma empresa especializada em soluções de redução de custos com energia elétrica, utilizando créditos provenientes de geração de energia renovável.

Nossa atuação permite que consumidores reduzam seus gastos com eletricidade **s**em necessidade de investimento, obras ou instalação de equipamentos, mantendo o fornecimento normal pela concessionária. A empresa possui atuação consolidada na região, atendendo clientes residenciais, comerciais e institucionais, com foco em economia, sustentabilidade e simplicidade operacional.

A **Enecel Energia** é uma empresa mineira, atuante desde 1988 nos segmentos de comercialização, engenharia e consultoria em energia elétrica, possui sedes em Belo Horizonte e São Paulo, proporcionando serviços em todo o Brasil. Contando com uma equipe de profissionais capacitados, com o foco em compreender profundamente o mercado de energia, fornecendo soluções personalizadas para consumidores e geradores nos mercados livre e regulado.

2. Objetivo da Proposta

Esta proposta tem como objetivo oferecer ao **Consorcio Intermunicipal Multifinalitario Cis-Verde** uma solução para **redução dos custos com energia elétrica nas unidades consumidoras (UCs) dos município consorciados**, utilizando créditos de energia renovável provenientes de usinas sustentáveis.

A iniciativa pode gerar economia direta para os cofres públicos, contribuindo para melhor alocação dos recursos municipais.

3. Como Funciona a Energia por Assinatura

O modelo proposto pela Pluzz Energia segue as diretrizes da Geração Distribuída regulamentada pela ANEEL. O funcionamento ocorre da seguinte forma:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

1. A energia é produzida em nossas usinas.
2. Essa energia é convertida em créditos de energia elétrica.
3. Os créditos são compensados nas contas das unidades consumidoras cadastradas.
4. A prefeitura continua utilizando a energia normalmente da concessionária.
5. O valor final pago é reduzido devido à compensação dos créditos.

Importante destacar que:

- Não há necessidade de obras ou instalação de equipamentos.
- Não há alteração no fornecimento de energia.
- O processo é totalmente regulamentado.

4. Benefícios

A adoção da solução da Pluzz Energia traz diversos benefícios para a administração pública:

Redução de custos operacionais: Economia potencial de até **25% na conta de energia**.
Sem investimento inicial: Não é necessário adquirir equipamentos ou realizar obras.
Sem impacto na infraestrutura existente: A concessionária (Cemig) continua responsável pelo fornecimento.
Previsibilidade orçamentária: Redução recorrente nas despesas mensais com energia.
Sustentabilidade: Utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

5. Potenciais Aplicações

A solução pode ser aplicada em diversas unidades consumidoras do município, tais como:

- Prédios administrativos;
- Escolas municipais;
- Unidades de saúde;
- Postos de atendimento;
- Secretarias municipais;
- Outros imóveis públicos com consumo de energia.

Cada unidade poderá ser analisada individualmente para cálculo da economia potencial.

6. Etapas para Implementação

A implementação do projeto ocorre de forma simples:

1. Levantamento das unidades consumidoras: Coleta das contas de energia das unidades municipais.

2. Análise técnica: Simulação da economia possível para cada unidade.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

3. Estruturação contratual: Formalização do modelo de fornecimento de créditos de energia - Contratação direta ou por meio de licitação.

4. Início da compensação: Aplicação dos créditos nas contas de energia após o prazo regulatório (90 dias).

7. Diferenciais da Pluzz Energia

- **A única da região** com atendimento local e presencial em **Carangola - MG**
- Experiência na região - mais de 1000 clientes atendidos, como hospitais, farmácias, academias, comércio em geral, clubes, condomínios e residências.
- Processo simples e transparente.
- Equipe especializada em gestão de energia.
- Modelo regulamentado pela ANEEL.

Nosso objetivo é estabelecer uma **parceria de longo prazo com o município**, contribuindo para a eficiência energética e redução de gastos públicos.

8. Proposta:

Desconto de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre energia compensada para as unidades consumidoras (UCs) localizadas em área da Cemig.

Contrato com mínimo de 2 anos de fidelidade.

Validade da proposta: 30 dias.

9. Estimativa de Economia (Exemplo: Município de Carangola-MG)

DADOS FORNECIDOS UCs		ESTIMATIVA MENSAL DE ECONOMIA					
Unidade Consumidora	Consumo (KWH)	Classe	Custo Disp. (KWH)	Energia Compensada (KWH)	UC sem desconto (R$)	UC com desconto (R$)	Economia Mensal (R$)
3.856.459.018-99	11.131,00	Trifásico	100	11.031,00	R$ 12.354,72	R$ 9.266,04	R$ 3.088,68
2.959.586.018-33	9.760,00	Trifásico	100	9.660,00	R$ 10.819,20	R$ 8.114,40	R$ 2.704,80
3.308.340.018-48	6.996,00	Trifásico	100	6.896,00	R$ 7.723,52	R$ 5.792,64	R$ 1.930,88
2.959.583.018-67	3.960,00	Trifásico	100	3.860,00	R$ 4.323,20	R$ 3.242,40	R$ 1.080,80
1.854.766.018-12	3.617,00	Trifásico	100	3.517,00	R$ 3.939,04	R$ 2.954,28	R$ 984,76
3.227.285.018-54	2.800,00	Trifásico	100	2.700,00	R$ 3.024,00	R$ 2.268,00	R$ 756,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

5.907.957.018-83	2.664,00	Trifásico	100	2.564,00	R$ 2.871,68	R$ 2.153,76	R$ 717,92
392.618.018-40	2.395,00	Trifásico	100	2.295,00	R$ 2.570,40	R$ 1.927,80	R$ 642,60
10.381.799.018-73	2.153,00	Trifásico	100	2.053,00	R$ 2.299,36	R$ 1.724,52	R$ 574,84
8.025.791.018-02	2.080,00	Trifásico	100	1.980,00	R$ 2.217,60	R$ 1.663,20	R$ 554,40
5.036.947.018-94	1.874,00	Trifásico	100	1.774,00	R$ 1.986,88	R$ 1.490,16	R$ 496,72
5.580.538.018-29	1.680,00	Trifásico	100	1.580,00	R$ 1.769,60	R$ 1.327,20	R$ 442,40
10.908.189.018-30	1.654,00	Trifásico	100	1.554,00	R$ 1.740,48	R$ 1.305,36	R$ 435,12
4.808.833.018-63	1.616,00	Trifásico	100	1.516,00	R$ 1.697,92	R$ 1.273,44	R$ 424,48
11.325.521.018-97	1.593,00	Trifásico	100	1.493,00	R$ 1.672,16	R$ 1.254,12	R$ 418,04
3.253.472.018-57	1.377,00	Trifásico	100	1.277,00	R$ 1.430,24	R$ 1.072,68	R$ 357,56
2.959.594.018-34	1.376,00	Trifásico	100	1.276,00	R$ 1.429,12	R$ 1.071,84	R$ 357,28
8.809.855.018-17	1.366,00	Trifásico	100	1.266,00	R$ 1.417,92	R$ 1.063,44	R$ 354,48
8.570.886.018-21	1.299,00	Trifásico	100	1.199,00	R$ 1.342,88	R$ 1.007,16	R$ 335,72
9.697.708.018-14	1.299,00	Trifásico	100	1.199,00	R$ 1.342,88	R$ 1.007,16	R$ 335,72
11.254.244.018-63	1.283,00	Trifásico	100	1.183,00	R$ 1.324,96	R$ 993,72	R$ 331,24
1.037.578.018-52	1.273,00	Trifásico	100	1.173,00	R$ 1.313,76	R$ 985,32	R$ 328,44
2.959.596.018-15	1.272,00	Trifásico	100	1.172,00	R$ 1.312,64	R$ 984,48	R$ 328,16
7.746.418.018-12	1.268,00	Trifásico	100	1.168,00	R$ 1.308,16	R$ 981,12	R$ 327,04
4.309.697.018-08	1.261,00	Trifásico	100	1.161,00	R$ 1.300,32	R$ 975,24	R$ 325,08
2.959.584.018-52	1.248,00	Trifásico	100	1.148,00	R$ 1.285,76	R$ 964,32	R$ 321,44
5.580.541.018-72	1.231,00	Trifásico	100	1.131,00	R$ 1.266,72	R$ 950,04	R$ 316,68
2.959.597.018-00	1.198,00	Trifásico	100	1.098,00	R$ 1.229,76	R$ 922,32	R$ 307,44
7.139.503.018-10	1.116,00	Trifásico	100	1.016,00	R$ 1.137,92	R$ 853,44	R$ 284,48
4.737.963.018-38	983	Bifásico	50	933	R$ 1.044,96	R$ 783,72	R$ 261,24
719.483.018-03	919	Bifásico	50	869	R$ 973,28	R$ 729,96	R$ 243,32
12.836.170.018-06	883	Bifásico	50	833	R$ 932,96	R$ 699,72	R$ 233,24
7.122.909.018-53	858	Bifásico	50	808	R$ 904,96	R$ 678,72	R$ 226,24
3.447.898.018-48	816	Bifásico	50	766	R$ 857,92	R$ 643,44	R$ 214,48
2.959.592.018-53	744	Bifásico	50	694	R$ 777,28	R$ 582,96	R$ 194,32
3.253.471.018-61	725	Bifásico	50	675	R$ 756,00	R$ 567,00	R$ 189,00
4.055.154.018-28	690	Bifásico	50	640	R$ 716,80	R$ 537,60	R$ 179,20
2.959.595.018-20	682	Bifásico	50	632	R$ 707,84	R$ 530,88	R$ 176,96
2.959.591.018-68	673	Bifásico	50	623	R$ 697,76	R$ 523,32	R$ 174,44
11.155.510.018-98	620	Bifásico	50	570	R$ 638,40	R$ 478,80	R$ 159,60
3.551.552.018-74	607	Bifásico	50	557	R$ 623,84	R$ 467,88	R$ 155,96
2.972.953.018-74	583	Bifásico	50	533	R$ 596,96	R$ 447,72	R$ 149,24
5.809.772.018-25	569	Bifásico	50	519	R$ 581,28	R$ 435,96	R$ 145,32
235.971.018-39	563	Bifásico	50	513	R$ 574,56	R$ 430,92	R$ 143,64
4.198.733.018-62	527	Bifásico	50	477	R$ 534,24	R$ 400,68	R$ 133,56
2.959.587.018-29	519	Bifásico	50	469	R$ 525,28	R$ 393,96	R$ 131,32
5.311.863.018-25	458	Bifásico	50	408	R$ 456,96	R$ 342,72	R$ 114,24
10.254.879.018-61	458	Bifásico	50	408	R$ 456,96	R$ 342,72	R$ 114,24

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

9.001.142.018-10	427	Bifásico	50	377	R$ 422,24	R$ 316,68	R$ 105,56
392.627.018-37	425	Bifásico	50	375	R$ 420,00	R$ 315,00	R$ 105,00
4.988.135.018-11	412	Bifásico	50	362	R$ 405,44	R$ 304,08	R$ 101,36
9.211.250.018-35	372	Bifásico	50	322	R$ 360,64	R$ 270,48	R$ 90,16
392.603.018-01	361	Bifásico	50	311	R$ 348,32	R$ 261,24	R$ 87,08
11.068.595.018-00	358	Bifásico	50	308	R$ 344,96	R$ 258,72	R$ 86,24
5.242.662.018-73	345	Bifásico	50	295	R$ 330,40	R$ 247,80	R$ 82,60
3.784.297.018-85	345	Bifásico	50	295	R$ 330,40	R$ 247,80	R$ 82,60
2.959.585.018-48	345	Bifásico	50	295	R$ 330,40	R$ 247,80	R$ 82,60
4.550.214.018-82	342	Bifásico	50	292	R$ 327,04	R$ 245,28	R$ 81,76
1.204.307.018-86	334	Bifásico	50	284	R$ 318,08	R$ 238,56	R$ 79,52
6.661.241.018-91	311	Bifásico	50	261	R$ 292,32	R$ 219,24	R$ 73,08
3.819.244.018-83	281	Monofásico	30	251	R$ 281,12	R$ 210,84	R$ 70,28
12.693.522.018-05	280	Monofásico	30	250	R$ 280,00	R$ 210,00	R$ 70,00
7.491.562.018-77	276	Monofásico	30	246	R$ 275,52	R$ 206,64	R$ 68,88
4.114.540.018-36	265	Monofásico	30	235	R$ 263,20	R$ 197,40	R$ 65,80
2.355.845.018-03	262	Monofásico	30	232	R$ 259,84	R$ 194,88	R$ 64,96
11.454.750.018-39	262	Monofásico	30	232	R$ 259,84	R$ 194,88	R$ 64,96
4.784.357.018-60	262	Monofásico	30	232	R$ 259,84	R$ 194,88	R$ 64,96
3.285.843.018-81	255	Monofásico	30	225	R$ 252,00	R$ 189,00	R$ 63,00
1.037.715.018-31	242	Monofásico	30	212	R$ 237,44	R$ 178,08	R$ 59,36
552.851.018-57	234	Monofásico	30	204	R$ 228,48	R$ 171,36	R$ 57,12
83.450.018-70	229	Monofásico	30	199	R$ 222,88	R$ 167,16	R$ 55,72
11.155.411.018-05	222	Monofásico	30	192	R$ 215,04	R$ 161,28	R$ 53,76
7.092.455.018-79	215	Monofásico	30	185	R$ 207,20	R$ 155,40	R$ 51,80
2.959.593.018-49	202	Monofásico	30	172	R$ 192,64	R$ 144,48	R$ 48,16
4.988.136.018-07	167	Monofásico	30	137	R$ 153,44	R$ 115,08	R$ 38,36
3.370.803.018-28	154	Monofásico	30	124	R$ 138,88	R$ 104,16	R$ 34,72
2.959.600.018-04	153	Monofásico	30	123	R$ 137,76	R$ 103,32	R$ 34,44
2.959.590.018-72	151	Monofásico	30	121	R$ 135,52	R$ 101,64	R$ 33,88
4.404.360.018-34	151	Monofásico	30	121	R$ 135,52	R$ 101,64	R$ 33,88
3.505.126.018-81	146	Monofásico	30	116	R$ 129,92	R$ 97,44	R$ 32,48
4.573.281.018-84	114	Monofásico	30	84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
12.719.021.018-46	107	Monofásico	30	77	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
12.502.071.018-68	101	Monofásico	30	71	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
5.934.816.018-61	93	Monofásico	30	63	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
6.461.714.018-99	85	Monofásico	30	55	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
4.888.537.018-48	84	Monofásico	30	54	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
11.463.125.018-00	65	Monofásico	30	35	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

ECONOMIA MENSAL TOTAL (R$)	**R$ 25.326,84**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0 2 0 3 4 3 5 0 0 0 0 1 0 2 - 2 4 F 3 B A B C

ENECEL ENERGIA

pluzz energia

* Preço estimado do kwh: R$ 1,12
** Desconto de 25% sobre a energia compensada
*** UCs em vermelho com o consumo insuficiente, abaixo do permitido.

pluzz energia CALCULADORA DE ECONOMIA

VALOR DA TARIFA	R$1.12
GASTO KWH/ MÊS	90892
CLASSE DA CONEXÃO	N/A
DESCONTO PLUZZ	25%

ENERGIA COMPENSADA	90892

CLIENTE:	*PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA*
CNPJ:	*19.279.827/0001-04*

CONCESSIONÁRIA CEMIG

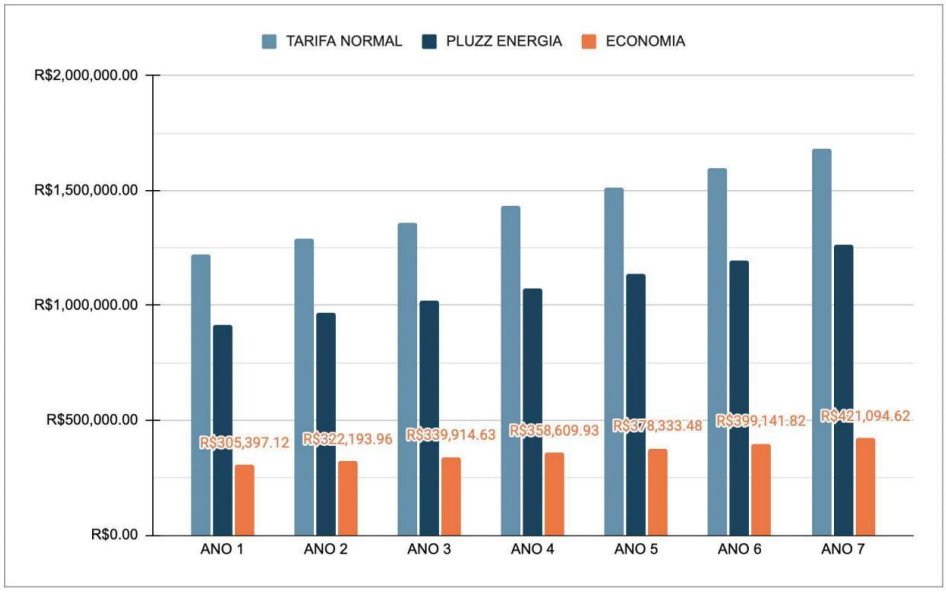
SIMULADOR DE ECONOMIA

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7
TARIFA NORMAL	R$1,221,588.48	R$1,288,775.85	R$1,359,658.52	R$1,434,439.74	R$1,513,333.92	R$1,596,567.29	R$1,684,378.49
PLUZZ ENERGIA	R$916,191.36	R$966,581.88	R$1,019,743.89	R$1,075,829.80	R$1,135,000.44	R$1,197,425.47	R$1,263,283.87
ECONOMIA	**R$305,397.12**	**R$322,193.96**	**R$339,914.63**	**R$358,609.93**	**R$378,333.48**	**R$399,141.82**	**R$421,094.62**

ECONOMIA COM A **PLUZZ ENERGIA** EM 7 ANOS

R$2,524,685.57

** Projeção de 5,5% de reajuste anual na tarifa da energia elétrica*



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0 2 0 3 4 3 5 0 0 0 0 1 0 2 - 2 4 F 3 B A B C

Contato

Thiago Ribeiro - Diretor Executivo - Pluzz Energia
Telefone: +55 (11) 93618 9248
E-mail: thiago@pluzzenergia.com.br

Fábio Pereira - Diretor Comercial - Enecel Energia
Telefone: +55 (31) 99569 0114
E-mail: fabio@enecel.com.br

Pluzz Energia
Rua Magalhães Queiroz, Loja 31
Bairro Ouro Verde - Carangola/MG

CNPJ: 62.228.802/0001-00

Enecel Energia
Rua Conselheiro Quintiliano Silva, nº 20,
Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG

CNPJ: 50.938.930/0001-69

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

ATA FINAL

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis - SAAE
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
Pregão por Maior Desconto Eletrônico - 006/2026

Datas Relevantes

Publicado	Inicio de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Inicio da Sessão
23/03/2026 15:56	23/03/2026 16:00	10/04/2026 23:59	15/04/2026 08:45	15/04/2026 09:00

Alterações de Prazos / Republicações

Inicio de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Inicio da Sessão	Alterado em	Alterado Por
26/02/2026 08:45	09/03/2026 23:59	12/03/2026 08:45	12/03/2026 08:46	11/03/2026 15:35	CRISTIANO GONÇALVES SIMÃO

Pedidos de Impugnação

Data Pedido	Pedido	Data Resposta	Julgamento	Arquivos
09/03/2026 - 10:57:52	Impugnação - EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A. -	11/03/2026 - 14:54:52	Deferido Parcialmente	Pedido: Impugnação Paraisópolis Assinada.pdf Julgamento: Resposta Impugnação Energia - Rev_Quest.pdf
Embasamento: Bom dia, segue impugnação para esclarecimentos, por gentileza. Grata				
Julgamento: Favor verificar arquivo em anexo.				
25/03/2026 - 09:58:13	Impugnação	30/03/2026 - 15:39:31	Deferido Parcialmente	Pedido: 001_Impugnacao_Edital_SAAE_Paraisopolis.pdf
Embasamento: Apresenta impugnação com pedido de suspensão diante de infrações à legislação federal				
Julgamento: Favor verificar o arquivo em anexo.				

Dúvidas

Data Dúvida	Assunto	Data Resposta
25/03/2026 - 17:50:07	PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	30/03/2026 - 16:24:31

Dúvida: Vimos, por meio deste, solicitar esclarecimentos quanto ao preenchimento da proposta comercial, especifi camente no que se refere à correta formação do percentual de desconto e às informações exigidas no sistema. Segue anexo.

Resposta: Favor verificar o arquivo em anexo.

18/03/2026 - 11:20:42	Resposta ao esclarecimento prestado referente ao Valor de referência e o desconto mínimo	-

Dúvida: Prezados, bom dia.

Agradecemos pelo esclarecimento prestado.

Entretanto, considerando a informação de que o valor a ser observado para fins de apresentação da proposta é aquele constante do edital, correspondente a R$ 269.310,90, e não o valor de referência de R$ 262.879,12, verificamos que permanece uma inconsistência operacional no sistema.

Isso porque o sistema encontra-se parametrizado com o valor de referência de R$ 262.879,12, de modo que o percentual de desconto inserido pela proponente fica necessariamente vinculado ao valor de R$ 262.879,12, uma vez que a plataforma realiza tal vinculação de forma automática. Assim, não é possível atrelar a proposta ao valor de R$ 269.310,90, conforme esclarecido.

Desse modo, na prática, embora o esclarecimento indique a adoção do valor de R$ 269.310,90, a formulação da proposta continua condicionada ao valor de R$ 262.879,12, em razão da configuração sistêmica atualmente existente. Tal situação pode gerar distorções na apresentação das propostas e comprometer a correspondência entre o critério informado e o efetivo processamento da disputa na plataforma.

Diante disso, solicitamos a correção do valor de referência lançado no sistema, para que passe a refletir o montante de R$ 269.310,90, a fim de assegurar compatibilidade entre o edital, o esclarecimento prestado e a operacionalização da proposta na plataforma.

Atenciosamente,

Resposta:

16/03/2026 - 09:02:52	Pedido esclarecimento Valor de referência e o desconto mínimo	17/03/2026 - 15:50:42

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

Dúvida: A empresa CGC – CENTRAIS DE GERAÇÃO COMPARTILHADA LTDA, interessada em participar do processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, solicitar esclarecimento quanto à forma de apresentação do percentual de desconto na proposta e nos lances, conforme previsto no edital.

Verifica-se que o instrumento convocatório estabelece percentual de desconto mínimo de 20%. Todavia, no momento do preenchimento da proposta no sistema eletrônico, observa-se que o valor indicado no campo "Valor de Referência" aparenta já considerar o referido desconto mínimo estabelecido no edital.

Diante disso, a fim de assegurar o correto preenchimento da proposta e a adequada formulação dos lances, evitando divergências de interpretação entre os licitantes participantes, solicita-se esclarecimento quanto aos seguintes pontos:

1. Divergência de valores
Há aparente divergência entre os valores indicados nos documentos do certame. Consta na minuta contratual que o custo estimado total da contratação para a vigência de 24 meses, considerando o desconto mínimo de 20% em GD I e a tarifa atual, é de aproximadamente R$ 269.310,90 (duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e dez reais e noventa centavos) considerando bandeira verde, e R$ 294.726,98 (duzentos e noventa e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais, noventa e oito centavos) considerando bandeira vermelha, para todo o período.

Entretanto, na plataforma eletrônica do pregão consta valor de referência de R$ 262.879,12, o que aparenta divergir do valor indicado na minuta contratual.

2. Forma de apresentação do percentual de lance no sistema eletrônico:
Solicita-se esclarecer como deve ser apresentado o percentual de lance no sistema eletrônico:

a) Se o percentual deve corresponder apenas ao desconto adicional em relação ao mínimo de 20% previsto no edital (por exemplo, lance de 1%, que resultaria em desconto total de 21%); ou
b) Se o percentual a ser registrado deve corresponder ao desconto total ofertado pela licitante, já considerando o percentual mínimo estabelecido (por exemplo, 21%).

Diante do exposto, solicita-se a gentileza de esclarecer qual é o valor de referência correto da contratação, bem como se o valor disponibilizado no sistema já contempla o desconto mínimo previsto no edital.

O presente pedido tem por finalidade garantir a correta interpretação das regras do certame e a uniformidade na apresentação das propostas pelos licitantes e a adequada formulação dos lances no sistema eletrônico.

Desde já agradecemos a atenção e aguardamos os esclarecimentos.

Resposta: Em atenção ao pedido de esclarecimento, informa-se que o valor de referência correto a ser considerado para fins de formulação das propostas e apresentação dos lances é R$ 269.310,90, calculado com base no desconto mínimo de 20%, conforme disposto nos itens 9.1 e 9.2.

O valor de R$ 262.879,12, identificado na plataforma eletrônica, decorre de versão preliminar do estudo técnico que considerava premissas distintas, não foi adotado.

Dessa forma, para fins de participação no certame, deverão ser observados exclusivamente os parâmetros estabelecidos no instrumento convocatório, prevalecendo as disposições do edital em caso de eventual divergência com informações constantes na plataforma.

Ressalta-se, ainda, que o valor de referência possui caráter meramente estimativo, não limitando a formulação das propostas, sendo o critério de julgamento o de maior desconto percentual, nos termos do edital.

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE), NOS TERMOS DA LEI Nº 14.300/2022, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ENERGIA PROVENIENTES DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMPARTILHADA COM FONTE FOTOVOLTAICA, DESTINADOS À COMPENSAÇÃO DO CONSUMO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. A CONTRATAÇÃO COMPREENDE A GESTÃO JUNTO À DISTRIBUIDORA, A ADESÃO À ENTIDADE DE GERAÇÃO COMPARTILHADA E DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. A REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA DAR-SE-Á MEDIANTE PAGAMENTO PELOS CRÉDITOS DE ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADOS NAS UNIDADES CONSUMIDORAS.	R$ 262.879,12	1,00	SVÇ	Homologado

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
25/02/2026 - 12:56	PROCESSO ENERGIA PDF.pdf
11/03/2026 - 15:09	Republicação do Edital.pdf
23/03/2026 - 15:53	RETIFICAÇÃO EDITAL 02.pdf
30/03/2026 - 15:44	Resposta Impugnação Energia - Rev_Quest (1) (1).pdf
30/03/2026 - 16:16	Resposta Impugnação Energia - Rev_Quest (1) (3).pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
23/03/2026 - 15:56:08	Republicação concluída	A republicação do processo foi concluída
15/04/2026 - 10:18:20		Você recebeu uma nova negociação no item 0001 do processo 006/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

15/04/2026 - 10:34:44	Documentos solicitados para o processo	Foram solicitadas diligências no item 1 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
15/04/2026 - 12:33:59		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 006/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
15/04/2026 - 12:34:18		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 006/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
15/04/2026 - 14:12:39		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 006/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
15/04/2026 - 15:01:40		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 006/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
15/04/2026 - 16:03:58		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 006/2026. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor Ofertado	Quantidade	Valor Absoluto
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE), NOS TERMOS DA LEI Nº 14.300/2022, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ENERGIA PROVENIENTES DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMPARTILHADA COM FONTE FOTOVOLTAICA, DESTINADOS À COMPENSAÇÃO DO CONSUMO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. A CONTRATAÇÃO COMPREENDE A GESTÃO JUNTO À DISTRIBUIDORA, A ADESÃO À ENTIDADE DE GERAÇÃO COMPARTILHADA E DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. A REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA DAR-SE-Á MEDIANTE PAGAMENTO PELOS CRÉDITOS DE ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADOS NAS UNIDADES CONSUMIDORAS.	CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	N/C	N/C	125.629,9 3 (52,21%)	1,00	125.629,93

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE), NOS TERMOS DA LEI Nº 14.300/2022, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ENERGIA PROVENIENTES DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMPARTILHADA COM FONTE FOTOVOLTAICA, DESTINADOS À COMPENSAÇÃO DO CONSUMO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. A CONTRATAÇÃO COMPREENDE A GESTÃO JUNTO À DISTRIBUIDORA, A ADESÃO À ENTIDADE DE GERAÇÃO COMPARTILHADA E DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. A REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA DAR-SE-Á MEDIANTE PAGAMENTO PELOS CRÉDITOS DE ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADOS NAS UNIDADES CONSUMIDORAS.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Lance	LC 123/2006
CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	44.257.786/0001-00	24/03/2026 - 15:51:51	N/C	N/C	20,00%	Sim
CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	61.434.476/0001-25	15/04/2026 - 08:08:58	N/C	N/C	22,00%	Sim
LITEN TECNOLOGIA PARA CIDADES LTDA	55.552.828/0001-44	11/03/2026 - 15:00:53	N/C	N/C	20,00%	Não
NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	46.918.126/0001-40	11/03/2026 - 15:16:58	N/C	N/C	22,00%	Não
EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	12.194.903/0001-30	13/04/2026 - 15:55:39	N/C	N/C	21,30%	Não
CONSORCIO ARAQUEM ENERGIA	58.505.390/0001-31	11/03/2026 - 15:37:05	N/C	N/C	20,50%	Não
CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	23.563.231/0001-09	14/04/2026 - 16:33:39	N/C	N/C	0,50%	Não
CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	56.183.156/0001-00	12/03/2026 - 08:18:55	N/C	N/C	22,00%	Sim
COOPERATIVA BRASILEIRA DE GERACAO DISTRIBUIDA	35.802.746/0001-01	23/03/2026 - 09:03:13	N/C	N/C	21,30%	Não
62.174.569 LORENA MARIA RODRIGUES DE SALES	62.174.569/0001-20	06/04/2026 - 17:06:34	N/C	SERENA	23,00%	Sim
CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	63.079.260/0001-14	08/04/2026 - 19:04:01	N/C	N/C	20,00%	Não
SOLARIS ECOTECH LTDA	54.285.505/0001-79	08/04/2026 - 20:37:21	N/C	N/C	100,00%	Sim
THOPEN ENERGIA S.A.	28.133.664/0001-48	13/04/2026 - 10:08:00	N/C	N/C	20,00%	Não
CONSORCIO PIRAPORA DE ENERGIA SOLAR	31.988.573/0001-07	14/04/2026 - 15:59:03	N/C	N/C	21,30%	Não
CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	37.117.775/0001-51	14/04/2026 - 16:14:46	N/C	N/C	20,00%	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
LITEN TECNOLOGIA PARA CIDADES LTDA	55.552.828/0001-44	60 dias
THOPEN ENERGIA S.A.	28.133.664/0001-48	60 dias
EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	12.194.903/0001-30	60 dias
SOLARIS ECOTECH LTDA	54.285.505/0001-79	90 dias
CONSORCIO ARAQUEM ENERGIA	58.505.390/0001-31	60 dias
NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	46.918.126/0001-40	60 dias
COOPERATIVA BRASILEIRA DE GERACAO DISTRIBUIDA	35.802.746/0001-01	60 dias
CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	23.563.231/0001-09	60 dias
CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	44.257.786/0001-00	60 dias
CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	61.434.476/0001-25	60 dias
CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	56.183.156/0001-00	60 dias

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

62.174.569 LORENA MARIA RODRIGUES DE SALES	62.174.569/0001-20	10 dias
CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	63.079.260/0001-14	60 dias
CONSORCIO PIRAPORA DE ENERGIA SOLAR	31.988.573/0001-07	90 dias
CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	37.117.775/0001-51	60 dias

Lances Enviados

0001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE), NOS TERMOS DA LEI Nº 14.300/2022, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ENERGIA PROVENIENTES DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMPARTILHADA COM FONTE FOTOVOLTAICA, DESTINADOS À COMPENSAÇÃO DO CONSUMO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. A CONTRATAÇÃO COMPREENDE A GESTÃO JUNTO À DISTRIBUIDORA, A ADESÃO À ENTIDADE DE GERAÇÃO COMPARTILHADA E DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. A REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA DAR-SE-Á MEDIANTE PAGAMENTO PELOS CRÉDITOS DE ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADOS NAS UNIDADES CONSUMIDORAS.

Data	Valor	CNPJ	Situação
11/03/2026 - 15:00:53	20,00 % (proposta)	55.552.828/0001-44 - LITEN TECNOLOGIA PARA CIDADES LTDA	Válido
11/03/2026 - 15:16:58	22,00 % (proposta)	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
11/03/2026 - 15:37:05	20,50 % (proposta)	58.505.390/0001-31 - CONSORCIO ARAQUEM ENERGIA	Válido
12/03/2026 - 08:18:55	22,00 % (proposta)	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
23/03/2026 - 09:03:13	21,30 % (proposta)	35.802.746/0001-01 - COOPERATIVA BRASILEIRA DE GERACAO DISTRIBUIDA	Válido
24/03/2026 - 15:51:51	20,00 % (proposta)	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido
06/04/2026 - 17:06:34	23,00 % (proposta)	62.174.569/0001-20 - 62.174.569 LORENA MARIA RODRIGUES DE SALES	Válido
08/04/2026 - 19:04:01	20,00 % (proposta)	63.079.260/0001-14 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	Válido
08/04/2026 - 20:37:21	100,00 % (proposta)	54.285.505/0001-79 - SOLARIS ECOTECH LTDA	Cancelado - O fornecedor solicitou a sua desclassificação no item. 15/04/2026 10:14:55
13/04/2026 - 10:08:00	20,00 % (proposta)	28.133.664/0001-48 - THOPEN ENERGIA S.A.	Válido
13/04/2026 - 15:55:39	21,30 % (proposta)	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
14/04/2026 - 15:59:03	21,30 % (proposta)	31.988.573/0001-07 - CONSORCIO PIRAPORA DE ENERGIA SOLAR	Válido
14/04/2026 - 16:14:46	20,00 % (proposta)	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
14/04/2026 - 16:33:39	0,50 % (proposta)	23.563.231/0001-09 - CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	Válido
15/04/2026 - 08:08:58	22,00 % (proposta)	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:11:09	25,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:11:35	25,00 %	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido
15/04/2026 - 09:13:09	26,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:13:14	25,50 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Cancelado - 15/04/2026 09:13:57
15/04/2026 - 09:13:14	21,00 %	63.079.260/0001-14 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	Válido
15/04/2026 - 09:13:26	26,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:13:34	22,00 %	63.079.260/0001-14 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	Válido
15/04/2026 - 09:13:42	27,00 %	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

15/04/2026 - 09:14:02	26,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:14:20	27,20 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:14:23	27,02 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:14:42	28,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:14:43	27,03 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:15:06	28,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:15:12	29,00 %	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido
15/04/2026 - 09:15:27	28,01 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:15:28	29,10 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:15:38	29,50 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:16:45	29,52 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:16:55	30,00 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:17:07	32,00 %	63.079.260/0001-14 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	Válido
15/04/2026 - 09:17:14	30,50 %	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido
15/04/2026 - 09:17:23	30,50 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:17:32	32,05 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:17:40	33,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:18:05	26,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:18:06	32,00 %	31.988.573/0001-07 - CONSORCIO PIRAPORA DE ENERGIA SOLAR	Válido
15/04/2026 - 09:18:18	34,00 %	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido
15/04/2026 - 09:18:23	33,05 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:18:34	35,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:18:34	34,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:18:42	35,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:18:55	35,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:19:00	35,50 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:19:01	36,00 %	23.563.231/0001-09 - CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:19:25	37,00 %	63.079.260/0001-14 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	Válido
15/04/2026 - 09:19:25	37,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:19:27	36,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:19:31	36,20 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:19:43	38,00 %	44.257.786/0001-00 - CONSORCIO BRASIL DE ENERGIA COMPARTILHADA	Válido
15/04/2026 - 09:19:47	37,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:19:59	38,50 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:20:01	38,20 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

15/04/2026 - 09:20:14	40,00 %	23.563.231/0001-09 - CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:20:15	38,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:20:19	38,60 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:20:31	40,00 %	46.918.126/0001-40 - NACIONAL RENOVAVEIS LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:20:44	40,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:20:45	40,20 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:21:01	38,00 %	63.079.260/0001-14 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	Válido
15/04/2026 - 09:21:21	40,60 %	61.434.476/0001-25 - CONSORCIO FLEX ENERGIA SUSTENTAVEL	Válido
15/04/2026 - 09:21:39	40,70 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:22:26	28,02 %	28.133.664/0001-48 - THOPEN ENERGIA S.A.	Válido
15/04/2026 - 09:22:39	41,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:23:48	41,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:24:26	38,60 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:25:22	41,60 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:25:41	42,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:25:54	41,70 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:27:16	42,10 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:27:20	42,20 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:27:46	43,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:28:21	43,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:28:37	44,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:28:48	44,20 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:29:02	44,30 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:29:12	44,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:29:35	44,51 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:30:05	44,55 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:30:07	44,55 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:30:21	45,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:30:31	44,65 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:30:53	45,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:31:05	45,01 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:31:19	45,50 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:32:43	45,51 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:33:08	45,60 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:33:15	45,80 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:33:58	45,90 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

15/04/2026 - 09:34:33	46,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:34:58	46,01 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:35:33	46,02 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:36:00	46,40 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:36:05	46,10 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:37:18	46,41 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:37:25	46,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:38:23	46,60 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:39:10	47,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:40:01	47,20 %	37.117.775/0001-51 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	Válido
15/04/2026 - 09:40:05	47,40 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:40:58	48,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:41:25	48,40 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:42:19	48,70 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:42:39	49,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:43:50	49,50 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:44:06	49,90 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:45:44	49,91 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:46:02	50,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:47:40	50,50 %	23.563.231/0001-09 - CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:48:02	51,00 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:49:50	51,50 %	23.563.231/0001-09 - CGC - CENTRAIS DE GERACAO COMPARTILHADA LTDA	Válido
15/04/2026 - 09:50:18	51,80 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 09:51:25	52,00 %	12.194.903/0001-30 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	Válido
15/04/2026 - 09:52:02	52,20 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido
15/04/2026 - 10:18:20	52,21 %	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Válido

Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	3ACS CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD - Copia.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	3ACS CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Cartao CNPJ.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CERTIDAO_FALENCIA_CONCORDATA_32497193.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Estadual.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Federal.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Municipal.pdf

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND trabalhista.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Consulta Regularidade do Empregador.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Contrato social registrado.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	crc amm licita mg.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Declaração GD Turmalina - Folha timbrada assinado.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	QSA Consorcio Simplifica MG.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CNH Douglas (1).pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	01.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	02.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	03.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	04.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	05.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	06.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	07.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	08.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	ACT_-_Sense_MG_assinado.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Declaração GD - Folha timbrada assinado (1).pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	16ºACS REGISTRADA SP - LUDFOR ENERGIA PARTICIPAÇÕES.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CARTÃO CNPJ[1].pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Certidao Negativa de Falencia.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CERTIDÃO NEGATIVA DE JUSTIÇA DO TRABALHO[1].pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Estadual part.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND FEDERAL part.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND FGTS LUDFOR.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Municipal part.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	IE LUDFOR PART.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	IM LUDFOR PART MATRIZ BARUERI - SP.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	15ACS_LUDFOR_ENERGIA _PARTICIPAÇÕES_RS.p df
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	ACS_LUDFOR_ENERGIA_ PARTICIPAÇÕES_RS.p df
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	2024_Ludfor Participações - Demonstrações Financeiras.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Demonstrações contábeis 12M23 Ludfor Energia Participações Ltda Individual e Consolidado.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Demonstrações financeiras 06M25 Ludfor Participações.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	20250520 ATA TRANSFORMACAO SIMPLIFICA ENERGIA GD S.A..pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Alvará Municipal Consorcio Simplifica GD.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Cartao CNPJ viva.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Certidão de Pessoa Jurídica Não Inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes Estaduais RS.pdf

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Certidão Judicial Cível Negativa de 1 Grau - Falência.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Estadual Simplifica.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Federal viva.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND FGTS viva.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Municipal (1).pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CNDT Justiça do Trabalho.pdf
0001	15/04/2026 - 12:33:59	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	IM.pdf
0001	15/04/2026 - 12:34:18	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	ANEXO III - Paraisopolis.docx
0001	15/04/2026 - 12:34:18	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	ANEXO IV - paraisopolis.docx
0001	15/04/2026 - 14:12:39	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Anexo III - Paraisopolis.pdf
0001	15/04/2026 - 14:12:39	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Anexo IV - Paraisopolis.pdf
0001	15/04/2026 - 15:01:40	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Consórcio Simplifica GD de MG.pdf
0001	15/04/2026 - 15:01:40	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Simplifica Viva Energia.pdf
0001	15/04/2026 - 15:01:40	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	CND Ludfor Part.pdf
0001	15/04/2026 - 15:01:40	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Certidão de Não Inscrito.pdf
0001	15/04/2026 - 16:03:58	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	FGTS CRF Consorcio Simplifica.pdf
0001	15/04/2026 - 16:03:58	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	FGTS CRF Ludfor.pdf
0001	15/04/2026 - 16:03:58	56.183.156/0001-00 - CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	FGTS CRF Simplifica.pdf

Inabilitados / Desclassificados

Data	Fornecedor	CNPJ	Detalhe
15/04/2026 - 10:14:55	SOLARIS ECOTECH LTDA	54.285.505/0001-79	Item 0001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE), NOS TERMOS DA LEI Nº 14.300/2022, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ENERGIA PROVENIENTES DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMPARTILHADA COM FONTE FOTOVOLTAICA, DESTINADOS À COMPENSAÇÃO DO CONSUMO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. A CONTRATAÇÃO COMPREENDE A GESTÃO JUNTO À DISTRIBUIDORA, A ADESÃO À ENTIDADE DE GERAÇÃO COMPARTILHADA E DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. A REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA DAR-SE-Á MEDIANTE PAGAMENTO PELOS CRÉDITOS DE ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADOS NAS UNIDADES CONSUMIDORAS.

Desclassificação: O fornecedor solicitou a sua desclassificação no item.

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
15/04/2026 - 16:50	22/04/2026 - 23:59	27/04/2026 - 23:59

0001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE), NOS TERMOS DA LEI Nº 14.300/2022, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ENERGIA PROVENIENTES DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA COMPARTILHADA COM FONTE FOTOVOLTAICA, DESTINADOS À COMPENSAÇÃO DO CONSUMO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. A CONTRATAÇÃO COMPREENDE A GESTÃO JUNTO À DISTRIBUIDORA, A ADESÃO À ENTIDADE DE GERAÇÃO COMPARTILHADA E

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

DEMAIS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. A REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA DAR-SE-Á MEDIANTE PAGAMENTO PELOS CRÉDITOS DE ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADOS NAS UNIDADES CONSUMIDORAS.

Intenções de Recurso

CNPJ	Data de Envio	Intenção	Julgamento
37117775000151 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	15/04/2026 - 10:25:28	Desejamos interpor recurso.	Deferido
63079260000114 - CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG	15/04/2026 - 10:26:37	O desconto de 100% fere o principio da isonomia.	Deferido
12194903000130 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	15/04/2026 - 10:28:41	Venho manisfestar a intenção de recurso e as razões serão encaminhadas dentro do prazo legal.	Deferido
37117775000151 - CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA	15/04/2026 - 16:43:15	Sr. Pregoeiro, desejamos interpor recurso.	Deferido
12194903000130 - EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA	15/04/2026 - 16:45:37	Manifesto intenção de recurso e as razões serão apresentadas posteriormente.	Deferido

Chat

Data	Apelido	Frase
11/03/2026 - 14:54:52	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (Resposta Impugnação Energia - Rev_Quest.pdf) em 11/03/2026 às 14:54.
11/03/2026 - 15:09:58	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (Republicação do Edital.pdf) em 11/03/2026 às 15:09.
23/03/2026 - 15:52	Sistema	O processo foi republicado em 23/03/2026 às 15:52.
23/03/2026 - 15:53:26	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (RETIFICAÇÃO EDITAL 02.pdf) em 23/03/2026 às 15:53.
30/03/2026 - 15:44:42	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (Resposta Impugnação Energia - Rev_Quest (1) (1).pdf) em 30/03/2026 às 15:44.
30/03/2026 - 16:16:46	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (Resposta Impugnação Energia - Rev_Quest (1) (3).pdf) em 30/03/2026 às 16:16.
15/04/2026 - 09:00:19	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
15/04/2026 - 09:08:21	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
15/04/2026 - 09:08:21	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
15/04/2026 - 09:08:21	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de 0,01 %. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
15/04/2026 - 09:08:47	Pregoeiro	Bom dia Sras. e Srs. Licitantes, sejam todos bem-vindos a este certame.
15/04/2026 - 09:09:02	Pregoeiro	Peço atenção para estas informações importantes:
15/04/2026 - 09:09:22	Pregoeiro	Toda e qualquer tratativa referente a este certame deve ser tratada exclusivamente através desta plataforma.
15/04/2026 - 09:09:31	Pregoeiro	Informo ainda que este Pregoeiro NÃO ATENDERÁ TELEFONEMAS de licitantes durante a sessão para preservar o princípio da isonomia.
15/04/2026 - 09:09:46	Pregoeiro	Por favor fiquem atentos ao digitar seus lances. ATENÇÃO: QUANDO O LICITANTE DIGITAR LANCE ERRADO, TEM 15 SEGUNDOS PARA CORRIGIR. Depois deste prazo, deve solicitar ao Pregoeiro a desclassificação do lance.
15/04/2026 - 09:10:11	Pregoeiro	Qualquer problema de sistema deve ser contatado o suporte do Portal de Compras Públicas.
15/04/2026 - 09:10:17	Pregoeiro	Peço atenção ao digitarem seus lances para que não ocorra a retirada da proposta nos causando transtornos na contratação.
15/04/2026 - 09:10:34	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
15/04/2026 - 09:10:34	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
15/04/2026 - 09:13:25	Sistema	Foi solicitado o cancelamento do lance de 25,50% para o item 0001 pelo fornecedor responsável pelo seu registro.
15/04/2026 - 09:13:57	Sistema	O pedido de cancelamento do lance de 25,50% para o item 0001 foi aprovado pelo pregoeiro.
15/04/2026 - 09:54:03	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
15/04/2026 - 10:00:01	Sistema	O item 0001 teve como arrematante SOLARIS ECOTECH LTDA - EPP/SS com lance de 100,00 %.
15/04/2026 - 10:10:44	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0001. O prazo é até às 10:15 do dia 15/04/2026.
15/04/2026 - 10:12:17	Pregoeiro	Bom dia SOLARIS ECOTECH LTDA - EPP/SS. Poderá cumprir a sua proposta?

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

15/04/2026 - 10:13:18	F. SOLARIS ECOTECH LTDA	Negociação Item 0001: Bom dia, venho atraves deste solicitar a desclassificação da empresa, uma vez que o lance ofertado inicial, teve erro de digitação.
15/04/2026 - 10:14:15	Sistema	Foi encerrada a negociação para o item 0001.
15/04/2026 - 10:14:15	Sistema	Motivo: O fornecedor solicitou sua desclassificação no item.
15/04/2026 - 10:14:55	Sistema	O fornecedor SOLARIS ECOTECH LTDA foi desclassificado para o item 0001 pelo pregoeiro.
15/04/2026 - 10:14:55	Sistema	Motivo: O fornecedor solicitou a sua desclassificação no item.
15/04/2026 - 10:14:55	Sistema	O item 0001 tem como novo arrematante CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD com lance de 52,20 %.
15/04/2026 - 10:15:56	Pregoeiro	Bom dia CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD está com a sua melhor proposta?
15/04/2026 - 10:16:16	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0001. O prazo é até às 10:21 do dia 15/04/2026.
15/04/2026 - 10:18:20	Sistema	O Item 0001 recebeu um lance negociado no valor de 52,21 %.
15/04/2026 - 10:21:17	Sistema	O fornecedor CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD teve sua proposta aceita no item 0001.
15/04/2026 - 10:21:26	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 15/04/2026 às 10:31.
15/04/2026 - 10:25:28	Sistema	O fornecedor CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
15/04/2026 - 10:26:37	Sistema	O fornecedor CONSORCIO I9 MEGA ENERGIA MG - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
15/04/2026 - 10:28:41	Sistema	O fornecedor EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
15/04/2026 - 10:34:44	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 12:34 do dia 15/04/2026.
15/04/2026 - 10:34:44	Sistema	Motivo: Prazo para o envio dos documentos de habilitação e da proposta readequada.
15/04/2026 - 11:31:12	F. CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD	Documentação Item 0001: Sr. Pregoeiro, solicito prorrogação dos prazos para envio dos documentos.
15/04/2026 - 11:39:21	Sistema	Foram solicitados documentos anexos para o item 0001. O prazo de envio é até às 14:34 do dia 15/04/2026.
15/04/2026 - 11:50:01	Pregoeiro	Sras. e Srs. licitantes, faremos intervalo para almoço e retornaremos às 13:30hs.
15/04/2026 - 12:33:59	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
15/04/2026 - 12:34:18	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
15/04/2026 - 14:12:39	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
15/04/2026 - 14:25:08	Sistema	Foram solicitados documentos anexos para o item 0001. O prazo de envio é até às 16:34 do dia 15/04/2026.
15/04/2026 - 14:25:08	Sistema	Motivo: Prazo para envio de documentos.
15/04/2026 - 15:01:40	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
15/04/2026 - 16:03:58	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
15/04/2026 - 16:40:32	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor CONSORCIO SIMPLIFICA ENERGIA GD.
15/04/2026 - 16:40:39	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 15/04/2026 às 16:50.
15/04/2026 - 16:43:15	Sistema	O fornecedor CONSORCIO RENOVA GESTAO DE ENERGIA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
15/04/2026 - 16:45:37	Sistema	O fornecedor EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
15/04/2026 - 16:52:13	Sistema	O prazo para recursos no item 0001 foi definido pelo pregoeiro para 22/04/2026 às 23:59, com limite de contrarrazão para 27/04/2026 às 23:59.
28/04/2026 - 08:10:09	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
28/04/2026 - 08:11:47	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por ELEANDRO DE SOUZA FRAGA.
28/04/2026 - 08:11:57	Sistema	O item 0001 foi homologado por ELEANDRO DE SOUZA FRAGA.

CRISTIANO GONÇALVES SIMÃO

Pregoeiro

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA

Autoridade Competente

Christopher De Lima e Silva

Apoio

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0 2 0 3 4 3 5 0 0 0 0 1 0 2 - 2 4 F 3 B A B C

CRISTIANO GONÇALVES SIMÃO

Apoio

Maiara Andressa Faria de Oliveira

Apoio

PALOMA SANTOS CARVALHEIRA

Apoio

Ricardo Siqueira Mendes Junior

Apoio

VLADIMIR MARCONDES DA SILVEIRA

Apoio

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 28/04/2026 às 08:14:54.
Código verificador: 12FF397

TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO

O(A) **CONSORCIADO(A)** encaminha seu Termo de Adesão ao **CONSÓRCIO**, conforme condições abaixo:

1. DADOS DO CONSÓRCIO

Razão Social:	CONSÓRCIO CEMIG SIM GD III
CNPJ:	45.955.633/0001-91
Endereço:	Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais

Consorciada Líder:	CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.-CEMIG SIM
CNPJ:	04.881.791/0001-67
Endereço:	Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais

2. DADOS DO(A) CONSORCIADO(A):

Razão Social:	Município de Lamim
CNPJ:	24.179.426/0001-12
Endereço:	Praça Divino Espírito Santo, nº 6, bairro Centro, CEP 36.455-000, Município de Lamim, Estado de Minas Gerais
Representante Legal:	Waldiney de Souza Campos
E-mail de contato:	gabinete@lamim.mg.gov.br

Unidades Consumidoras (nº)	Consumo de Referência (kWh)
3013151073	23.624,00
3003270696	11.988,00
3014107671	6.206,00
3003270693	3.861,00
3007329314	2.980,00
3010087942	2.353,00
3011705091	2.329,00
3007579527	1.224,00
3013668364	1.116,00
3006443620	1.053,00
3010529625	969,00
3003270686	764,00
3012427840	544,00

Classificação: Direcionado

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

3011108356	459,00
3005091627	393,00
3004465890	378,00
3007563407	330,00
3007646436	324,00
3003270687	318,00
3010701908	309,00
3006232740	208,00
3006255832	156,00
3003270697	149,00
3003270683	138,00
3003270685	129,00

3. ADESÃO AO CONSÓRCIO

3.1. O(A) CONSORCIADO(A) neste ato ingressa no CONSÓRCIO, e compromete-se a cumprir o Contrato de Consórcio celebrado entre a LÍDER e as demais Partes Consorciadas, e as demais normas a ele aplicáveis, estando ciente dos direitos e obrigações perante o CONSÓRCIO.

3.2. A adesão será analisada pela LÍDER e a efetiva participação do(a) CONSORCIADO(A) no CONSÓRCIO para fins do Sistema de Compensação de Energia Elétrica será aprovada após conferência do perfil de consumo, bem como critérios técnicos, regulamentares, legais e procedimentais aplicáveis. Para efetivar a participação, a LÍDER poderá alterar as condições das tabelas acima, comunicando previamente do(a) CONSORCIADO(A).

3.3. Aprovada a adesão, a LÍDER comunicará o(a) CONSORCIADO(A) por seus canais de comunicação disponibilizados

4. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1. Ao aderir ao CONSÓRCIO, o(a) CONSORCIADO(A), atendidos os critérios de elegibilidade e perfil de consumo, passará a ter acesso aos benefícios do Sistema de Compensação de Energia Elétrica diretamente na(s) sua(s) conta(s) de energia emitida(s) pela Distribuidora, nos termos da Lei Federal nº 14.300/2022 e da Resolução Normativa Aneel nº 1.059/2023, ou outra legislação que venha alterá-la ou substituí-la e com base na colaboração recíproca entre as Partes Consorciadas na proporção de sua participação no CONSÓRCIO.

4.2. Após análise pela LÍDER, serão apurados os Percentuais de Locação da usina do(a) CONSORCIADO(A) no CONSÓRCIO, conforme relação entre o consumo de referência da(s) Unidade(s) Consumidora(s) e a geração média de cada usina vinculada ao CONSÓRCIO, segmentado na(s) Unidade(s) Consumidora(s) do(a) CONSORCIADO(A). Estes direitos econômicos poderão variar de tempos e tempos, conforme controles que serão mantidos e atualizados pela LÍDER e informados à Distribuidora, visando compatibilizá-los com a expectativa de consumo de cada Unidade Consumidora.

4.3. A energia gerada pela Usina e injetada na rede da Distribuidora será efetivamente consumida pela(s) unidade(s) consumidora(s) do(a) CONSORCIADO(A), tendo direito à compensação proporcional à sua participação no CONSÓRCIO. Assim, se em determinado mês, o(a) CONSORCIADO(A) consumir menos energia do que lhe garante sua participação, o excedente se acumulará para ser utilizado em até 60 (sessenta) meses, ou, se, em determinado mês, o O(A) CONSORCIADO(A) consumir mais do que a sua participação, poderá compensar apenas até o limite máximo estabelecido pela sua participação, acrescidos de eventuais créditos acumulados em meses anteriores, independentemente do consumo dos demais consorciados.

Classificação: Direcionado

5. CONTRIBUIÇÕES MENSAIS E PAGAMENTOS

5.1. Pela adesão, o(a) CONSORCIADO(A) pagará uma contribuição mensal ao CONSÓRCIO, calculada na forma do Anexo II do Contrato de Consórcio, considerando um Múltiplo de Locação equivalente a um desconto de 16% sobre a Tarifa, aplicável ao subgrupo e à classe consumidora do(a) CONSORCIADO(A), incluídos, quando houver, valores de bandeiras tarifárias incidentes no período de faturamento e os tributos incidentes sobre a operação que, na data de faturamento, sejam aplicáveis para o sistema de compensação de energia elétrica, nos termos da legislação.

5.2. O Múltiplo de Locação poderá ser majorado ou reduzido pela LÍDER para fins de reequilíbrio econômico-financeiro em caso de alterações nas condições existentes quando da assinatura do presente Termo de Adesão e, em especial: (i) a criação, modificação ou extinção de obrigações tributárias que diretamente incidam sobre o objeto deste Termo de Adesão e/ou na tarifa de energia praticada pela Distribuidora, incluindo, sem limitação, a majoração ou redução das alíquotas dos tributos aplicáveis, (ii) mudança da lei ou da regulação aplicável ao setor de energia elétrica que impactem no objeto do presente Termo de Adesão.

5.3. Os documentos para pagamento serão enviados ao E-mail de Contato informado, contendo os dados necessários, os valores e as datas de vencimento.

6. PRAZOS APLICÁVEIS

6.1. O(A) CONSORCIADO(A) assume o compromisso de manter sua adesão ao CONSÓRCIO pelo prazo de 60 (sessenta) meses (Prazo de Vigência de Participação), contados a partir do primeiro registro de energia elétrica injetada em seu favor para compensação na(s) fatura(s) de energia elétrica da(s) Unidade(s) Consumidora(s) da CONSORCIADA(A), o qual será prorrogado automaticamente por igual período ou por outro período que as partes contratarem de comum acordo.

6.2. Caso não haja interesse do(a) CONSORCIADO(A) ou da LÍDER em prorrogar o Prazo de Vigência de Participação original, a parte interessada deverá comunicar a outra parte sua intenção, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias (Prazo de Notificação de Não Renovação Automática) do término do Prazo de Vigência de Participação que estiver em vigor.

6.3. O(A) CONSORCIADO(A) obriga-se também a manter sua adesão ao CONSÓRCIO pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses (Prazo de Fidelidade), também contado a partir do primeiro registro de energia elétrica injetada em seu favor para compensação na(s) fatura(s) de energia elétrica da(s) Unidade(s) Consumidora(s) da CONSORCIADA(A).

6.4. O(A) CONSORCIADO(A) tem o direito de comunicar a LÍDER, por escrito, sua intenção de encerrar antecipadamente o Termo de Adesão, observando-se o seguinte:

a) O comunicado do(a) CONSORCIADO(A) deverá ser enviado com antecedência de 90 (noventa) dias (Prazo de Denúncia).

b) Cumprido o Prazo de Fidelidade e o Prazo de Denúncia, incluindo os pagamentos das contribuições mensais correspondentes a esses períodos, não serão aplicadas outras penalidades ao(à) CONSORCIADO(A);

c) Cumprido somente o Prazo de Fidelidade, se o(a) CONSORCIADO(A) decidir deixar o CONSÓRCIO sem cumprir integralmente o Prazo de Denúncia, serão devidos (i) multa penal não compensatória, equivalente a 100% (cem por cento) da média das 12 (doze) últimas contribuições mensais, pagas pelo(a) CONSORCIADO(A), calculado proporcionalmente considerando o número de dias para completar o Prazo de Denúncia não cumprido, e (ii) encargos por atraso, se houver.

d) Se o(a) CONSORCIADO(A) decidir deixar o CONSÓRCIO sem cumprir integralmente o Prazo de Fidelidade e o Prazo de Denúncia, serão devidos (i) multa penal não compensatória, equivalente a 100% (cem por cento) da média das 12 (doze) últimas contribuições mensais, pagas pelo(a) CONSORCIADO(A), calculado proporcionalmente considerando a soma de a) número de dias para completar o Prazo de Fidelidade não cumprido, e b) número de dias do Prazo de Denúncia não cumprido; e (ii) encargos por atraso, se houver.

Classificação: Direcionado

6.5. As multas e penalidades deverão ser pagas pelo(a) CONSORCIADO(A) no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data da rescisão, exclusão e/ou desligamento do CONSÓRCIO, mediante boleto a ser enviado ou débito automático em conta do(a) CONSORCIADO(A), a critério da LÍDER.

6.6. Diante de rescisão, exclusão e/ou desligamento, o(a) CONSORCIADO(A) também será responsável pelo pagamento de saldos de geração injetados e acumulados anteriores ao fato gerador da rescisão, exclusão e/ou desligamento, caso ainda não tenham sido emitidos os correspondentes documentos de pagamento. Os valores em reais serão calculados considerando os montantes de kW/h injetados e acumulados, multiplicados pelo último Múltiplo de Locação. Mediante negociação por escrito entre as partes, os valores devidos pela rescisão, exclusão e/ou desligamento poderão ser parcelados.

6.7. Em qualquer hipótese de encerramento será formalizado Termo de Encerramento de Participação em Consórcio:

a) Caso existam valores a serem pagos pelo(a) CONSORCIADO(A), o documento estabelecerá a confissão de dívida, com validade e eficácia condicionados ao pagamento integral;

b) Inexistindo valores a serem pagos pelo(a) CONSORCIADO(A), o documento indicará a quitação das obrigações existentes entre as partes

7. RESPONSABILIDADES DO(A) CONSORCIADO(A)

7.1. O(a) CONSORCIADO(A) declara, neste ato, conhecer o Contrato de Consórcio e obriga-se a cumpri-lo integralmente, sem ressalvas, objeções e/ou restrições, e compromete-se a pagar, pontualmente, as contribuições mensais de sua responsabilidade, nas datas de seus vencimentos.

7.2. O(a) CONSORCIADO(A), com a assinatura do presente instrumento, assume o compromisso de prestar todas as informações e praticar todos os atos que estejam ao seu alcance, conforme solicitado pela LÍDER, visando o regular cumprimento das obrigações do CONSÓRCIO.

7.3. O(a) CONSORCIADO(A) compromete-se a consultar a LÍDER ou a empresa responsável pela gestão deste Termo de Adesão, por meio do canal de atendimento ao cliente, com 60 (sessenta) dias de antecedência, quanto a eventuais alterações a serem promovidas perante a Distribuidora que afetem de qualquer maneira o Termo de Adesão, especialmente, mas não se limitando, à injeção de energia na(s) Unidade(s) Consumidora(s) do presente instrumento, qualquer alteração cadastral nas Unidades Consumidoras indicadas, ou instalação de equipamento de geração de energia solar própria. A não comunicação prévia à LÍDER ou à empresa responsável poderá ensejar, dentre outros, a cobrança e a consequente obrigação do (a) CONSORCIADO(A) de pagamento dos valores correspondentes a eventual energia injetada na(s) Unidade(s) Consumidora(s), mesmo que estas tenham sido impactadas por alterações promovidas perante a Distribuidora sem a mencionada consulta prévia

8. MORA E PENALIDADES

8.1. O(A) CONSORCIADO(A) será considerado em Mora se (i) permanecer mais de 15 (quinze) dias corridos, contados do vencimento, sem realizar o pagamento de qualquer parcela devida, ou (ii) permanecer mais de 30 (trinta) dias sem cumprir qualquer outra obrigação, neste caso contado do recebimento de notificação enviada pela LÍDER ou quem este indicar.

8.2. Inexistindo pagamento de qualquer contribuição mensal devida pelo(a) CONSORCIADO(A) na data do vencimento, sobre o valor incidirá multa não compensatória de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos pro rata die. Por atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa e juros, incidirá atualização pelo IPCA, também pro rata die.

8.3. Caso persista o inadimplemento, o CONSÓRCIO, a LÍDER, ou quem estes indicar, poderá adotar as seguintes medidas, isoladamente ou em conjunto:

a) Enviar notificação ao(à) CONSORCIADO(A), informando que, no prazo de 15 (quinze) dias, os débitos poderão ser incluídos em cadastros de órgãos de proteção ao crédito;

Classificação: Direcionado

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

b) Suspender os Direitos Econômicos e Políticos, com consequente suspensão de injeção de energia elétrica em favor do(a) CONSORCIADO(A);

c) Excluir o(a) CONSORCIADO(A) do CONSÓRCIO, exigindo-lhe o pagamento de:

(i) Multas não compensatórias por não cumprimento de Prazo de Fidelidade e o Prazo de Denúncia

(ii) juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação positiva do IGP-M da FGV ou outro índice que vier a substituí-lo, contados desde a data do vencimento das multas até que ocorra seu integral pagamento;

(iii) honorários de advogado calculados sobre o montante devido, sendo 10% (dez por cento) em caso de cobrança extrajudicial, ou 20% (vinte por cento), em caso de cobrança judicial

(iv) perdas e danos que o(a) CONSORCIADO(A) der causa.

(v) outras penalidades previstas no Contrato de Consórcio e na legislação.

8.4. Em caso de suspensão, rescisão, exclusão e/ou desligamento, a participação do(a) CONSORCIADO(A) poderá ser transferida pelo CONSÓRCIO ou pela LÍDER para quem estes indicar, não sendo devido ao(a) CONSORCIADO(A) qualquer valor, compensação ou créditos futuros.

8.5. O(A) CONSORCIADO(A) permanece responsável pelo pagamento de saldos de geração injetados e acumulados anteriores ao fato gerador da suspensão, rescisão, exclusão e/ou desligamento, caso ainda não tenham sido emitidos os correspondentes documentos de pagamento. Os valores em reais serão calculados considerando os montantes de kW/h injetados e acumulados, multiplicados pelo último Múltiplo de Locação / Desconto Sobre a Tarifa (%)

9. PODERES CONCEDIDOS

9.1. Por este Termo de Adesão, o(a) CONSORCIADO(A) concede os seguintes poderes para a LÍDER praticar exclusivamente atos de administração do CONSÓRCIO, vedada a utilização para outras finalidades:

a) representar o(a) CONSORCIADO(A) em Distribuidoras de energia elétrica, agências regulatórias, órgãos públicos, autarquias, fundações, seguradoras, cartórios, entre outros, exclusivamente para funcionamento regular da Usina e do CONSÓRCIO;

b) assinar alterações do Contrato de Consórcio e/ou livros para formalizar (i) ingresso, desligamento, saída e exclusão de novos consorciados, incluindo o(a) CONSORCIADO(A) (ii) transferência de participações no CONSÓRCIO, (iii) dissolução, liquidação e extinção do CONSÓRCIO; (iv) adequações necessárias em função de legislação e normas regulatórias aplicáveis; e (v) alterações dos Direitos Econômicos dos demais consorciados e o percentual da energia destinado às Unidades Consumidoras, quando admitidas no CONSÓRCIO;

c) assinar documentos para o CONSÓRCIO viabilizar o funcionamento da Usina, desde que não implique na assunção de dívidas ou obrigações pecuniárias para o(a) CONSORCIADO(A), além da sua contribuição mensal;

d) praticar atos e assinar documentos necessários para o funcionamento regular da Usina, incluindo, mas não se limitando, a conexão à rede da Distribuidora de energia elétrica;

e) representar o CONSÓRCIO em juízo ou fora dele, em todo e qualquer assunto;

f) praticar os demais atos de competência da LÍDER nos termos do Contrato de Consórcio e deste mandato, incluindo, mas não se limitando, aos atos necessários para firmar acordos, transigir e renunciar a direitos exclusivamente para assegurar o funcionamento regular da Usina e do CONSÓRCIO;

g) receber citações, intimações e notificações provenientes de qualquer processo judicial e/ou administrativo relacionado ao CONSÓRCIO e/ou a Usina e/ou a participação do(a) CONSORCIADO(A);

Classificação: Direcionado

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

h) substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui conferidos.

i) promover as adequações que se fizerem necessárias em função de alterações realizadas pelas autoridades competentes nas legislação e normas regulatórias aplicáveis ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica ou na legislação tributária aplicável que importem na criação, alteração, suspensão ou extinção de tributos, alteração de alíquotas, alteração da base de cálculo ou mudança do tratamento tributário relativo ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica, com comprovada repercussão na formação da Contribuição Mensal, resultando em sua majoração ou redução automática, mediante envio de notificação pela Líder à Parte Consorciada, sem que seja necessária a celebração de um aditamento a este Contrato ou ao Termo de Adesão

9.2. Os poderes passam a vigorar com a assinatura do presente Termo de Adesão, por todo o Prazo de Vigência de Participação, com eficácia até que seja formalizado o término das obrigações pactuadas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer alteração deste Termo de Adesão deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

10.2. O(A) CONSORCIADO(A), quando da assinatura do presente Termo de Adesão, expressamente consente com o tratamento e a transferência de seus dados relativos a consumo de energia elétrica, faturamento e pagamentos realizados, dentre outros de mesma natureza e que sejam pertinentes à finalidade do CONSÓRCIO, ao cumprimento dos termos da Lei 14.300/2022 e da Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, ou outra legislação que venha alterá-la ou substituí-la, e qualquer regimento ou norma aplicável às atividades econômicas do ou relacionadas ao CONSÓRCIO. O(A) CONSORCIADO(A) afirma, ainda, que nada do disposto no presente Termo de Adesão ou no Contrato de Consórcio viola seus direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018).

10.3. O(A) CONSORCIADO(A), o CONSÓRCIO e a LÍDER declaram conduzir suas atividades de forma ética e em estrito cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades, declarando e garante por si, pelos associados de seu grupo econômico, por seus sócios, administradores, empregados, representantes e contratados (em conjunto os “Colaboradores” e isoladamente “Colaborador”) que, na condução de seus negócios:

a) seguem estritamente todas as leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades;

b) Não financiam, custeiam, patrocinam ou de qualquer modo subvencionam a prática de atos ilícitos;

c) Não prometem, oferecem ou dão, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada;

d) Não violam qualquer controle interno de contabilidade, não falsificam qualquer livro ou registro contábil e não possuem qualquer fundo ou ativo que não esteja devidamente registrado em seus livros e registros contábeis;

e) Não alocam, para a execução do objeto deste instrumento, colaborador que tenha parentesco até o 2º (segundo) grau ou negócios de qualquer natureza com agente público ou a terceiro a ele relacionado, que possa influenciar na obtenção de vantagens indevidas ao objeto deste instrumento;

f) Não praticam/ atividades que violam as Leis Anticorrupção e de Combate à Lavagem de Dinheiro, especialmente as Leis Federais nº 12.846/13 e nº 9.613/98;

g) Até onde é de seu conhecimento, nem elas, nem nenhum de seus Colaboradores, estão sendo investigados por qualquer autoridade ou órgão público, e não há qualquer processo administrativo ou judicial em curso contra ela e/ou qualquer de seus Colaboradores, cujo objeto seja o descumprimento de Leis Anticorrupção.

10.4. Quaisquer alterações que vierem a ser promovidas no presente Termo de Adesão terão o prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da formalização da mencionada alteração, para serem implementadas, nos termos da Lei Federal nº 14.300/2022 e da Resolução Normativa Aneel nº 1.059/2023, ou outra legislação que venha alterá-la ou substituí-la.

Classificação: Direcionado

10.5. O presente Termo de Adesão entra em vigor na data da sua assinatura, e as obrigações definidas terão início a partir do efetivo ingresso do(a) CONSORCIADO(A), bem como a data em que houver a efetiva geração dos créditos em favor da(s) unidade(s) consumidora(s) do(a) CONSORCIADO(A).

10.6. Se qualquer parte permitir, mesmo por omissão, a inobservância no todo ou em parte de quaisquer cláusulas e condições do Termo de Adesão, tal fato não poderá liberar, desonerar, ou de qualquer modo afetar ou prejudicar as demais regras, que permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

10.7. O(A) CONSORCIADO(A), reconhece o presente Termo de Adesão e os documentos para pagamento enviados em conformidade com suas regras e condições, como documentos de dívida, nos termos da legislação em vigor, conferindo-lhes valor de título executivo extrajudicial, para todos os fins de direito, obrigando o(a) CONSORCIADO(A), seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

10.8. As obrigações sob responsabilidade do CONSÓRCIO poderão ser realizadas por intermédio de empresa contratada especialmente para esta finalidade, o que o(a) CONSORCIADO(A) está ciente e concorda.

10.9. Caso este instrumento seja assinado em formato eletrônico e/ou por meio de certificados digitais, as partes reciprocamente reconhecem sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia, bem como de seus anexos, formado em meio digital. Portanto, concordam que a utilização das assinaturas nas formas aqui mencionadas são manifestações válidas de anuência e de sua vontade, inclusive por meios que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

10.10. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como competente para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro

10.11. É responsabilidade do(a) CONSORCIADO(A) possuir Dotação Orçamentária disponível para fazer frente aos pagamentos previstos no presente instrumento.

Belo Horizonte, de de 2026

Assinatura do(a) CONSORCIADO(A)

WALDINEY DE SOUZA CAMPOS:03368755684

Assinado de forma digital por WALDINEY DE SOUZA CAMPOS:03368755684
Dados: 2026.03.10 15:54:38 -03'00'

Nome do assinante / representante legal: Waldiney de Souza Campos
CPF: 033.687.556-84
E-mail do assinante: gabinete@lamim.mg.gov.br

Assinatura Eletrônica
10/03/2026 17:07 (BRT)
BRy
073.*** ***-38
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos

Classificação: Direcionado

1435	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE
516	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000.15500000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:48590A92

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 304/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026 – CONTRATO Nº 304/2026 – Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS VOLTADOS AO FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Vigência: A vigência será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em 08/06/2026. Contratada: EDITORA MIGUILIM LTDA., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 21.543.798/0001-98. O valor do contrato é R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Dotação orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1434	02.007.000.0012.0365.0027.2083.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - QESE
1435	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE
516	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000.15500000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:2C6ED5CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 305/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026 – CONTRATO Nº 305/2026 – Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS VOLTADOS AO FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Vigência: A vigência será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em 08/06/2026. Contratada: SENEDOS NEGOCIOS GOVERNAMENTAIS LTDA., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 50.850.610/0001-52. O valor do contrato é R$ 87.225,00 (oitenta e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais).

Dotação orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1434	02.007.000.0012.0365.0027.2083.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - QESE
1435	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE
516	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000.15500000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:B68F695D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 306/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026 – CONTRATO Nº 306/2026 – Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS VOLTADOS AO FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Vigência: A vigência será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em 08/06/2026. Contratada: SK DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 36.718.488/0001-34. O valor do contrato é R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Dotação orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	TIPO DE RECURSO
1434	02.007.000.0012.0365.0027.2083.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - QESE
1435	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE
516	02.007.000.0012.0361.0027.2073.333 9030000000000000.15500000000	INFRAESTRUTURA EFICIENTE E EFICAZ PARA MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - QESE

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:8A752F71

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 310/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 310/2026 – PREGÃO ELETRONICO Nº 107/2025 – Objeto: LOCAÇÃO DE CAMINHOES , INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E OS GASTOS ATINENTES A MANUTENÇÃO.A vigência do contrato será 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 02/06/2026. Contratada: **THV SANEAMENTO LTDA**, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº **08.371.302/0001-21**. Valor total R$ 1.025.979,69(um milhão vinte e cinco mil novecentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos). Dotação orçamentária: 02.009.0004.0451.0029.2032.3.3.90.39.00– ficha 1591.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:767518A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG– ERRATA CONTRATO Nº 311/2026, ONDE SE LÊ: Objeto: Locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), de fonte fotovoltaica, instalado remotamente e de posse da própria CONTRATADA, na categoria de minigeração de energia elétrica, conforme Resolução Normativa nº 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, LEIA A SE: Objeto: Locação de sistema de geração distribuída de energia elétrica com compensação de créditos energéticos destinados ao atendimento das unidades consumidoras do Municipio.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0 2 0 3 4 3 5 0 0 0 0 1 0 2 - 2 4 F 3 B A B C

Pouso Alegre 11/06/2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:1D693CFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 49/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 49/2026 – Objeto: Locação de caminhões. A sessão pública será realizada no dia 30 de junho de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Vanessa Moraes Skielka Silva – Pregoeira Municipal.

Pouso Alegre/MG, 11 de junho de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:2A28A19E

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 328/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 18/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 328/2025. PREGÃO ELETRONICO Nº 18/2025. Objeto: " **CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE WEB PARA PROVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO FISCAL TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, SEM LIMITE DE USUÁRIOS, CONTEMPLANDO EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS PADRÃO NACIONAL, SERVIÇOS COMPLEMENTARES, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS INTERNOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO NECESSÁRIAS AO SEU FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.** CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA. O contrato obriga-se a continuar por mais 12 (doze) meses, com inicio em 30/06/2026 e término previsto para 29/06/2026. Data assinatura: 09/06/2026. Dotação orçamentária nº 02.008.0004.0123.0028.2036.3.3.90.40.00– ficha 600.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:C667DD7D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 4.494 DE 11 DE JUNHO DE 2026.

ATUALIZA OS VALORES DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N. ° 014, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRATA, MG, usando da competência privativa que lhe confere o art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 014, de 13 de dezembro de 2018, que **"DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO/LICENCIAMENTO AMBIENTAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";**

CONSIDERANDO, as tipologias de empreendimentos e atividades licenciadas pelo município do Prata/MG, de acordo com o Anexo Único da DN COPAM Nº 213/2017, alterada para a DN Nº 250/2024; e

CONSIDERANDO QUE o parágrafo único do **Art. 3º** que autoriza ao Poder Executivo a atualizar anualmente os valores constantes do Anexo I, com o objetivo de recompor seus valores originais, respeitados os índices inflacionários, utilizando se do **IGPM** ou outro índice que venha a substituí-lo;

DECRETA:

Art. 1° - Com o objetivo de recompor os valores originais ficam atualizados em **2,75% (dois vírgula setenta e cinco por cento)** , todos os valores monetários constantes do Anexo I da Lei Complementar de n. ° 014 de 13 de dezembro de 2018;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prata/MG, 11 de junho de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

TABELA 1 – LISTAGENS A, B, C, D, E e F
Licenciamento Simplificado

Modalidade	Fase	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 0
LAS	LAS	551,77	659,42	-	-
LAS/RAS	RAS	4.458,75	5.131,62	5.131,62	-
LES	LES	-	-	-	60,56

Licenciamento Concomitante

Modalidade	Fase	Classe 2	Classe 3	Classe 4
LAC 1	LP+LI+LO	24.507,77	24.507,77	32.957,07
LAC 1	LOC	45.515,05	45.515,05	61.210,35
LAC 2	LP	-	12.072,29	16.902,96
LAC 2	LP+LI	-	13.520,30	18.591,96
LAC 2	LI+LO	-	16.058,49	21.125,44
LAC 2	LIC	-	25.111,58	34.527,91
LAC 2	LIC+LO	-	40.806,91	55.049,50
LAC 2	LO	-	15.615,44	20.521,60
LAC 2	LOC	45.515,05	45.515,05	61.210,35

Outros Valores

Serviço	Valor (R$)
EIA/RIMA Classe 3	14.487,15
EIA/RIMA Classe 4	18.074,75
Renovação LO Classe 3	3.582,58
Renovação LO Classe 4	8.434,44
2ª Via Certificado	94,20
2ª Via Não Passível	33,64
Análise Areia de Fundição	1.935,98
Prorrogação de LI	3.114,46
Prorrogação Outras Licenças	3.114,11

TABELA 2 – LISTAGEM G
Licenciamento Simplificado

Modalidade	Fase	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 0
LAS	LAS	511,38	565,22	-	-
LAS/RAS	RAS	1.505,22	1.774,36	2.960,68	-
LES	LES	-	-	-	60,56

Licenciamento Concomitante

Modalidade	Fase	Classe 2	Classe 3	Classe 4
LAC 1	LP+LI+LO	7.722,94	7.722,94	11.262,80
LAC 1	LOC	4.782,53	4.782,53	6.694,68
LAC 2	LP	-	4.349,35	6.436,52
LAC 2	LP+LI	-	5.150,08	7.657,32
LAC 2	LI+LO	-	4.677,53	6.755,94
LAC 2	LIC	-	9.560,70	14.220,72
LAC 2	LIC+LO	-	13.198,19	19.370,82
LAC 2	LO	-	3.675,52	5.150,08
LAC 2	LOC	4.782,53	4.782,53	6.694,67

Outros Valores

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE
Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)[1]

O presente ETP integra a fase preparatória do Processo Administrativo nº 058/2026 e constitui instrumento destinado à identificação da necessidade administrativa, à análise das alternativas disponíveis para seu atendimento e à definição da solução que se mostre técnica e economicamente mais adequada ao interesse público.

Nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 18, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021, o ETP tem por finalidade evidenciar o problema a ser solucionado, avaliar as possibilidades existentes no mercado e demonstrar a viabilidade da contratação, servindo de fundamento para a elaboração do Termo de Referência e dos demais documentos da fase preparatória.

A elaboração deste estudo decorre da demanda previamente formalizada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, relacionada à necessidade de redução das despesas com energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas pelo procedimento, mediante avaliação de soluções compatíveis com o Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, a geração distribuída e as demais alternativas tecnicamente disponíveis.

O estudo deverá considerar, entre outros aspectos, os quantitativos estimados, os requisitos técnicos e regulatórios, as condições de execução, as alternativas disponíveis no mercado, a viabilidade econômica, os resultados pretendidos e os riscos relevantes, de forma a subsidiar decisão administrativa devidamente motivada quanto à solução a ser adotada.

I - INFORMAÇÕES BÁSICAS

ÁREA REQUISITANTE: Setor Administrativo / Coordenação Administrativa

RESPONSÁVEL: Sérgio Müller de Miranda – Secretário Executivo

NATUREZA DO OBJETO: Serviço comum de natureza continuada, consistente na contratação de empresa ou entidade especializada para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de geração distribuída de fonte fotovoltaica, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, observadas a Lei nº 14.300/2022, a regulamentação da ANEEL e a Lei nº 14.133/2021.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 28, inciso I, 29, 78, inciso IV, e 82 da Lei nº 14.133/2021, mediante critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, nos termos do art. 33, inciso II, da mesma Lei.

CONTATO: E-mail: cisverde@yahoo.com – Tel.: (32) 3741-3313.

PREVISÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO: até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal da Administração, admitida prorrogação por igual período, mediante solicitação apresentada durante o prazo, devidamente justificada e aceita pela Administração.

PREVISÃO DE INÍCIO DA CONTRATAÇÃO: 31/09/2026.

PRAZO PRELIMINAR: Após a formalização do instrumento contratual e emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar imediatamente as providências técnicas, cadastrais e administrativas necessárias à operacionalização da compensação, devendo o início efetivo da compensação ocorrer no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contado da emissão da Ordem de Serviço e da disponibilização, pela Administração, dos documentos e informações necessários. Após a implantação, os serviços serão executados de forma continuada durante a vigência contratual. Esse prazo já foi adotado no DFD do processo.

CRITÉRIO E REGIME DE JULGAMENTO: Maior Desconto, aplicado sobre a base econômica correspondente à energia elétrica efetivamente compensada nas unidades consumidoras abrangidas, observado o percentual mínimo aceitável de 28,30%, conforme Formação do Preço Estimado – FPE e demais documentos da fase preparatória.

---

[1] Art. 6º, inciso XX, da Lei n.º 14.133/2021;
Art. 2º, inciso XI e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022;
Art. 18, inciso I e §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

II – EQ UIPE DE APOIO, PLANEJAMENTO, GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Marco Antonio da Silva

EQUIPE DE PLANEJAMENTO	GESTOR DE CONTRATOS
Maristela Bernardino do Carmo	Gilberto Damas de Sousa
Viviane G. C. Vitalino	Sérgio Müller Miranda
Allan Linhares do Nascimento	

III - DO GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

GRAU DE PRIORIDADE: A presente contratação possui grau de prioridade elevado, considerando seu potencial de promover redução contínua das despesas com energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas, contribuindo diretamente para a eficiência e racionalização do gasto público.
DA ENTREGA OBJETO: Conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência, edital e demais anexos.

IV - BASE LEGAL, TIPO DE PROCEDIMENTO E MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA

4.1 **BASE LEGAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:** O presente processo administrativo será regido, especialmente, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, no que se refere ao regime jurídico dos consórcios públicos, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações introduzidas, dentre outras, pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, bem como pela Lei nº 14.300/2022, pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aplicável à micro e minigeração distribuída e ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, além das demais normas internas e setoriais pertinentes ao objeto.

4.2 **DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA O REGISTRO DE PREÇOS**: Poderá ser utilizado, quando compatível e apenas de forma subsidiária ou como referência procedimental, normas federais regulamentadoras da Lei nº 14.133/2021, desde que não conflitantes com os regulamentos próprios do CIS-VERDE e observada sua esfera de aplicação.

4.3 Considerando que o objeto possui natureza de serviço comum, cujos padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e requisitos técnicos previamente estabelecidos, mostra-se adequada a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1 A utilização da forma eletrônica favorece a ampliação da competitividade, da transparência e da participação de potenciais fornecedores, permitindo disputa objetiva e eficiente e contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.3.2 O procedimento adotará o critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplicado sobre a base econômica definida nos documentos da contratação, observados os requisitos mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos no Termo de Referência e no edital.

4.4 DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

4.4.1 A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP mostra-se adequada à presente contratação em razão da existência de múltiplas unidades consumidoras, pertencentes a diferentes entes consorciados, com demandas energéticas variáveis e possibilidade de contratações futuras conforme as necessidades efetivamente verificadas durante a vigência da ata.

4.4.2 A estimativa atualmente consolidada contempla unidades consumidoras vinculadas aos Municípios de Carangola, Faria Lemos e Pedra Bonita, cujos consumos apresentam características e quantitativos distintos, circunstância que recomenda instrumento capaz de permitir contratações conforme a demanda efetiva, dentro dos limites máximos previamente registrados. O DFD registra justamente que os quantitativos devem decorrer dos históricos reais das UCs e que possuem natureza estimativa.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

4.4.3 O SRP encontra fundamento nos arts. 78, inciso IV, e 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, permitindo que as futuras contratações sejam realizadas conforme a efetiva necessidade dos participantes, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

4.4.4 A adoção do SRP também se mostra compatível com o julgamento pelo critério de maior desconto, devendo o edital estabelecer objetivamente a base sobre a qual incidirá o percentual ofertado, os quantitativos máximos, as unidades consumidoras abrangidas e as demais condições necessárias à futura contratação.

4.5 MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

4.5.1 A escolha do Pregão Eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços e julgamento pelo maior desconto, decorre das características concretas da contratação e da possibilidade de definição objetiva dos requisitos técnicos da solução.

4.5.2 O modelo permite ampliar a competitividade, assegurar tratamento isonômico aos licitantes, promover transparência e rastreabilidade dos atos praticados e, principalmente, possibilitar disputa direta pelo maior percentual de economia a ser proporcionado à Administração, mantidos os padrões mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos nos documentos técnicos.

4.5.3 A solução procedimental adotada mostra-se, portanto, compatível com os princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, planejamento, transparência, eficiência, economicidade, competitividade e julgamento objetivo previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como com a finalidade de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

4.6 SÍNTESE DA JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES

4.6.1 Foram feitas algumas correções jurídicas necessárias, sem modificar a opção já definida pelo processo por Pregão Eletrônico + SRP + maior desconto.

4.6.2 A primeira foi corrigir a referência à Lei Complementar nº 123, que no texto estava indicada como sendo de "14/07/00". A norma correta é a LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.6.3 Também retirei o Decreto nº 11.462/2023 como fundamento direto, porque ele regulamenta o SRP no âmbito da Administração Pública federal. Ele pode ser utilizado como referência subsidiária se houver compatibilidade ou adoção pelo CIS-VERDE, mas a fundamentação direta e suficiente para o SRP neste processo está nos arts. 78, IV, e 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.6.4 Pelo mesmo motivo, ajustei a menção à IN SEGES/ME nº 73/2022. Essa IN disciplina menor preço e maior desconto na forma eletrônica no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; portanto, não convém apresentá-la como norma diretamente obrigatória ao CIS-VERDE, salvo hipótese específica de recursos federais ou adoção interna.

4.6.5 O item 3.3 também foi reformulado. A justificativa genérica baseada em "entregas parceladas" não corresponde bem a este objeto. Aqui, o fundamento mais sólido para o SRP está na variação das demandas energéticas, multiplicidade das unidades consumidoras e possibilidade de contratações futuras pelos participantes, exatamente como já foi construído no DFD.

V - OBJETO DO ESTUDO, PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto analisar a viabilidade técnica e econômica da realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, objetivando futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada em energia renovável para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de geração distribuída de fonte fotovoltaica, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, destinados às unidades consumidoras dos entes participantes, de acordo com as condições e requisitos técnicos a serem definidos nos documentos subsequentes da contratação.

5.2 A solução pretendida deverá proporcionar redução das despesas com energia elétrica mediante aplicação do percentual de desconto contratado sobre a base econômica correspondente à energia efetivamente compensada, observadas a Lei nº 14.300/2022, a regulamentação da ANEEL e as demais normas aplicáveis ao setor elétrico.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

5.3 **ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO
1	% de desc.	Contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, mediante disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos energéticos no âmbito do SCEE, com aplicação do percentual de desconto sobre a energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras abrangidas.

5.3.1 **RESUMO DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS:**

MUNICÍPIO	CONSUMO KWH/MÊS
CARANGOLA	71.000 kWh/mês
FARIA LEMOS	19.074 kWh/mês
PEDRA BONITA	17.500 kWh/mês

5.3.2 A demanda apresenta caráter variável, em razão das particularidades de consumo das unidades consumidoras dos municípios participantes, das oscilações mensais próprias do consumo de energia elétrica e da efetiva quantidade de energia passível de compensação.

5.3.3 Os quantitativos apresentados possuem natureza estimativa e foram definidos com base nos dados de consumo informados pelos Municípios de Carangola, Faria Lemos e Pedra Bonita, devendo sua consolidação definitiva considerar as unidades consumidoras abrangidas, os respectivos históricos de consumo e a energia efetivamente passível de compensação. O próprio DFD determina que essa estimativa seja sustentada, preferencialmente, pelos históricos e faturas das unidades consumidoras.

5.3.4 DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

I- Após a formalização do instrumento contratual decorrente da Ata de Registro de Preços e a emissão da respectiva Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar as providências técnicas, cadastrais, administrativas e regulatórias necessárias à vinculação das unidades consumidoras e à operacionalização da compensação dos créditos de energia elétrica perante a distribuidora competente.

II- O início efetivo da compensação deverá ocorrer em prazo de até 90 (noventa) dias, contado da emissão da Ordem de Serviço e da disponibilização, pelo contratante, das informações e documentos necessários à execução, observados os procedimentos e prazos regulatórios aplicáveis perante a distribuidora de energia elétrica. Esse prazo já foi adotado no DFD como parâmetro preliminar da contratação.

a) Caso circunstâncias técnicas, regulatórias ou administrativas alheias à atuação da contratada impossibilitem o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, eventual pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes de seu término, acompanhado de justificativa e documentação comprobatória, cabendo à Administração analisar fundamentadamente sua pertinência.

5.3.5 Após o início da compensação, a execução ocorrerá de forma continuada durante a vigência dos instrumentos contratuais decorrentes da Ata de Registro de Preços, observadas as quantidades efetivamente demandadas, os limites registrados e as condições estabelecidas no Termo de Referência, edital, ata e contrato.

5.3.6 O acompanhamento e a fiscalização da execução serão realizados por agentes formalmente designados pelo órgão contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo ao fiscal verificar, entre outros aspectos, a efetiva disponibilização e compensação dos créditos, os quantitativos compensados, a aplicação do percentual de desconto e a conformidade dos demonstrativos apresentados com as respectivas faturas.

5.3.7 Caso sejam identificados descumprimentos ou irregularidades, o fiscal deverá registrar a ocorrência e adotar as providências inerentes à sua competência, comunicando ao gestor do contrato as situações que demandem decisão ou providências administrativas superiores.

5.3.8 OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

I- A contratação tem como objetivo principal reduzir, de forma mensurável e continuada, as despesas com energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas, mediante utilização de créditos

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

provenientes de geração distribuída de fonte fotovoltaica e aplicação do percentual de desconto obtido no procedimento licitatório.

II- Pretende-se, ainda, proporcionar maior eficiência na gestão dos gastos energéticos, dispensar investimentos públicos diretos na construção e manutenção de infraestrutura própria de geração, permitir acompanhamento objetivo da economia proporcionada, incentivar a utilização de fonte renovável e assegurar que as contratações sejam realizadas conforme a demanda efetivamente verificada pelos participantes.

III- A solução deverá proporcionar economia sem comprometer a continuidade do fornecimento de energia elétrica, permanecendo as unidades consumidoras sujeitas às condições técnicas e regulatórias estabelecidas pela distribuidora e pelo Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

5.3.9 SÍNTESE DA JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES

I- As alterações foram necessárias principalmente para adequar o texto à natureza real da contratação.

II- O objeto deixou de ser descrito apenas como "locação de Sistema de Geração Distribuída", porque, conforme já consolidado no DFD, o resultado que a Administração efetivamente pretende contratar é a disponibilização e compensação de créditos energéticos, com economia mediante percentual de desconto. O DFD já caracteriza a execução dessa forma.

III- Também foi retirada toda a disciplina de "entrega do produto em 5 dias na sede do Consórcio", pois não existe entrega física neste objeto. A execução ocorre nas unidades consumidoras, mediante procedimentos perante a distribuidora e posterior compensação dos créditos.

IV- O prazo foi ajustado para até 90 dias para início efetivo da compensação, preservando a coerência com o DFD e considerando que há procedimentos cadastrais, técnicos e regulatórios prévios.

V- Foi retirada, ainda, a referência direta ao Decreto Federal nº 11.246/2022 e mantido o fundamento do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 para fiscalização, evitando aplicação automática de regulamento federal ao CIS-VERDE.

5.3.10 DA EXECUÇÃO E AFERIÇÃO

I- A execução do objeto deverá observar as condições previstas no Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos contratuais decorrentes, sendo acompanhada e fiscalizada pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021.

II- A aferição deverá considerar, especialmente, a quantidade de energia efetivamente compensada, a correspondência entre os créditos alocados e as faturas das unidades consumidoras, a correta aplicação do percentual de desconto contratado e a economia financeira efetivamente proporcionada.

VI - DOS REQUISITOS E DAS CONDIÇÕES GERAIS E DA CONTRATAÇÃO E DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP[2]

6.1 Os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar deverão guardar coerência com o Documento de Formalização da Demanda – DFD e orientar a elaboração do Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais decorrentes, observadas as características técnicas, econômicas, regulatórias e operacionais da solução definida como viável.

6.2 A solução deverá observar a legislação e a regulamentação aplicáveis ao setor elétrico, especialmente a Lei nº 14.300/2022 e as normas expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL relativas à micro e minigeração distribuída, à geração compartilhada e ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

6.3 A futura contratada deverá comprovar capacidade técnica, operacional e jurídica compatível com o objeto, bem como condições suficientes para disponibilização dos créditos energéticos necessários ao atendimento das unidades consumidoras abrangidas pelas futuras contratações, observados os quantitativos estimados e os requisitos definidos no Termo de Referência.

[2] Art. 18, §1º, inc. III, da Lei nº 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

6.4 A execução deverá compreender, além da disponibilização dos créditos de energia, a adoção das providências técnicas, administrativas e cadastrais necessárias à operacionalização da compensação perante a distribuidora competente, incluindo o acompanhamento da alocação dos créditos e a disponibilização das informações e documentos necessários à fiscalização e à conferência da execução.

6.5 A solução deverá permitir aferição objetiva e periódica dos resultados, mediante confronto entre as faturas das unidades consumidoras, os demonstrativos de compensação e os documentos apresentados pela contratada, possibilitando a verificação:

6.5.1 da quantidade de energia efetivamente compensada;

6.5.2 da correta alocação dos créditos energéticos;

6.5.3 da aplicação do percentual de desconto contratado;

6.5.4 da economia financeira efetivamente obtida; e

6.5.5 do cumprimento dos níveis de desempenho estabelecidos nos instrumentos da contratação.

6.6 O critério econômico da futura contratação deverá ser estruturado sobre o percentual de desconto incidente sobre a base econômica correspondente à energia efetivamente compensada, conforme metodologia definida nos documentos da fase preparatória, adotando-se o critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, nos termos do planejamento desenvolvido no Processo Administrativo nº 058/2026.

6.7 O percentual mínimo de aceitabilidade econômica deverá observar o parâmetro definido na Formação do Preço Estimado – FPE, sem prejuízo da disputa por percentuais superiores durante o procedimento licitatório.

6.8 A execução da solução deverá ocorrer sem necessidade de investimento direto da Administração na implantação, aquisição, operação ou manutenção de usina própria de geração, cabendo à futura contratada os custos, encargos, riscos operacionais e providências relacionados à estrutura de geração e à disponibilização dos créditos energéticos, ressalvadas as obrigações expressamente atribuídas ao contratante.

6.9 A solução deverá preservar a continuidade e a segurança do atendimento das unidades consumidoras, não podendo sua implantação ou execução ocasionar interrupção ou comprometimento do fornecimento convencional de energia elétrica realizado pela distribuidora.

6.10 Deverão ser previstos mecanismos que assegurem transparência, rastreabilidade e confiabilidade da execução, permitindo à Administração acesso aos demonstrativos de alocação, compensação, faturamento e demais informações necessárias à fiscalização e à aferição dos resultados da contratação.

6.11 O procedimento licitatório deverá observar os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente legalidade, impessoalidade, igualdade, planejamento, transparência, eficiência, economicidade, competitividade, proporcionalidade e julgamento objetivo, assegurando igualdade de condições aos licitantes que atendam aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

6.12 Os requisitos de habilitação técnica deverão restringir-se ao necessário e proporcional à demonstração da capacidade de execução do objeto, evitando exigências excessivas ou sem pertinência com a contratação que possam restringir indevidamente a competitividade.

6.13 Os quantitativos objetos das futuras contratações deverão observar as demandas efetivamente apresentadas pelas unidades consumidoras participantes, respeitados os limites máximos estimados e registrados no procedimento, considerando a natureza variável do consumo de energia elétrica e a sistemática do Sistema de Registro de Preços.

6.14 Durante a execução contratual, eventual alteração legislativa, regulatória, tarifária ou tributária que interfira diretamente na sistemática de compensação, na base econômica de incidência do desconto ou nas condições de execução deverá ser analisada pela Administração, observados os instrumentos legais aplicáveis à preservação das condições contratuais e do equilíbrio econômico-financeiro, quando caracterizada hipótese legal.

6.15 Eventual prorrogação contratual deverá observar os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à demonstração da manutenção da vantajosidade da contratação, do adequado cumprimento das obrigações assumidas e da permanência da necessidade administrativa que fundamentou a contratação.

6.16 Os requisitos definitivos da contratação serão consolidados no Termo de Referência, considerados os resultados deste Estudo Técnico Preliminar, da Formação do Preço Estimado – FPE, da Análise de Riscos e dos demais documentos integrantes da fase preparatória.

VII – DA QUANTIDADE ESTIMADA E DA FORMAÇÃO DE PREÇO ESTIMADO (FPE)[3]

7.1 DA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

7.1.1 Considerando as peculiaridades do objeto, a estimativa econômica da contratação não será definida exclusivamente por preço unitário fixo em reais, uma vez que a vantagem econômica pretendida decorre da aplicação de percentual de desconto sobre a base econômica correspondente à energia efetivamente compensada.

7.1.2 Formação do Preço Estimado – FPE foi estruturada mediante levantamento de percentuais identificados em referências de mercado, contratação similar, procedimento licitatório público e proposta comercial apresentada ao CIS-VERDE, permitindo estabelecer parâmetro econômico para aferição da vantajosidade da futura contratação.

7.1.3 Conforme metodologia consolidada nos documentos da fase preparatória, foi apurado percentual médio estimado de desconto de 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento), adotado como parâmetro mínimo de aceitabilidade econômica da futura disputa. O DFD já registra esse percentual e sua aplicação sobre a base econômica correspondente à energia efetivamente compensada.

7.1.4 A disputa será realizada pelo critério de julgamento de MAIOR DESCONTO, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser consideradas inaceitáveis propostas que não atendam ao percentual mínimo definido nos documentos da contratação.

7.1.5 A estimativa dos quantitativos e a formação do parâmetro econômico da contratação encontram fundamento no DFD e nos demais elementos produzidos durante a fase preparatória, que identificaram a necessidade administrativa, os municípios inicialmente interessados, os respectivos consumos estimados e a solução pretendida para redução das despesas com energia elétrica.

7.1.6 Para fins de dimensionamento preliminar da contratação, foram considerados os dados de consumo informados pelos Municípios de Carangola, Faria Lemos e Pedra Bonita. Os quantitativos possuem natureza estimativa e deverão ser considerados juntamente com as unidades consumidoras efetivamente abrangidas, seus históricos de consumo e a quantidade de energia passível de compensação, observadas as condições do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE. Os valores de consumo acima já constam do DFD do processo.

7.1.7 As informações levantadas constituem parâmetro para o dimensionamento da demanda, sem representar obrigação de contratação integral, especialmente em razão da natureza variável do consumo de energia elétrica e da utilização pretendida do Sistema de Registro de Preços.

7.1.8 O objeto deste ETP enquadra-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21/09/2018[4], não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3° do decreto supracitado, cuja execução indireta é vedada. Enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 20 da Lei 14133 e do Decreto n° 10.818/2021, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

7.1.9 **A contratação possui natureza de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho, qualidade, execução e aferição da solução podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no edital mediante especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.**

[3] Art. 18, §1º, inc. IV e VI, da Lei n° 14.133/2021.
[4] Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

7.1.10 A solução compreende a disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de geração distribuída de fonte fotovoltaica, sendo possível estabelecer objetivamente requisitos de execução, quantitativos estimados, metodologia de compensação, critérios de medição e faturamento e percentual de desconto aplicável.

7.1.11 Para definição inicial dos quantitativos da contratação, foi realizada consulta aos municípios consorciados, com a finalidade de identificar o interesse na participação no procedimento e levantar as respectivas unidades consumidoras e demandas relacionadas à compensação de energia elétrica por meio de créditos provenientes de geração distribuída.

7.2 LEVANTAMENTO E JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

7.3 Em resposta à consulta realizada, os Municípios de Carangola, Faria Lemos e Pedra Bonita manifestaram interesse inicial na participação da contratação, devendo as respectivas demandas ser consolidadas a partir das informações das unidades consumidoras indicadas por cada ente.

7.4 A estimativa quantitativa deverá considerar, para cada município participante, especialmente:

- identificação das unidades consumidoras – UCs;
- histórico de consumo de energia elétrica;
- consumo médio mensal em kWh;
- consumo anual estimado;
- modalidade e enquadramento da unidade consumidora;
- custo de disponibilidade, quando aplicável;
- quantidade estimada de energia passível de compensação;
- eventual margem técnica necessária à adequada gestão dos créditos.

7.5 Os quantitativos deverão ser definidos com base em dados históricos efetivamente disponíveis, preferencialmente mediante análise das faturas de energia elétrica das unidades consumidoras abrangidas, evitando-se estimativas genéricas ou desvinculadas do consumo real.

7.6 Considerando a utilização do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos possuirão natureza estimativa e representarão os limites máximos de contratação durante a vigência da ata, não implicando obrigação de contratação integral pela Administração.

7.7 Para os municípios que manifestarem interesse e integrarem o procedimento desde sua fase preparatória, deverão ser identificadas as respectivas demandas e quantitativos, de modo a permitir a adequada consolidação do registro de preços.

7.8 Eventual utilização futura da ata por ente que não tenha participado dos procedimentos iniciais deverá observar as condições legais aplicáveis aos órgãos ou entidades não participantes, não se confundindo com a demanda previamente registrada pelos participantes do procedimento.

7.9 A utilização do SRP deverá, portanto, permitir que as contratações sejam realizadas conforme a demanda efetivamente verificada, respeitados os quantitativos máximos registrados, as unidades consumidoras aptas à compensação e as condições estabelecidas no edital, na ata e nos instrumentos decorrentes.

MUNICÍPIO	CONSUMO ESTIMADO KWH/MÊS	CONSUMO ESTIMADO KWH/ANO
CARANGOLA	71.000 kWh/mês	852.000 kWh/ANO
FARIA LEMOS	19.074 kWh/mês	228.888 kWh/ANO
PEDRA BONITA	17.500 kWh/mês	210.0 h/ANO

VIII- DA FORMAÇÃO DE PREÇO ESTIMADO (FPE)[5]

8.1 Em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a formação do preço estimado da contratação foi realizada mediante análise de referências compatíveis com o objeto pretendido, consistente na contratação de solução destinada à compensação de energia elétrica por meio de créditos provenientes de geração distribuída, com aplicação de percentual de desconto sobre a energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras abrangidas pela contratação.

8.2 Considerando a natureza específica do objeto, cuja remuneração está diretamente relacionada à energia compensada e ao percentual de desconto incidente sobre a respectiva base tarifária, a

[5] Art. 23 da Lei nº 14.133/2021

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

pesquisa de preços foi estruturada mediante a combinação de contratações similares realizadas pela Administração Pública, referências de mercado e pesquisa direta com fornecedor especializado, buscando identificar parâmetros efetivamente praticados no segmento.

8.3 Foram consideradas, nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, contratações públicas de objeto semelhante, dentre elas o Pregão por Maior Desconto Eletrônico nº 006/2026, promovido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG – SAAE, cujo instrumento convocatório estabeleceu desconto mínimo de 20%, tendo a disputa alcançado desconto final negociado de 52,21%.

8.4 Também foi considerada, como referência complementar de mercado, contratação no âmbito do Consórcio CEMIG SIM GD III, envolvendo o Município de Lamim/MG, na qual foi estabelecida sistemática de contribuição mensal equivalente a desconto de 16% sobre a tarifa, aplicável às respectivas unidades consumidoras.

8.5 Além das referências acima, foi obtida proposta comercial diretamente junto a fornecedor especializado, nos termos do art. 23, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. A empresa Pluzz Energia / Enecel Energia, em proposta comercial apresentada diretamente ao CIS-VERDE em 24 de março de 2026, ofertou desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a energia compensada para unidades consumidoras localizadas na área de concessão da CEMIG, com previsão de prazo mínimo de 2 (dois) anos de fidelidade.

8.6 A proposta comercial apresenta, ainda, simulação econômica elaborada com base em unidades consumidoras situadas no Município de Carangola/MG, adotando, para fins estimativos, valor de R$ 1,12 por kWh, com aplicação de desconto de 25% sobre a energia compensada e projeção de economia mensal total de aproximadamente R$ 25.326,84, considerando as unidades analisadas.

8.7 A pesquisa demonstra, portanto, a existência dos seguintes parâmetros percentuais relacionados ao objeto:

- 16% – referência contratual do Consórcio CEMIG SIM GD III;
- 20% – desconto mínimo estabelecido em procedimento licitatório similar do SAAE de Paraisópolis/MG;
- 25% – proposta comercial apresentada diretamente ao CIS-VERDE pela Pluzz Energia / Enecel Energia;
- 52,21% – desconto final obtido após fase competitiva e negociação no Pregão nº 006/2026 do SAAE de Paraisópolis/MG.

8.8 Não se mostra tecnicamente adequado realizar simples média aritmética ou ponderada desses percentuais, uma vez que representam situações econômicas distintas: condição contratual praticada, desconto mínimo estabelecido para início de disputa, proposta comercial de fornecedor direcionada ao CIS-VERDE e resultado final decorrente de competição em procedimento licitatório.

8.9 Nesse contexto, a proposta comercial de 25%, por ter sido elaborada especificamente para o CIS-VERDE e estar diretamente relacionada às condições do objeto pretendido, constitui relevante parâmetro de mercado para a formação da estimativa, sem prejuízo da consideração das demais contratações públicas utilizadas para aferição da razoabilidade e da competitividade do percentual.

8.10 Ressalta-se que o prazo de validade comercial indicado na proposta não implica, por si só, sua inutilização como documento integrante da pesquisa de preços, devendo ser considerada a data de sua emissão e sua atualidade para fins de formação do preço estimado, sem que a proposta gere obrigação de contratação ou vinculação do respectivo fornecedor.

8.11 Em razão das características do objeto, não se adota média aritmética ou média ponderada dos percentuais identificados, mas análise comparativa e crítica dos parâmetros obtidos, considerando-se especialmente a aderência de cada referência às condições da futura contratação.

8.12 O critério de julgamento deverá ser o de MAIOR DESCONTO, nos termos dos arts. 33, inciso II, e 34, §2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante aplicação do percentual ofertado sobre a base econômica ou tarifária estabelecida no instrumento convocatório.

8.13 O valor estimado da contratação deverá ser calculado com base no consumo histórico das unidades consumidoras abrangidas, na tarifa de energia utilizada como referência e no período estimado da

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

contratação, aplicando-se, posteriormente, o percentual de desconto utilizado como parâmetro para fins de planejamento orçamentário.

8.14 **DE FORMA SIMPLIFICADA:**

I- Assim, a metodologia poderá ser representada, de forma simplificada, pela seguinte expressão: **VALOR BRUTO ESTIMADO = CONSUMO ESTIMADO × TARIFA DE REFERÊNCIA VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO = VALOR BRUTO ESTIMADO – PERCENTUAL DE DESCONTO DE REFERÊNCIA**.

II- Para fins da presente formação de preços, o percentual de 25% apresentado diretamente ao CIS-VERDE poderá ser utilizado como parâmetro inicial de referência para projeção econômica da contratação, por representar condição comercial concretamente ofertada ao Consórcio, sem impedir que a Administração estabeleça condições de disputa destinadas à obtenção de desconto superior.

III- A adoção desse percentual como referência estimativa não o transforma necessariamente em desconto mínimo obrigatório da futura licitação, devendo eventual definição de percentual mínimo ser tecnicamente justificada no Termo de Referência e compatibilizada com os demais estudos da contratação.

IV- Dessa forma, a formação do preço estimado encontra-se amparada em múltiplas fontes, incluindo pesquisa direta com fornecedor e contratações públicas similares, assegurando maior segurança quanto à compatibilidade dos parâmetros utilizados com as condições efetivamente praticadas no mercado.

8.15 **FONTES UTILIZADAS NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO**

FONTE DE PRESQUISA	FUNDAMENTO	UTILIZAÇÃO
Painel/Banco de Preços disponível no PNCP	Art. 23, §1º, I	Se localizada contratação compatível
Contratações similares da Administração Pública	Art. 23, §1º, II	**UTILIZADO**
Sítios eletrônicos especializ. ou de domínio amplo	Art. 23, §1º, III	Quando cabível
Pesquisa direta com fornecedores	Art. 23, §1º, IV	Se realizada mediante solicitação formal
Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas	Art. 23, §1º, V	Não utilizada como parâmetro principal
Documentos e referências complemente. de mercado	Art. 23, Caput	**UTILIZADO** COMO ELEMENTO COMPLEM.

8.16 **PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA CONSIDERADOS:**

I- Termo de Adesão ao Consórcio CEMIG SIM GD III – Município de Lamim/MG: desconto de 16% sobre a tarifa;

II- Pregão por Maior Desconto Eletrônico nº 006/2026 – SAAE de Paraisópolis/MG: desconto mínimo de 20% e resultado final negociado de 52,21%;

III- Contrato nº 311/2026 – Município de Pouso Alegre/MG**:** contratação similar envolvendo geração distribuída e compensação de créditos energéticos, sem percentual de desconto identificado no extrato utilizado;

IV- Proposta Comercial Pluzz Energia / Enecel Energia – CIS-VERDE, de 24/03/2026: desconto ofertado de 25% sobre a energia compensada.

8.17 **DOCUMENTOS CONSIDERADOS:**

I- Termo de Adesão ao Consórcio CEMIG SIM GD III – Município de Lamim/MG: desconto de 16% sobre a tarifa;

II- Pregão por Maior Desconto Eletrônico nº 006/2026 – SAAE de Paraisópolis/MG: desconto mínimo de 20% e resultado final negociado de 52,21%;

III- Contrato nº 311/2026 – Município de Pouso Alegre/MG: contratação similar envolvendo geração distribuída e compensação de créditos energéticos, sem percentual de desconto identificado no extrato utilizado;

IV- Proposta Comercial Pluzz Energia / Enecel Energia – CIS-VERDE, de 24/03/2026: desconto ofertado de 25% sobre a energia compensada.

8.18 ESPECIFICAÇÕES DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

I- Os documentos utilizados para formação da estimativa de preços encontram-se juntados ao processo administrativo, permitindo a identificação das fontes consultadas, dos parâmetros econômicos considerados e da metodologia empregada.

II- A composição da estimativa não se limita a um preço unitário fixo, uma vez que o custo efetivo da contratação dependerá do volume de energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras e do percentual de desconto aplicado sobre a correspondente base tarifária.

III- A proposta comercial apresentada pela Pluzz Energia / Enecel Energia adotou, para fins de sua simulação, preço estimado de R$ 1,12/kWh, aplicando desconto de 25% sobre a energia compensada.

IV- Na simulação constante da proposta, considerando as unidades consumidoras analisadas no Município de Carangola/MG, foi apurada economia mensal total estimada de R$ 25.326,84, devendo tais valores ser considerados como referência de mercado e não como quantitativos definitivos do CIS-VERDE.

V- Para definição do valor estimado definitivo do procedimento deverão ser considerados os dados próprios das unidades consumidoras efetivamente incluídas na futura contratação, especialmente:

- consumo médio mensal;
- consumo histórico;
- modalidade tarifária;
- custo de disponibilidade;
- energia passível de compensação;
- tarifa vigente;
- período contratual estimado; e
- percentual de desconto utilizado para projeção.

VI- A remuneração da futura contratada deverá estar vinculada aos créditos efetivamente compensados nas unidades consumidoras, observada a metodologia definida no Termo de Referência e no instrumento contratual.

8.19 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DA PESQUISA

DESCRIÇÃO	PARÂMETRO
Desconto – Referência CEMIG SIM GD III	16,00%
Desconto – Pregão SAAE Paraisópolis – percentual mínimo	20,00%
Desconto – Proposta Pluzz Energia / Enecel Energia ao CIS-VERDE	25,00%
Desconto – Pregão SAAE Paraisópolis – resultado final negociado	52,21%
Soma dos percentuais pesquisados	**113,21%**
Quantidade de referências consideradas	**4**
Percentual médio estimado de desconto	**28,30%**
DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL PARA O PREGÃO	**28,30%**

I- Para fins de formação do preço estimado, considerando que a futura contratação será processada pelo critério de julgamento de maior desconto, adotou-se como unidade econômica de comparação o percentual de desconto incidente sobre a energia efetivamente compensada, afastando-se, para esse fim, a utilização do valor nominal da tarifa de energia elétrica como elemento central da estimativa.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

II- A pesquisa identificou percentuais de 16,00%, 20,00%, 25,00% e 52,21%, provenientes das referências documentais incorporadas aos autos. A média aritmética dos percentuais pesquisados corresponde a 28,3025%, arredondada para 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento).

III- Dessa forma, fica estabelecido, para fins de formação do preço estimado e parametrização da futura disputa, o percentual de 28,30% como desconto estimado de referência da Administração.

IV- Considerando que a finalidade da contratação consiste justamente na obtenção de redução da despesa com energia elétrica mediante compensação de créditos e que a pesquisa de mercado demonstrou ser possível alcançar, em média, desconto de 28,30%, esse percentual será utilizado também como patamar mínimo de aceitabilidade econômica das propostas.

V- Assim, no procedimento licitatório a ser realizado pelo critério de MAIOR DESCONTO, o percentual inicial ofertado pelo licitante não poderá ser inferior a 28,30%, sendo consideradas economicamente inaceitáveis as propostas que apresentem desconto abaixo desse parâmetro.

VI- A disputa deverá ocorrer a partir desse percentual mínimo, mediante apresentação sucessiva de percentuais superiores, sendo vencedora a proposta que, cumpridas as demais exigências do instrumento convocatório, apresentar o maior percentual de desconto sobre a energia efetivamente compensada.

VII- O percentual de 28,30% não representa limite máximo de desconto, mas exclusivamente o mínimo aceitável pela Administração, preservando-se integralmente a competição para obtenção de percentuais superiores e, consequentemente, de maior economia para o CIS-VERDE.

8.20 PLANILHA PARA APURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO DO CIS-VERDE

I- A análise das referências demonstra que o mercado adota, para objetos dessa natureza, a sistemática de desconto percentual sobre a tarifa ou sobre a base econômica correspondente aos créditos de energia compensados, razão pela qual esse modelo mostra-se mais adequado à futura disputa.

II- O percentual obtido em determinada contratação pública não será automaticamente reproduzido como preço ou desconto obrigatório para este procedimento, uma vez que cada contratação possui consumo, unidades consumidoras, enquadramento tarifário, período contratual e condições técnicas próprias.

III- A estimativa definitiva deverá, portanto, resultar da associação entre os dados reais de consumo do CIS-VERDE, a tarifa de referência vigente e os parâmetros de mercado obtidos na pesquisa, constituindo base objetiva para o julgamento pelo maior desconto e para a posterior aferição da economia efetivamente proporcionada pela contratação.

IV- Dessa forma, a metodologia adotada assegura transparência, comparabilidade, competitividade e aderência às condições efetivamente praticadas no mercado, permitindo que a Administração selecione a proposta que represente o maior desconto e, consequentemente, o menor dispêndio para o CIS-VERDE, em conformidade com os arts. 23, 33, inciso II, e 34 da Lei nº 14.133/2021.

IX - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E DA SOLUÇÃO COMO UM TODO[6]

9.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

9.1.1 A escolha preliminar pela contratação de solução de geração distribuída, mediante compensação de créditos de energia elétrica, decorre da possibilidade de proporcionar economia continuada sem necessidade de investimento público direto em estrutura própria de geração, associada à transferência à futura contratada das responsabilidades técnicas e operacionais relacionadas à geração e gestão dos créditos.

9.1.2 Nos últimos anos, o setor elétrico brasileiro tem registrado sucessivos reajustes tarifários, influenciados por fatores como custos de geração, transmissão e distribuição de energia, encargos setoriais, tributos e variações hidrológicas, resultando em aumento contínuo das despesas suportadas pela Administração Pública. Tal cenário impõe aos gestores públicos o dever de buscar soluções capazes de proporcionar maior economicidade, previsibilidade orçamentária e eficiência na

[6] Art. 18, §1º, inc. VII, da Lei nº 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

9.1.3 Nesse contexto, a utilização de sistemas de Geração Distribuída (GD), especialmente por meio da fonte solar fotovoltaica, consolidou-se como uma das alternativas mais eficientes e sustentáveis para redução dos custos com energia elétrica. O modelo permite a compensação de créditos de energia gerados por usinas fotovoltaicas junto às unidades consumidoras beneficiárias, nos termos da legislação vigente do setor elétrico, possibilitando significativa redução dos valores pagos mensalmente às concessionárias distribuidoras de energia.

9.1.4 A contratação de empresa especializada para locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), por minigeração de energia elétrica proveniente de fonte solar fotovoltaica, apresenta-se como solução vantajosa por dispensar a necessidade de elevados investimentos iniciais para implantação de usinas próprias, aquisição de equipamentos, elaboração de projetos, obtenção de licenças, manutenção especializada e gestão operacional do sistema. Dessa forma, transfere-se à contratada a responsabilidade pela disponibilização da infraestrutura necessária à geração da energia e à correspondente compensação dos créditos energéticos, permitindo que a Administração usufrua dos benefícios econômicos do modelo sem a imobilização de recursos públicos.

9.1.5 Além dos ganhos financeiros, a contratação encontra respaldo nas diretrizes nacionais de incentivo à utilização de fontes renováveis de energia, contribuindo para a promoção da sustentabilidade ambiental, redução indireta da emissão de gases de efeito estufa e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A adoção dessa solução demonstra alinhamento com práticas modernas de gestão pública, que buscam conciliar eficiência econômica, responsabilidade ambiental e melhoria da qualidade do gasto público.

9.1.6 Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de promover futura e eventual contratação de empresa especializada para a locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), por minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica, visando atender às demandas dos órgãos participantes, reduzir despesas com energia elétrica, proporcionar maior previsibilidade orçamentária, ampliar a eficiência na gestão dos recursos públicos e incentivar a utilização de energia limpa e renovável.

9.1.7 A atuação do Consórcio como unidade gestora centralizada visa garantir a economicidade, a eficiência logística e a racionalização dos procedimentos licitatórios, promovendo a seleção de fornecedores aptos a atender, de forma uniforme e célere, os municípios consorciados, respeitadas suas peculiaridades e necessidades individuais.

9.2 **DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

9.2.1 A solução proposta consiste na futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), por minigeração de energia elétrica proveniente de fonte solar fotovoltaica, visando à disponibilização de créditos de energia para compensação do consumo das unidades consumidoras indicadas pelos órgãos participantes, em conformidade com a legislação vigente do setor elétrico e as normas expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

9.2.2 A solução permite que a Administração mantenha o fornecimento convencional realizado pela distribuidora e, paralelamente, obtenha redução econômica sobre a parcela de energia efetivamente compensada, mediante aplicação do percentual de desconto resultante do procedimento licitatório.

9.2.3 A contratação contempla o fornecimento integral da solução, compreendendo a disponibilização da infraestrutura de geração de energia elétrica, a operação e manutenção dos sistemas de geração, o gerenciamento dos créditos energéticos, o monitoramento da produção de energia, a compensação junto à concessionária distribuidora e todas as demais atividades necessárias ao pleno funcionamento do modelo de geração distribuída compartilhada ou remota, sem que haja necessidade de investimento direto da Administração na implantação de usinas ou aquisição de equipamentos.

9.2.4 A solução deverá permitir que os órgãos participantes sejam beneficiados pelos créditos de energia gerados por usinas fotovoltaicas de titularidade ou responsabilidade da contratada, observando-se os critérios de compensação previstos na legislação aplicável. Dessa forma, o consumo de energia elétrica das unidades consumidoras poderá ser parcialmente compensado mediante a utilização

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

dos créditos energéticos disponibilizados, resultando na redução dos valores pagos mensalmente à concessionária distribuidora de energia elétrica.

9.2.5 A execução contratual deverá abranger todos os procedimentos técnicos, operacionais, administrativos e regulatórios necessários para a disponibilização dos créditos de energia, incluindo a manutenção preventiva e corretiva das usinas geradoras, o acompanhamento dos indicadores de desempenho, a emissão de relatórios gerenciais, a gestão da compensação dos créditos junto à distribuidora e o suporte técnico necessário para garantir a continuidade e a eficiência da prestação do serviço.

9.2.6 A solução também deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e continuidade do serviço público, proporcionando redução das despesas com energia elétrica, maior previsibilidade orçamentária e melhor aproveitamento dos recursos públicos. Além disso, deverá contribuir para o fortalecimento das políticas de sustentabilidade ambiental, por meio da utilização de fonte renovável de energia, reduzindo indiretamente os impactos ambientais associados à geração convencional de energia elétrica.

9.2.7 Por se tratar de contratação de natureza continuada e de execução sob demanda, por meio de Sistema de Registro de Preços, a utilização dos créditos energéticos ocorrerá conforme as necessidades dos órgãos participantes, possibilitando a inclusão, exclusão ou alteração de unidades consumidoras durante a vigência da contratação, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

9.2.8 Dessa forma, a solução como um todo compreende a disponibilização contínua de créditos de energia elétrica oriundos de minigeração fotovoltaica, associada à gestão integral do sistema pela contratada, com o objetivo de proporcionar economia aos órgãos participantes, otimizar a aplicação dos recursos públicos e promover a utilização de energia limpa, renovável e ambientalmente sustentável.

9.2.9 A solução escolhida mostra-se compatível com a necessidade identificada, com os quantitativos estimados e com o objetivo de obtenção de maior eficiência no gasto público, devendo sua vantajosidade ser permanentemente aferida a partir da energia efetivamente compensada e da economia financeira produzida.

9.3 **DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

9.3.1 A energia solar fotovoltaica é uma fonte renovável, limpa, silenciosa e confiável, capaz de atender à demanda de forma sustentável, com baixa necessidade de manutenção e vida útil prolongada. O Brasil, por ser um país tropical, dispõe de elevados índices de irradiação solar ao longo de todo o ano, o que assegura alta viabilidade técnica e econômica para a implantação dessa solução em praticamente todo o território nacional.

9.3.2 Do ponto de vista ambiental, os sistemas fotovoltaicos contribuem para a redução de emissões de gases de efeito estufa e da taxa de carbono, auxiliando no cumprimento de metas climáticas globais e promovendo benefícios diretos à qualidade de vida da população. A instalação é versátil e modular, podendo ser dimensionada conforme a necessidade, adaptando-se a diferentes tipologias de edificações e áreas disponíveis.

9.3.3 Sob o aspecto financeiro, a adoção dessa tecnologia proporciona economia direta nas contas de energia elétrica, além da possibilidade de geração de créditos de energia pelo Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), regulamentado pela ANEEL, com validade de até 60 meses. Isso garante maior previsibilidade orçamentária, reduz a dependência da rede convencional e potencializa a eficiência no uso de recursos públicos.

9.3.4 Dentre as principais vantagens da implantação da energia solar fotovoltaica, destacam-se:

- ➔ Fonte limpa, renovável e inesgotável;
- ➔ Instalação modular e adaptável a diferentes necessidades;
- ➔ Ocupação reduzida de espaço físico;
- ➔ Vida útil longa e baixíssima necessidade de manutenção;
- ➔ Sistema silencioso e de alta confiabilidade;
- ➔ Redução significativa dos gastos com eletricidade;
- ➔ Contribuição para a sustentabilidade ambiental e social.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

9.3.5 Importante destacar que a implantação dos sistemas deverá observar integralmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, incluindo aquelas relativas à execução de serviços e obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias, assegurando qualidade e conformidade técnica.

9.3.6 Assim, não restam dúvidas quanto à importância estratégica da adoção da energia solar fotovoltaica e demais fontes renováveis pelo Consórcio Público para Gestão da Energia Elétrica e Serviços Públicos CIGIP, sendo plenamente justificável a contratação para o atendimento das demandas energéticas dos municípios consorciados, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, sustentabilidade e economicidade que regem a Administração Pública.

9.3.7 A escolha pela modalidade de Registro de Preços se justifica pela impossibilidade de prever com exatidão as necessidades de locação. O SRP permite contratações rápidas e escaláveis, conforme a demanda real, sem a necessidade de novos processos licitatórios. Além disso, a centralização das contratações gera economia de escala, garantindo melhores condições comerciais e otimização dos recursos públicos, evitando custos administrativos com licitações separadas. Essa modalidade também oferece flexibilidade para atender situações urgentes, como desastres ou eventos imprevistos, garantindo a rapidez e a adequação necessárias. Assim, o Registro de Preços é a forma mais eficiente e econômica de garantir a continuidade das operações dos municípios consorciados, com transparência e conformidade legal.

9.3.8 A fundamentação legal ampara a escolha de contratação por pregão eletrônico, observando rigorosamente os princípios da administração pública, em especial a legalidade, eficiência, economicidade e interesse público. O procedimento está devidamente instruído com pesquisa de preços e justificativas, garantindo transparência e conformidade com as normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

9.3.9 **DO CRITÉRIO ECONÔMICO DA FUTURA LICITAÇÃO**

I- O critério de julgamento será o de MAIOR DESCONTO, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplicado sobre a base econômica correspondente à energia efetivamente compensada.

II- Para fins de aceitabilidade da proposta, será observado o percentual mínimo de 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento), definido na Formação do Preço Estimado – FPE, sendo admitida e desejável a obtenção de percentuais superiores durante a disputa.

III- Portanto, o parâmetro econômico não deverá ser tratado como "menor preço", mas como maior percentual de desconto, mantidos os requisitos técnicos e operacionais mínimos estabelecidos no Termo de Referência e no edital.

X – DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS[7]

10.1 A presente contratação tem por finalidade proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos destinados ao custeio de energia elétrica, mediante a utilização de créditos energéticos oriundos de geração distribuída de fonte solar fotovoltaica, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE. Os resultados pretendidos encontram-se alinhados aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 Com a implementação da solução, espera-se alcançar os seguintes resultados:

a) redução das despesas com energia elétrica, mediante compensação de créditos energéticos e aplicação do percentual de desconto contratado sobre a energia efetivamente compensada;

b) maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, mediante redução proporcional dos gastos energéticos e possibilidade de destinação da economia obtida a outras necessidades administrativas;

c) maior controle e previsibilidade dos gastos energéticos, especialmente mediante acompanhamento dos quantitativos compensados, do percentual de desconto e da economia efetivamente obtida;

[7] Art. 18, §1º, inc. IX, da Lei n.º 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

d) eliminação da necessidade de investimento público direto em infraestrutura própria de geração, evitando aquisição de equipamentos, implantação de usinas, operação e manutenção de sistema próprio;

e) melhoria da eficiência administrativa, mediante transferência à futura contratada das atribuições relacionadas à geração, disponibilização, alocação e gerenciamento dos créditos de energia;

f) promoção da sustentabilidade ambiental, mediante utilização de créditos provenientes de fonte renovável de energia;

g) aperfeiçoamento da gestão energética, por meio de mecanismos de acompanhamento da compensação e aferição da economia produzida; e

h) continuidade da disponibilização dos créditos energéticos, observados os quantitativos contratados, os níveis de desempenho e as regras aplicáveis ao SCEE.

10.1.2 Os resultados deverão ser aferíveis durante a execução contratual, mediante análise das faturas das unidades consumidoras, demonstrativos de alocação e compensação de créditos e aplicação do percentual de desconto contratado.

10.1.3 Dessa forma, pretende-se alcançar benefícios econômicos, administrativos, operacionais e ambientais, com redução mensurável das despesas de energia e melhoria da eficiência na gestão dos recursos públicos.

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS[8]

11.1 Previamente à formalização das futuras contratações, a Administração deverá adotar as providências necessárias à adequada implantação, gestão e fiscalização da solução, especialmente quanto à consolidação das unidades consumidoras abrangidas, disponibilização das informações necessárias à operacionalização da compensação e designação formal dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual.

11.2 Os servidores designados deverão receber as orientações necessárias quanto à metodologia de compensação dos créditos, conferência das faturas, aplicação do percentual de desconto, critérios de medição e pagamento e demais obrigações contratuais.

11.3 Deverão ser organizados mecanismos administrativos de controle que permitam confrontar, periodicamente, o consumo das unidades consumidoras, os créditos alocados, a energia efetivamente compensada e a economia financeira obtida.

11.4 Não se identifica, neste momento, necessidade de adequações físicas, aquisição de equipamentos ou implantação de infraestrutura própria pela Administração para viabilização da solução

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERPENDENTES[9]

12.1 Não foram identificadas contratações administrativas correlatas ou interdependentes cuja celebração seja condição necessária à execução do objeto.

12.2 A solução apresenta, contudo, dependência operacional e regulatória em relação à distribuidora de energia elétrica responsável pelas unidades consumidoras, uma vez que a compensação dos créditos ocorrerá no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

12.3 Essa dependência não caracteriza contratação administrativa correlata, mas deverá ser considerada nos prazos de implantação, na análise de riscos e na definição das responsabilidades da futura contratada

XIII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS[10]

13.1 solução apresenta impacto ambiental predominantemente positivo, considerando que os créditos energéticos serão provenientes de geração fotovoltaica, fonte renovável e de reduzida emissão de gases de efeito estufa durante sua operação.

13.2 A futura contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental, energética e regulatória aplicável às unidades de geração utilizadas para atendimento do contrato, responsabilizando-se

[8] Art. 18, §1º, inc. X, da Lei n.º 14.133/2021.
[9] Art. 18, §1º, inc. XI, da Lei nº 14.133/2021.
[10] Art. 18, §1º, inc. XII, da Lei nº 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

pelas licenças, autorizações, regularidade ambiental e demais obrigações relacionadas à infraestrutura sob sua responsabilidade.

13.3 Considerando que a Administração não realizará implantação direta de usinas ou aquisição de equipamentos fotovoltaicos, não se identificam, no âmbito direto desta contratação, impactos ambientais decorrentes de obras, descarte de painéis, movimentação de solo ou manejo de resíduos pela Administração.

13.4 Sempre que aplicável, deverão ser privilegiadas práticas que promovam sustentabilidade, eficiência energética e redução de impactos ambientais ao longo da execução.

XIV - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO[11]

14.1 A contratação envolve solução integrada de disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica, com aplicação uniforme do percentual de desconto e necessidade de acompanhamento coordenado das unidades consumidoras abrangidas.

14.2 Em análise preliminar, o parcelamento do objeto entre múltiplos fornecedores pode aumentar a complexidade da gestão e da fiscalização, provocar divergências na metodologia de compensação e faturamento e dificultar a definição de responsabilidades pela indisponibilidade ou alocação inadequada dos créditos. O texto original já identificava esse risco de fragmentação operacional.

14.3 A contratação integrada tende a favorecer padronização dos procedimentos, uniformidade dos demonstrativos, simplificação da fiscalização e ganho de escala econômica na disputa pelo maior desconto.

14.4 Dessa forma, mostra-se tecnicamente recomendável, neste momento, o não parcelamento da solução, desde que confirmado que a contratação conjunta não provoque restrição indevida à competitividade e represente vantagem econômica para a Administração

XV – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO[12]

15.1 A contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo do CIS-VERDE e às demandas apresentadas pelos municípios participantes, especialmente quanto à racionalização das despesas públicas, eficiência na gestão energética e adoção de soluções sustentáveis.

15.2 A demanda decorre das necessidades identificadas pelos municípios consorciados e consolidadas no Documento de Formalização da Demanda, permitindo planejamento conjunto e aproveitamento de economia de escala.

15.3 A contratação pretende atender conjuntamente às unidades consumidoras dos entes participantes, proporcionando planejamento integrado e obtenção de maior eficiência administrativa e econômica.

15.4 Quanto ao Plano de Contratações Anual – PCA, sua indicação deverá refletir a situação efetivamente existente no CIS-VERDE. Caso a contratação esteja prevista no PCA, deverá ser identificada a correspondente referência. Caso o Consórcio não tenha elaborado PCA aplicável ao exercício, essa circunstância deverá ser expressamente registrada, sem criação artificial de previsão inexistente.

XVI - DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA GARANTIA CONTRATUAL[13]

16.1 Considerando a natureza do objeto, a forma de remuneração vinculada à energia efetivamente compensada, os mecanismos mensais de medição e fiscalização e os riscos identificados neste ETP, não se mostra tecnicamente necessária, neste momento, a exigência de garantia da proposta ou de garantia contratual, sem prejuízo de reavaliação fundamentada pela Administração caso a Análise de Riscos demonstre circunstância concreta que justifique sua adoção.

16.2 A garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 possui caráter facultativo e, quando exigida, não pode superar 1% do valor estimado da contratação. Sua utilização deve decorrer de justificativa concreta e proporcional aos riscos do procedimento, não sendo recomendável sua adoção automática.

---

[11] Art. 18, §1º, inc. VIII, da Lei n.º 14.133/2021.
[12] Art. 18, §1º, inc. II, da Lei nº 14.133/2021 - Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual.

[13] Art.58, c/c art.96, da Lei 14.133/21.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

16.3 Da mesma forma, a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 depende de decisão da autoridade competente e de previsão no edital, devendo sua exigência ser compatível com as características e riscos da contratação.

16.4 Neste objeto, os principais riscos de execução podem ser mitigados por meio da aferição periódica da energia compensada, vinculação do pagamento à efetiva execução, aplicação do percentual de desconto contratado, fiscalização dos demonstrativos e utilização dos mecanismos legais de glosa, sanção e responsabilização contratual.

16.5 Caso a Análise de Riscos venha a identificar exposição relevante capaz de justificar garantia adicional, a Administração poderá rever essa conclusão antes da publicação do edital, mediante motivação específica e observância dos arts. 58 e 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

XVII – DA ANÁLISE DE RISCO[14]

17.1 A presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar, classificar e estabelecer medidas de tratamento para os principais eventos capazes de comprometer o sucesso do procedimento licitatório ou a adequada execução das futuras contratações decorrentes do Processo Administrativo nº 058/2026, em observância ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

17.2 A análise considera as particularidades da contratação de solução de geração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, mediante disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos energéticos no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, abrangendo riscos relacionados ao planejamento da demanda, à seleção do fornecedor, à implantação da solução, à geração e disponibilização dos créditos, à atuação da distribuidora, ao faturamento, à aplicação do percentual de desconto, à regulação do setor elétrico e à continuidade da execução.

17.3 A gestão dos riscos deverá ocorrer de forma contínua durante todo o ciclo da contratação, desde a fase preparatória até o encerramento dos instrumentos contratuais, cabendo aos agentes responsáveis registrar as ocorrências relevantes, acompanhar os controles estabelecidos e propor medidas adicionais sempre que houver alteração da probabilidade, do impacto ou da natureza dos riscos identificados.

17.4 Para fins desta análise, os riscos serão classificados segundo a combinação entre probabilidade de ocorrência e impacto potencial, considerando-se, de forma qualitativa, os níveis Baixo, Médio e Alto.

17.5 A classificação adotada servirá para definir a intensidade dos controles preventivos, a necessidade de monitoramento e as medidas de contingência aplicáveis, sem prejuízo de revisão posterior durante a execução.

17.6 Os riscos cuja causa esteja diretamente relacionada à gestão, estrutura operacional, capacidade de geração, regularidade da usina, manutenção, disponibilidade de créditos ou atuação de terceiros contratados pela futura contratada deverão, como regra, ser por ela suportados, quando estejam inseridos em sua esfera de gestão e controle.

17.7 Eventos decorrentes de atos regulatórios, legislativos, tributários, decisões da distribuidora ou outros fatos externos deverão ser avaliados conforme sua origem, previsibilidade, capacidade de gerenciamento e efetiva repercussão econômica ou operacional sobre a contratação, não gerando automaticamente direito à recomposição econômico-financeira.

17.8 A contratação poderá contemplar matriz de alocação de riscos, caso a Administração conclua pela sua conveniência após a análise jurídica e técnica, nos termos dos arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021. Caso adotada, a matriz deverá indicar objetivamente os riscos atribuídos ao contratante, à contratada ou compartilhados, bem como os efeitos decorrentes de sua materialização.

17.9 A matriz de riscos, se adotada, deverá observar a capacidade de cada parte para prevenir, controlar ou mitigar o evento, evitando a transferência à contratada de riscos que estejam fora de sua esfera de atuação ou que sejam inerentes exclusivamente à Administração ou à atuação regulatória do Poder Público.

[14] Art.18, inciso 10, da Lei 14.133, c/c art. 16 da Portaria – Seges/ME 8.678/2021, Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/17 - Anexo IV.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

17.10 Os riscos identificados neste ETP deverão ser considerados na elaboração do Termo de Referência, edital, Ata de Registro de Preços, contrato e mecanismos de fiscalização, com definição objetiva das medidas preventivas, responsáveis pelo monitoramento e respostas previstas em caso de materialização.

17.11 PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

17.11.1 FINALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO

I- A presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar, classificar, tratar e monitorar eventos capazes de comprometer o sucesso da licitação ou a adequada execução das futuras contratações decorrentes do Processo Administrativo nº 058/2026, abrangendo desde a fase de planejamento até a execução, fiscalização e encerramento contratual.

II- A análise atende ao disposto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a fase preparatória deve contemplar a análise dos riscos capazes de comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

III- Para esta contratação, a análise considera especialmente as peculiaridades da solução de geração distribuída de fonte fotovoltaica, disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica no âmbito do SCEE, bem como a atuação da distribuidora, as características das unidades consumidoras, a metodologia de aplicação do desconto, os aspectos tarifários e regulatórios e a continuidade da disponibilização dos créditos.

IV- A regulamentação setorial vigente mantém a REN ANEEL nº 1.000/2021, alterada pela REN nº 1.059/2023, como referência normativa para MMGD e SCEE, sendo a distribuidora agente essencial para registro e operacionalização da compensação.

17.11.2 AVALIAÇÃO DE RISCOS

ID:01 - **Dimensionamento inadequado da demanda energética**
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda energética das unidades consumidoras – UCs, considerando que a contratação será estruturada a partir do consumo estimado. A superestimação poderá resultar em excesso e acúmulo de créditos, enquanto a subestimação poderá ocasionar insuficiência para atendimento da demanda efetiva.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Médio
NÍVEL: Médio
MEDIDAS PREVENTIVAS: Utilizar histórico de faturas, consumo médio mensal, sazonalidade, enquadramento tarifário, identificação das unidades consumidoras e estimativa da energia efetivamente passível de compensação, consolidando os dados antes da formalização das futuras contratações.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Reavaliar os quantitativos antes das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, adequando a alocação de créditos à demanda efetivamente demonstrada, observados os limites registrados.

ID:02 – Disponibilização insuficiente de créditos energéticos
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de disponibilização de créditos energéticos em quantidade inferior à necessária ou contratada, comprometendo a compensação do consumo das UCs, a economia projetada e a adequada execução do objeto, podendo caracterizar inadimplemento parcial quando o fato for imputável à contratada.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Exigir capacidade técnica e operacional compatível com os quantitativos estimados, estabelecer critérios objetivos de desempenho e prever mecanismos de acompanhamento periódico da disponibilidade e compensação dos créditos energéticos.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Notificar a contratada para regularização, efetuar glosa dos valores correspondentes à parcela não executada, aplicar as medidas e sanções contratuais cabíveis e, quando juridicamente possível e necessário, adotar providências para assegurar a continuidade da solução.

ID 03 – Indisponibilidade das unidades geradoras
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de indisponibilidade total ou parcial das unidades geradoras vinculadas à solução, em decorrência de falhas operacionais, manutenção, avarias ou outros eventos capazes de reduzir ou interromper a geração e, consequentemente, a disponibilização dos créditos energéticos destinados às UCs.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Exigir estrutura operacional compatível com o objeto, manutenção adequada das unidades geradoras, monitoramento da capacidade de geração e mecanismos de contingência que permitam preservar a continuidade da disponibilização dos créditos.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Exigir a correção da indisponibilidade e, quando técnica, regulatória e contratualmente admitido, promover a realocação ou substituição da fonte geradora integrante da solução contratada, sem prejuízo das glosas e sanções cabíveis quando o evento for imputável à contratada.

ID 04 – Atraso na inclusão ou vinculação das UCs: Possibilidade de atraso na inclusão, cadastramento ou vinculação das unidades consumidoras ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, comprometendo o início da compensação dos créditos energéticos e o cronograma previsto para execução da solução.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Definir claramente documentos, responsabilidades, fluxos e prazos; promover a entrega tempestiva, pelo contratante, das informações relativas às UCs; e acompanhar os protocolos e procedimentos perante a distribuidora.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Reprogramar o cronograma quando houver causa externa devidamente comprovada; exigir atuação imediata da contratada nas pendências sob sua responsabilidade; e apurar a responsabilidade pelo atraso, adotando as medidas cabíveis.

ID 05 – Demora ou falha operacional da distribuidora
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de atrasos, falhas operacionais ou intercorrências decorrentes da atuação da distribuidora de energia que interfiram nos procedimentos necessários à compensação dos créditos, ainda que as partes tenham cumprido tempestivamente as obrigações sob sua responsabilidade.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Acompanhar documentalmente os protocolos e exigir comprovação das providências adotadas perante a distribuidora, além de prever tratamento contratual adequado para fatos comprovadamente não imputáveis às partes.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Promover o acionamento formal da distribuidora pelos meios administrativos e regulatórios cabíveis; reprogramar tecnicamente o cronograma quando comprovada causa externa; e registrar as ocorrências para avaliação de seus eventuais efeitos contratuais.

ID 06 – Divergência entre energia alocada, compensada e faturada
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de divergência entre os créditos energéticos alocados, aqueles efetivamente compensados nas unidades consumidoras e os valores considerados para faturamento, circunstância capaz de ocasionar pagamento indevido, redução da economia esperada ou inconsistências na medição da execução contratual.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Definir metodologia objetiva de medição; exigir demonstrativo mensal individualizado por UC; e confrontar a fatura emitida pela distribuidora, os créditos efetivamente compensados e a memória de cálculo correspondente.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Promover a conferência e correção das divergências identificadas, glosar a parcela não comprovada ou indevida, determinar a regularização documental e autorizar pagamento somente dos valores efetivamente demonstrados e incontroversos, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

ID 07 – Aplicação incorreta do percentual de desconto
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de aplicação incorreta do percentual de desconto contratado ou de utilização de base de cálculo incompatível com a metodologia estabelecida no Termo de Referência e no contrato, ocasionando cobrança superior à devida e redução da vantagem econômica obtida no certame.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Definir no Termo de Referência e no contrato a base exata de incidência do desconto, os componentes incluídos e excluídos e a respectiva fórmula de cálculo.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Recalcular os valores, glosar eventual diferença, exigir restituição ou compensação dos valores cobrados indevidamente e aplicar as medidas e sanções cabíveis quando caracterizado descumprimento contratual.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

I ID 08 – Alterações legislativas ou regulatórias em MMGD/SCEE
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de alterações legislativas, regulatórias ou procedimentais aplicáveis à Microgeração e Minigeração Distribuída – MMGD e ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE durante a vigência da solução, com potencial repercussão sobre sua execução, faturamento ou equilíbrio econômico-financeiro.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Promover monitoramento permanente da Lei nº 14.300/2022, da regulamentação expedida pela ANEEL, inclusive da Resolução Normativa nº 1.000/2021 e de suas alterações posteriores, bem como dos demais atos regulatórios aplicáveis.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Realizar análise técnica, jurídica e econômico-financeira dos efeitos concretos da alteração normativa e promover eventual adequação contratual somente quando juridicamente cabível e necessária à continuidade da solução, observada a efetiva repercussão sobre as obrigações assumidas ou sobre a equação econômico-financeira.

ID 09 – Alteração tributária ou tarifária na base do desconto
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de alterações tributárias, tarifárias ou regulatórias que modifiquem a composição econômica utilizada como referência para incidência do percentual de desconto, com repercussão sobre a metodologia de cálculo e sobre a economia obtida.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Definir metodologia de cálculo compatível com a regulamentação vigente, identificando e separando adequadamente os componentes compensáveis e não compensáveis da fatura.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Reavaliar tecnicamente a base de cálculo e formalizar eventual adequação necessária, quando juridicamente cabível, preservando o percentual competitivo contratado e a metodologia de julgamento adotada no certame.

ID 10 – Economia real inferior à projetada
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de a economia efetivamente obtida ser inferior àquela inicialmente projetada em razão de variações no consumo, quantidade de energia efetivamente compensada, composição tarifária ou demais elementos que influenciem o resultado econômico da contratação, sem que isso caracterize, por si só, inadimplemento da contratada.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Média
NÍVEL: Média
MEDIDAS PREVENTIVAS: Utilizar dados reais de consumo, percentual de desconto contratado e estimativas fundamentadas da energia efetivamente compensável, evitando projeções econômicas sem suporte documental ou técnico.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Aferir periodicamente a vantajosidade da solução, identificar as causas da redução da economia, adotar medidas corretivas quando cabíveis e reavaliar as futuras contratações decorrentes da Ata.

ID 11 – Expiração dos créditos energéticos
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de expiração de créditos energéticos acumulados e não utilizados dentro do prazo legal aplicável, ocasionando perda econômica e redução da eficiência da solução. Nos termos do art. 13 da Lei nº 14.300/2022, os créditos de energia elétrica expiram em 60 meses após a data do faturamento em que foram gerados.
PROBABILIDADE: Baixa
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Média
MEDIDAS PREVENTIVAS: Manter controle dos saldos e da antiguidade dos créditos por UC, acompanhar periodicamente sua alocação e priorizar a utilização dos créditos mais antigos.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Reprogramar a alocação para evitar novas perdas, apurar eventual responsabilidade da contratada e adotar as medidas contratuais cabíveis.

ID 12 – Acúmulo excessivo de créditos
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de formação de saldo excessivo de créditos em razão de superdimensionamento da demanda, redução do consumo ou alocação superior à necessidade efetiva das UCs, aumentando o risco de expiração futura e reduzindo a eficiência econômica da contratação.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Média

NÍVEL: Média
MEDIDAS PREVENTIVAS: Dimensionar a compensação com base no consumo histórico e na sazonalidade, evitando alocação de créditos em quantidade desproporcional às necessidades efetivamente demonstradas.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Reduzir ou redistribuir a alocação futura, quando regulatória e contratualmente permitido, e revisar as projeções de consumo e os saldos disponíveis.

ID 13 – Incompatibilidade de determinadas UCs com a solução
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de inclusão de unidades consumidoras cujas características tarifárias, cadastrais, de consumo ou enquadramento regulatório reduzam ou inviabilizem a vantagem esperada com a compensação. Devem ser consideradas, entre outras particularidades, as parcelas da fatura que permanecem sujeitas a cobrança independentemente da compensação, conforme o grupo tarifário e a regulamentação aplicável.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Realizar análise individualizada das UCs e das respectivas faturas antes da inclusão, identificando o respectivo grupo tarifário e as parcelas passíveis e não passíveis de compensação.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Excluir ou readequar, antes da contratação, a unidade consumidora tecnicamente incompatível com a solução e revisar a correspondente projeção econômica.

ID 14 – Irregularidade regulatória da estrutura de geração
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de utilização, no âmbito da solução contratada, de unidade ou estrutura de geração que não atenda aos requisitos legais, regulatórios, cadastrais ou operacionais aplicáveis à MMGD e ao SCEE, comprometendo a regularidade da compensação dos créditos energéticos.
PROBABILIDADE: Baixa
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Média
MEDIDAS PREVENTIVAS: Exigir a documentação comprobatória pertinente e a demonstração da regularidade regulatória das unidades de geração vinculadas à solução, nos limites necessários e proporcionais ao objeto.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Suspender a utilização da unidade irregular, exigir sua regularização ou substituição por unidade de geração regular, quando juridicamente admitida, e aplicar as medidas contratuais cabíveis.

ID 15 – Inadimplemento ou deterioração econômico-financeira da contratada
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de deterioração da capacidade econômico-financeira da contratada durante a execução, com reflexos sobre a manutenção, operação, continuidade da geração ou disponibilização dos créditos energéticos e sobre o cumprimento das demais obrigações assumidas.
PROBABILIDADE: Baixa
IMPACTO: Alto
NÍVEL: MédiO
MEDIDAS PREVENTIVAS: Exigir habilitação econômico-financeira proporcional ao objeto, acompanhar a manutenção das condições exigidas durante a contratação e estruturar mecanismos que reduzam os efeitos de eventual descontinuidade operacional.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Adotar as medidas contratuais e sancionatórias cabíveis, promover a extinção contratual quando presentes os pressupostos legais e, quando juridicamente admitido, convocar remanescentes ou instaurar nova contratação, visando à continuidade da solução.

ID 16 – Falha de fiscalização contratual
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de fiscalização insuficiente ou inadequada quanto à energia efetivamente compensada, aplicação do percentual de desconto, memória de cálculo, faturamento e demais parâmetros da execução, podendo resultar em pagamentos indevidos, ausência de glosas e perda de controle sobre o desempenho contratual.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Designar gestor e fiscal do contrato, estabelecer rotinas mensais de conferência e capacitar os responsáveis quanto à leitura das faturas, verificação da compensação e aplicação da metodologia de cálculo.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Promover a revisão dos pagamentos realizados, efetuar as glosas necessárias, exigir restituição ou compensação de valores eventualmente pagos de forma indevida e reforçar os controles internos e procedimentos de fiscalização.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

ID 17 – Dados incompletos ou incorretos fornecidos pelos municípios/UCs
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de fornecimento de dados cadastrais, documentais ou de consumo incompletos, desatualizados ou incorretos pelos entes participantes, comprometendo o cadastramento das UCs, o dimensionamento da demanda, a correta alocação dos créditos ou a execução da compensação.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Média
MEDIDAS PREVENTIVAS: Adotar checklist documental e promover validação prévia da titularidade, códigos das UCs, faturas, dados cadastrais e demais informações necessárias à operacionalização da solução.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Suspender a inclusão da UC até o saneamento das inconsistências e solicitar a complementação ou correção documental, sem comprometer a continuidade dos procedimentos relativos às demais unidades regularmente aptas.

ID 18 – Inclusão, exclusão ou transferência de UCs sem procedimento formal
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de inclusão, exclusão, transferência ou alteração de unidade consumidora sem observância do fluxo administrativo previamente definido, ocasionando alocação incorreta de créditos, faturamento inadequado, inconsistências cadastrais ou perda de rastreabilidade das operações.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Média
NÍVEL: Média
MEDIDAS PREVENTIVAS: Definir fluxo administrativo específico para inclusão, exclusão e transferência de UCs, exigir autorização formal do ente participante e promover atualização cadastral previamente à alteração.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Impedir a efetivação de alterações não formalizadas, corrigir a alocação no ciclo subsequente, quando possível, e apurar eventuais impactos financeiros ou operacionais decorrentes da ocorrência.

ID 19 – Concentração excessiva em único ativo gerador
RISCO IDENTIFICADO: Possibilidade de elevada dependência operacional de um único ativo ou unidade geradora, de modo que eventual indisponibilidade, falha ou interrupção desse ativo provoque redução relevante ou descontinuidade na disponibilização dos créditos energéticos. A mitigação desse risco deverá observar a proporcionalidade, evitando exigências de redundância que não sejam tecnicamente justificadas e que possam restringir indevidamente a competitividade
PROBABILIDADE: Baixa
IMPACTO: Alto
NÍVEL: MédiO
MEDIDAS PREVENTIVAS: Avaliar no Termo de Referência se é tecnicamente pertinente admitir ou exigir mecanismos de redundância ou contingência compatíveis com o objeto, mediante justificativa adequada e sem restrição indevida à competição.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Promover, quando técnica, regulatória e contratualmente previsto, a realocação para outra unidade geradora regular integrante da solução contratada.

ID 20 – Restrição indevida à competitividade por requisitos excessivos
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de estabelecimento de requisitos de habilitação, qualificação técnica, capacidade operacional ou regularidade regulatória superiores aos efetivamente necessários à execução do objeto, com potencial restrição indevida da competitividade e comprometimento do caráter isonômico do certame.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Exigir somente requisitos necessários, pertinentes e proporcionais ao objeto, apresentando justificativa técnica para atestados, quantitativos mínimos e condições regulatórias eventualmente exigidas.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Revisar o instrumento convocatório antes de sua publicação, analisar fundamentadamente eventuais pedidos de esclarecimento ou impugnações e corrigir exigências restritivas quando identificadas.

ID 21 – Pesquisa de mercado/FPE pouco representativa
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de a pesquisa de mercado ou a Formação do Preço Estimado – FPE não refletir adequadamente as condições praticadas no mercado ou utilizar referências sem suficiente comparabilidade, comprometendo a definição do parâmetro de desconto mínimo de 28,30%, a competitividade do certame ou a seleção da proposta economicamente mais vantajosa.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto

NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Manter nos autos as referências utilizadas, justificar a metodologia adotada, verificar a comparabilidade dos percentuais de desconto e analisar criticamente eventuais valores discrepantes ou referências não equivalentes.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Reavaliar o parâmetro antes da publicação do edital caso sejam identificadas inconsistências metodológicas ou surjam referências tecnicamente mais robustas, promovendo os ajustes devidamente motivados.

ID 22 – Fracasso ou baixa competitividade do certame
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de ausência de propostas, participação reduzida de licitantes ou apresentação de propostas incompatíveis com os parâmetros definidos pela Administração, em decorrência, entre outros fatores, de exigências desproporcionais, pesquisa de mercado inadequada ou definição de percentual mínimo de desconto incompatível com as condições efetivas do mercado.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Realizar pesquisa de mercado suficiente, analisar criticamente o percentual mínimo de desconto, promover ampla divulgação do certame e estabelecer requisitos de participação e habilitação proporcionais ao objeto.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Revisar a FPE, os requisitos de habilitação e a estratégia da contratação antes de eventual republicação, preservando a motivação e a rastreabilidade das decisões administrativas adotadas.

ID 23 – Erro na definição da base tarifária do desconto
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de definição inadequada ou insuficientemente clara, ainda na modelagem do edital, da base tarifária sobre a qual incidirá o percentual de desconto, fazendo com que os licitantes formulem propostas com referenciais distintos e comprometendo o julgamento objetivo, a comparabilidade das propostas e a futura execução contratual.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Alto
NÍVEL: Alto
MEDIDAS PREVENTIVAS: Fixar fórmula uniforme e objetiva no instrumento convocatório e simular previamente sua aplicação sobre faturas reais representativas das UCs abrangidas pela contratação.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Promover o saneamento antes da fase externa e, caso a inconsistência seja identificada durante o certame e possa afetar a formulação das propostas, avaliar a necessidade de correção do instrumento e de republicação, com reabertura dos prazos legalmente aplicáveis.

ID 24 – Alteração de titularidade, encerramento ou mudança cadastral de UC
RISCO IDENTIFICADO: PROBABILIDADE: Possibilidade de alteração da titularidade, encerramento, substituição ou modificação cadastral de unidade consumidora durante a vigência da solução, afetando sua vinculação ao SCEE, a correta alocação dos créditos ou a continuidade da compensação.
PROBABILIDADE: Média
IMPACTO: Média
NÍVEL: Médio
MEDIDAS PREVENTIVAS: Exigir comunicação prévia dos entes participantes acerca de alterações cadastrais e manter atualizado o cadastro das unidades consumidoras abrangidas pela solução.
MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA/RESPOSTA: Readequar a alocação dos créditos e promover a substituição, exclusão ou atualização cadastral da unidade consumidora, conforme as regras regulatórias e as disposições da Ata e do contrato.

17.12 TRATAMENTO DOS RISCOS CRÍTICOS Consideram-se prioritários, para fins de monitoramento, os riscos classificados como Alto, especialmente aqueles relacionados à insuficiência de créditos, atrasos na vinculação das UCs ao SCEE, atuação da distribuidora, divergências de medição e faturamento, aplicação incorreta do desconto, alterações regulatórias, incompatibilidade das UCs, falhas de fiscalização, restrição à competitividade, metodologia da FPE e fracasso ou baixa competitividade do certame.

17.13 Esses riscos deverão possuir controles específicos no Termo de Referência e nos demais instrumentos da contratação, devendo ser claramente definida a responsabilidade pelo respectivo acompanhamento, controle, registro e adoção das providências administrativas cabíveis.

17.14 RESPONSABILIDADE PELO MONITORAMENTO Durante a fase preparatória, o acompanhamento dos riscos relacionados ao planejamento, quantitativos, pesquisa de mercado, competitividade e elaboração do instrumento convocatório caberá à Equipe de Planejamento da Contratação.

17.15 Durante a execução, caberá ao Fiscal do Contrato acompanhar os riscos operacionais, de medição e faturamento, registrando as ocorrências e comunicando ao Gestor do Contrato aquelas que exijam providências administrativas, aplicação de sanções, alteração contratual ou decisão da autoridade competente.

17.16 A análise realizada demonstra que a contratação apresenta riscos administráveis e passíveis de mitigação, não tendo sido identificado, neste momento, evento de natureza ou intensidade suficiente para inviabilizar a solução pretendida.

17.17 A viabilidade está, contudo, condicionada à adoção efetiva dos controles previstos, especialmente quanto ao dimensionamento das unidades consumidoras, definição objetiva da metodologia de compensação e faturamento, verificação da capacidade de disponibilização dos créditos, fiscalização mensal da execução, acompanhamento regulatório e preservação da competitividade.

17.18 Dessa forma, os riscos identificados não impedem o prosseguimento da contratação, mas deverão ser incorporados aos demais instrumentos da fase preparatória e monitorados ao longo de toda a execução.

XVIII - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

18.1 Com base nas análises desenvolvidas neste ETP, a contratação mostra-se tecnicamente adequada, economicamente potencialmente vantajosa e administrativamente necessária para atendimento da demanda identificada pelo CIS-VERDE e pelos municípios participantes, especialmente quanto à redução das despesas com energia elétrica mediante disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos energéticos provenientes de geração distribuída de fonte fotovoltaica, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

18.2 A solução apresenta compatibilidade com a necessidade administrativa identificada, uma vez que possibilita a obtenção de economia sobre a energia efetivamente compensada, sem exigir investimento direto da Administração na implantação e manutenção de infraestrutura própria de geração, observados os requisitos técnicos, regulatórios, operacionais e econômicos estabelecidos neste ETP.

18.3 A análise dos quantitativos, do mercado, das alternativas disponíveis, da Formação do Preço Estimado – FPE, dos resultados pretendidos, dos impactos ambientais, do parcelamento e dos riscos da contratação não evidenciou, neste estágio do planejamento, impedimento técnico, econômico ou jurídico capaz de inviabilizar o prosseguimento da contratação.

18.4 A viabilidade da solução fica condicionada à observância, na elaboração do Termo de Referência, edital, Ata de Registro de Preços e instrumentos contratuais decorrentes, das premissas estabelecidas neste ETP, especialmente quanto:

a) ao adequado dimensionamento das unidades consumidoras e dos quantitativos estimados;

b) à definição objetiva da base econômica sobre a qual incidirá o percentual de desconto;

c) à manutenção de parâmetro econômico compatível com o mercado e com a competitividade do certame;

d) à comprovação da capacidade técnica e operacional necessária à execução;

e) à observância da legislação e regulamentação aplicáveis ao SCEE e à geração distribuída;

f) à fiscalização da energia efetivamente compensada, do faturamento e da aplicação do desconto contratado; e

g) ao tratamento e monitoramento dos riscos identificados neste Estudo.

18.5 Considerando a utilização do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados possuem caráter estimativo e não implicam obrigação de contratação integral, devendo cada contratação decorrente observar a efetiva necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as demais condições legais aplicáveis.

18.6 A existência de disponibilidade e adequação orçamentária deverá ser verificada nos momentos legalmente pertinentes às contratações e despesas que venham a ser efetivamente assumidas, de acordo com os instrumentos decorrentes da Ata de Registro de Preços e com as respectivas dotações dos órgãos ou entes responsáveis.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

18.7 Diante do conjunto dos elementos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos analisados, a Equipe de Planejamento declara VIÁVEL a contratação, considerando a solução adequada ao atendimento da necessidade identificada e apta, em princípio, a proporcionar redução mensurável das despesas com energia elétrica e maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

18.8 A presente declaração constitui o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, nos termos do art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Carangola, 25 de agosto de 2026.

Sérgio Müller Miranda
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**

MODELO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM PARTICIPAR DO REGISTRO DE PREÇOS

Ao

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE
A/C Setor de Licitações e Contratos
Referência: IRP nº 058/2026
Processo Administrativo nº 058/2026
ÓRGÃO/ENTIDADE INTERESSADA: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE
CNPJ: 02.034.350/0001-02
ENDEREÇO: Rua Antonio Tomé nº 165, Triângulo, Carangola-MG
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilberto Damas de Souza
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DA DEMANDA: Secretário Executivo
TELEFONE: 3741-3313

I- DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE, por intermédio da autoridade abaixo identificada, manifesta formalmente seu INTERESSE EM PARTICIPAR, na condição de órgão ou entidade participante, do Sistema de Registro de Preços objeto do Processo Administrativo nº 058/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário – CIS-VERDE.

Declara que tomou conhecimento do objeto e dos documentos disponibilizados para esta IRP e que a solução apresenta compatibilidade, em princípio, com a necessidade administrativa deste órgão ou entidade, observadas as informações e quantitativos apresentados nesta manifestação.

II– DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A participação pretendida justifica-se pela necessidade de A participação pretendida abrangerá as unidades consumidoras vinculadas ao CIS-VERDE que forem indicadas e consideradas aptas para integração à solução de geração compartilhada, observadas as condições, critérios, quantitativos, requisitos técnicos e demais especificações estabelecidas no respectivo Termo de Referência, Edital e seus anexos.

A manifestação de interesse fundamenta-se na necessidade de buscar alternativas que possibilitem maior eficiência na gestão das despesas com energia elétrica das unidades do Consórcio, mediante utilização de créditos de energia provenientes de fonte renovável e sua respectiva compensação nas unidades consumidoras participantes, buscando-se solução apta a proporcionar maior eficiência na gestão do consumo e redução dos custos relacionados à energia elétrica, observadas as condições técnicas, econômicas e regulatórias aplicáveis.

III – DA DEMANDA ESTIMADA

Para fins de dimensionamento da futura contratação, o órgão ou entidade informa que a demanda estimada corresponde a:

QUANTIDADE DE UNIDADES CONSUMIDORAS: 2
CONSUMO HISTÓRICO ANUAL: 21.600 kWh
CONSUMO MÉDIO MENSAL: 1.800 kWh
QUANTIDADE ESTIMADA DE ENERGIA PASSÍVEL DE COMPENSAÇÃO: 21.600 kWh
DISTRIBUIDORA(S) RESPONSÁVEL (IS): CEMIG

A composição detalhada da demanda encontra-se discriminada no Quadro de Identificação das Unidades Consumidoras, acompanhado dos documentos utilizados como suporte à estimativa.

Declara-se que os quantitativos apresentados foram estabelecidos a partir de informações de consumo disponíveis ao órgão, representando sua estimativa real de necessidade para fins de planejamento do Registro de Preços.

IV – DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O órgão ou entidade declara ciência de que a presente manifestação não constitui contratação, não gera obrigação imediata de despesa e não implica reserva orçamentária ou empenho nesta etapa.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

Na hipótese de futura utilização da Ata de Registro de Preços, a contratação somente será formalizada após a verificação, pelo próprio órgão ou entidade participante, da respectiva disponibilidade orçamentária e financeira e do atendimento das demais exigências legais pertinentes.

V – DAS RESPONSABILIDADES

O órgão ou entidade declara ciência de que, caso formalize futura contratação decorrente da Ata, será responsável pela gestão e fiscalização de seu instrumento, pela conferência dos serviços e da energia efetivamente compensada, pela liquidação e pagamento das despesas correspondentes e pelos demais atos administrativos de sua competência.

Compromete-se, ainda, a comunicar ao CIS-VERDE eventual alteração significativa das informações apresentadas nesta manifestação que possa repercutir sobre os quantitativos ou sobre o planejamento da futura contratação.

VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2001.33.90.39.00	20	1.659	MANUT. DAS ATIV DIV ADM.
01.01.10.302.0075.2008.33.90.39.00	49	1.621	LABORATORIAL
01.01.10.305.0075.2007.33.90.39.00	56	1.621	UBV +COSTAIS
01.06.04.122.0007.2011.33.90.39.00	254	1.500	MANUT CONTRATO RATEIO ADM.

VII – DA MANIFESTAÇÃO

Diante do exposto, MANIFESTAMOS FORMALMENTE O INTERESSE EM INTEGRAR, NA CONDIÇÃO DE PARTICIPANTE, O FUTURO REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026, nos limites quantitativos indicados nesta manifestação e em seus anexos.

Carangola, 08 de setembro de 2026.

Sérgio Müller Miranda
Secretário Executivo
Cis-Verde

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)[1]

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/ 2026.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste termo de referência é uma etapa essencial para o processo de contratação, exigência do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133 de 21/04/2021. Nesse contexto, o presente termo tem como objetivo realizar uma análise detalhada das peculiaridades da demanda apresentada, de forma clara e objetiva. Essa análise inclui a definição precisa do objeto da contratação, contemplando sua natureza, quantitativos e prazos, além de fornecer uma fundamentação técnica e legal que justifique a necessidade e viabilidade da contratação, servindo como documento base para nortear todas as etapas subsequentes do processo, garantindo que a Administração Pública obtenha o objeto com eficiência e em conformidade com a legislação.

SEÇÃO I – OBJETO[2]

1.1 Edital de pregão eletrônico para registro de preços objetivando futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada em energia renovável, para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída (MMGD) de fonte fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), destinados às unidades consumidoras dos entes participantes do CIS-VERDE, com aplicação do percentual de desconto contratado sobre a base econômica da energia efetivamente compensada, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

1.2 **Subseção I.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES**

1.2.1 **Quadro Sinóptico especificações do objeto:**

ITEM: 001
UNID.: % DE DESC.
DESCRIÇÃO: CONFORME OBJETO...
PERCENTUAL DE DESCONTO MINIMO: 28,30 %

1.2.2 **RESUMO DOS ITENS:**

MUNICÍPIO	CONSUMO KWH/MÊS	VLR. TOT. ATUAL/ANO (R$)
CARANGOLA (CONCESSIONÁRIA CEMIG)	71.000 kWh/mês	R$ 1.022.400,00
FARIA LEMOS (CONCESSIONÁRIA CEMIG)	19.074 kWh/mês	R$ 274.665,60
PEDRA BONITA (CONCESSIONÁRIA CEMIG)	17.500 kWh/mês	R$ 252.000,00
CIS-VERDE (CONCESSIONÁRIA CEMIG)	1.800 kWh/mês	R$ 21.600,00
TOTAL ESTIMADO		**R$ 1.570.665,60**

1.2.3 A demanda pelo serviço em questão apresenta caráter variável, em razão das particularidades de consumo de energia elétrica das unidades consumidoras dos municípios consorciados. Não obstante, os quantitativos estimados foram definidos com base nos relatórios consolidados de consumo enviados pelos municípios em questão, integrantes do Consórcio.

SEÇÃO II – FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO[3]

2.1 **DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

2.1.1 A presente contratação decorre da necessidade de adoção de medidas voltadas à otimização dos gastos públicos e à promoção da eficiência administrativa, especialmente no que se refere às despesas com energia elétrica, que representam parcela relevante dos custos operacionais dos órgãos e entidades participantes da futura contratação.

2.1.2 Nos últimos anos, o setor elétrico brasileiro tem registrado sucessivos reajustes tarifários, influenciados por fatores como custos de geração, transmissão e distribuição de energia, encargos setoriais, tributos e variações hidrológicas, resultando em aumento contínuo das despesas suportadas pela Administração Pública. Tal cenário impõe aos gestores públicos o dever de

[1] Art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº.14.133 de 21/04/2021.
[2] Art. 6º, inciso XXIII, alíneas "**a, i**", da Lei n.º 14.133 de 21/04/2021.
[3] Art.6º, inciso XXIII, alínea "**b**", da Lei nº. 14.133 de 21/04/2021.

buscar soluções capazes de proporcionar maior economicidade, previsibilidade orçamentária e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

2.1.3 Nesse contexto, a utilização de sistemas de Geração Distribuída (GD), especialmente por meio da fonte solar fotovoltaica, consolidou-se como uma das alternativas mais eficientes e sustentáveis para redução dos custos com energia elétrica. O modelo permite a compensação de créditos de energia gerados por usinas fotovoltaicas junto às unidades consumidoras beneficiárias, nos termos da legislação vigente do setor elétrico, possibilitando significativa redução dos valores pagos mensalmente às concessionárias distribuidoras de energia.

2.1.4 A contratação de solução especializada de geração distribuída, mediante disponibilização e compensação de créditos de energia elétrica provenientes de fonte solar fotovoltaica, apresenta-se como alternativa vantajosa por dispensar a Administração de investimentos iniciais para implantação de usinas próprias, aquisição de equipamentos, elaboração de projetos, obtenção de licenças, manutenção especializada e gestão operacional da geração. Dessa forma, caberá à futura contratada assegurar a disponibilidade jurídica e operacional da solução, a alocação dos créditos e as providências necessárias à sua compensação, permitindo que a Administração usufrua dos benefícios econômicos do modelo sem imobilização de recursos públicos em infraestrutura própria.

2.1.5 Além dos ganhos financeiros, a contratação encontra respaldo nas diretrizes nacionais de incentivo à utilização de fontes renováveis de energia, contribuindo para a promoção da sustentabilidade ambiental, redução indireta da emissão de gases de efeito estufa e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A adoção dessa solução demonstra alinhamento com práticas modernas de gestão pública, que buscam conciliar eficiência econômica, responsabilidade ambiental e melhoria da qualidade do gasto público.

2.1.6 Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de promover futura e eventual contratação de empresa especializada para a locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD), por minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica, visando atender às demandas dos órgãos participantes, reduzir despesas com energia elétrica, proporcionar maior previsibilidade orçamentária, ampliar a eficiência na gestão dos recursos públicos e incentivar a utilização de energia limpa e renovável.

SEÇÃO III – SOLUÇÃO COMO UM TODO, OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO[4]

3.1 SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos ETP (item IX – Descrição da necessidade e da solução como um todo), apêndice deste TR.[5]

3.2 OBJETIVO:

3.2.1 O objetivo desta contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos ETP (item X – Demonstrativo de resultados pretendidos)[6], apêndice deste TR.

3.3 JUSTIFICATIVA:

3.3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos ETP (item IX – Descrição da necessidade e da solução como um todo), apêndice deste TR.

---

4 Art. 11, 6º, inciso XXIII, alínea **"c"**, e art. 40, §1º, inciso I, todos da Lei nº 14.133/2021.

5 Artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, contém a seguinte redação:
§1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
(...)
VII- Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. Ver também Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022 (ETP), art. 3º, inciso I e art. 6º. Caso haja a necessidade de modificação da descrição em relação à originalmente feita nos estudos técnicos preliminares, recomenda-se o dispositivo 3.1, para que passe a contemplar essa alteração.
A Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022, também trata da necessidade de descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto, com preferência a arranjos inovadores em sede de economia circular, conforme seu artigo 9º, inciso III.

6 Art. 18, §1º, inc. IX, da Lei n.º 14.133/2021.

3.4 A contratação será processada mediante Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, observados os arts. 28, inciso I, 29, 33, inciso II, 34 e 82 da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativas constantes do DFD, do ETP e dos demais documentos da fase preparatória.

3.5 A solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público, fundamentais à administração pública e à boa gestão consorciada.

SEÇÃO IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO[7]

4.1 A contratação do objeto deste instrumento será de acordo com as condições contidas neste termo de referência, edital e demais anexos, que originar o contrato administrativo, tudo em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

4.2 A contratação decorrente do pregão será formalizada após a homologação do certame e a convocação do adjudicatário, mediante assinatura do instrumento contratual e emissão dos documentos de execução e empenho cabíveis, observadas as condições deste Termo de Referência, do edital, da ata de registro de preços e do contrato.

4.3 Após a homologação do procedimento, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento contratual no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, admitida a prorrogação por igual período, mediante solicitação apresentada durante o prazo, devidamente justificada e aceita pela Administração, nos termos do art. 90, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Após a formalização do contrato e a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá promover, em articulação com o CONTRATANTE e com os entes participantes, as providências técnicas, cadastrais e administrativas necessárias à inclusão das unidades consumidoras e à operacionalização da compensação dos créditos de energia elétrica perante a distribuidora.

4.5 A execução do objeto deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

4.6 A presente prestação de serviços será de acordo com as condições contidas neste Termo de Referência, edital e demais anexos, que originar o contrato administrativo, tudo em *conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021*.

4.7 **NÃO SERÁ ADMITIDA NESTE PREGÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS**

4.7.1 Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;

4.7.2 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.7.3 Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

SEÇÃO V - METODOLOGIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO[8]

5.1 **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.** A contratação será realizada por Pregão, em sua forma eletrônica, para registro de preços, por se tratar de serviço comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital mediante especificações usuais de mercado, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021. A utilização do

[7] Art. 6º, XXIII, "d", da Lei n.º 14.133/2021.
[8] Art. 6º, XXIII, alínea "**e**", da Lei n.º 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

Sistema de Registro de Preços observará os arts. 78, inciso IV, 82 e seguintes da mesma Lei, considerando a natureza futura e variável das demandas dos entes participantes.

5.2 O Sistema de Registro de Preços possibilitará a formalização das contratações conforme a demanda efetivamente verificada, respeitados os quantitativos máximos registrados e as condições fixadas no edital e na ata, sem impor à Administração obrigação de contratar integralmente os quantitativos estimados.

5.3 O critério de julgamento será o de MAIOR DESCONTO, nos termos dos arts. 33, inciso II, e 34 da Lei nº 14.133/2021. Para fins de aceitabilidade econômica, será adotado o percentual mínimo de desconto de 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento), apurado na Formação do Preço Estimado – FPE, sendo desclassificadas as propostas inferiores a esse patamar e classificada em primeiro lugar a proposta tecnicamente apta que apresentar o maior percentual de desconto.

5.4 A realização do pregão em ambiente eletrônico amplia a competitividade, a publicidade e a rastreabilidade dos atos, favorecendo a participação de interessados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.5 A transparência e a eficiência do processo eletrônico tornam o processo mais transparente e eficiente, registrando todos os passos, desde a publicação do edital até a adjudicação.

5.6 A modalidade eletrônica torna a comunicação e a tramitação dos documentos mais rápidos, reduzindo o tempo necessário para finalizar o processo licitatório.

5.7 O procedimento observará a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 14.300/2022, a regulamentação vigente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as demais normas aplicáveis ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, sem prejuízo dos regulamentos internos do CIS-VERDE.

5.8 Portanto, solicitamos a aprovação para a realização do Pregão Eletrônico, conforme descrito no Termo de Referência e outros anexos.

5.9 A execução do objeto dar-se-á mediante a prestação dos serviços, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando-se as condições, prazos e obrigações definidos no edital e no contrato.

5.10 O modelo de execução visa assegurar a implantação ordenada da solução e a prestação continuada dos serviços, mediante disponibilização, alocação e compensação dos créditos energéticos, com aferição mensal da energia efetivamente compensada, do percentual de desconto contratado e da economia obtida.

SEÇÃO VI – DA GESTÃO DE CONTRATOS, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO[9]

6.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações da contratada, registrar as ocorrências relacionadas à execução e adotar ou solicitar as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.

6.2 A CONTRATADA deverá proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação auditora que lhe é facultada.

6.3 O fiscal verificará, especialmente, a regular disponibilização e alocação dos créditos de energia, a efetiva compensação nas unidades consumidoras abrangidas, a correta aplicação do percentual de desconto contratado, a compatibilidade entre os demonstrativos apresentados e as faturas da distribuidora, bem como o cumprimento dos prazos e demais requisitos técnicos e regulatórios.

6.4 O fiscal da execução deste objeto estará investido de plenos poderes para registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades que forem apontadas. A rejeição no todo ou parte do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo fixado.

6.5 As ocorrências e deficiências verificadas serão registradas pelo fiscal, que notificará a CONTRATADA para adoção das providências corretivas cabíveis e comunicará ao gestor do contrato as situações que ultrapassem sua competência.

[9] Art. 6º, XXIII, alínea "**f**", da Lei n.º 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

6.6 Durante a execução, a Administração poderá exigir documentos e informações necessários à comprovação do regular cumprimento das obrigações contratuais e da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7 A medição mensal terá por base os dados de energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras, os demonstrativos de alocação de créditos, as faturas emitidas pela distribuidora e os demais documentos necessários à conferência do desconto e da economia contratada.

6.8 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada poderá ensejar na aplicação de sanções administrativas, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9 O CONTRATANTE poderá auditar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste contrato, inclusive verificando a efetiva realização dos serviços;

6.10 A fiscalização e a auditoria da execução não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto à correta operacionalização da compensação, à exatidão das informações apresentadas e aos danos decorrentes de ação ou omissão que lhe sejam imputáveis.

6.11 Eventuais prorrogações de prazos de implantação ou regularização somente serão admitidas quando decorrentes de motivo devidamente comprovado e aceito pela Administração, inclusive quando relacionadas a procedimentos da distribuidora que não sejam imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades previstas no contrato.

6.12 No caso de descumprimento do prazo estabelecido para a entrega ou prestação dos serviços, sem justificativa aceita pela administração, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas em lei, que incluem a aplicação de multas, advertências e sanções administrativas, conforme os arts. 155 a 158 da Lei 14.133/2021.

6.13 Na hipótese de inadimplemento contratual, serão adotadas as providências previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na ata de registro de preços e no contrato, inclusive quanto à aplicação de sanções, extinção contratual e eventual convocação dos licitantes remanescentes, quando juridicamente cabível.

VII– CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO[10]

7.1 O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal ou fatura e o ateste do fiscal do contrato, condicionado à comprovação da energia efetivamente compensada, da correta aplicação do percentual de desconto contratado e do cumprimento das demais condições previstas neste Termo de Referência e no contrato.

7.2 ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS: a medição será realizada mensalmente mediante conferência das faturas das unidades consumidoras, dos demonstrativos de alocação e compensação de créditos e dos documentos apresentados pela CONTRATADA. O ateste somente será emitido após a verificação da conformidade dos serviços executados com as condições contratuais.

7.3 E MISSÃO DA NOTA FISCAL OU FATURA: após a medição e o ateste dos serviços, a CONTRATADA emitirá a nota fiscal ou fatura correspondente ao valor devido pela energia efetivamente compensada no período, observada a metodologia de cálculo e o percentual de desconto contratado.

7.4 O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o endereço de e-mail oficial do Contratante.

7.5 PROCESSO DE PAGAMENTO: Com base na nota fiscal ou fatura e no aceite dos serviços, o órgão público inicia o processo de pagamento. O que envolve a elaboração da liquidação da despesa, autorização de pagamento e demais trâmites administrativos internos.

7.6 EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO: Após a conclusão do processo de pagamento, o órgão público realiza a transferência dos recursos financeiros para a empresa contratada, conforme os prazos estabelecidos neste contrato de até 30 dias da emissão da NAF e considerada a emissão da nota fiscal.

[10] Art. 6º, XXIII, alínea "**g**", da Lei n.º 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

7.7 OBSERVAÇÃO: será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1°, inciso I e seguintes, §§ 2° e 3°, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei N°. 14.133/2021.

7.8 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE - Arts. 68, da Lei n°. 14.133/2021. Documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista que devem ser apresentados para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos.

7.9 A remuneração mensal corresponderá ao valor da energia efetivamente compensada, calculado sobre a base tarifária aplicável e deduzido o percentual de desconto contratado. Para fins de medição: VALOR-BASE DA ENERGIA COMPENSADA = ENERGIA EFETIVAMENTE COMPENSADA NO MÊS × BASE TARIFÁRIA APLICÁVEL; VALOR DEVIDO À CONTRATADA = VALOR-BASE DA ENERGIA COMPENSADA × (1 – PERCENTUAL DE DESCONTO CONTRATADO).

7.10 Após a formalização do contrato e a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá iniciar imediatamente as providências técnicas, cadastrais e administrativas necessárias à operacionalização da solução. O início efetivo da compensação deverá ocorrer no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contado da Ordem de Serviço e da disponibilização, pela Administração, das informações e documentos necessários, ressalvados atrasos comprovadamente decorrentes de procedimentos da distribuidora não imputáveis à CONTRATADA.

7.11 No caso de descumprimento do prazo estabelecido para a entrega ou prestação dos serviços, sem justificativa aceita pela administração, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas em lei, que incluem a aplicação de multas, advertências e sanções administrativas, conforme os Arts. 155 a 158 da Lei 14.133/2021.

7.12 O descumprimento injustificado dos prazos ou das condições de execução sujeitará a CONTRATADA às medidas e sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.13 Os serviços serão recebidos e atestados de acordo com a execução mensal efetivamente comprovada, observadas as regras do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e as condições previstas no edital e no contrato:

7.14.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.14.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que com prove o atendimento das exigências contratuais;

SEÇÃO VIII – DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR[11]

8.1 O critério de julgamento adotado será o de MAIOR DESCONTO, conforme art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplicado sobre a base econômica correspondente à energia elétrica efetivamente compensada, observada a metodologia definida neste Termo de Referência e no edital.

8.2 Será classificada em primeiro lugar a proposta tecnicamente apta que apresentar o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, observado o desconto mínimo aceitável de 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento) e o atendimento integral às exigências técnicas, jurídicas, fiscais, trabalhistas e econômico-financeiras do edital.

8.3 A adjudicação observará o item e os quantitativos definidos no edital e na ata de registro de preços. Eventual formação de cadastro de reserva e convocação de licitantes remanescentes deverá observar a ordem de classificação e as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

8.4 Na hipótese de empate, será observado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, com a aplicação, se for o caso, do benefício previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, mediante apresentação da documentação comprobatória exigida.

[11] Art. 6º, XXIII, alíneas "**d**, **h**", da Lei n.º 14.133/2021.

8.5 A proposta deverá indicar de forma clara e objetiva o percentual de desconto ofertado, não inferior ao mínimo estabelecido, sendo desclassificadas as propostas que deixarem de atender às condições técnicas ou econômicas previstas no edital ou que apresentarem inexequibilidade devidamente demonstrada no processo.

8.6 O registro de preços não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, mas vincula o fornecedor registrado às condições constantes da ata e da proposta durante sua vigência, observadas as hipóteses legais de alteração e cancelamento.

8.7 SUBSEÇÃO VIII.1 – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

8.7.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I- **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de **empresário individual**;

II- **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMA ALTERAÇÃO (SE HOUVER) EM VIGOR,** devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de **sociedades comerciais**, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seu (s) administrador (es), e alterações ou da consolidação respectiva;

III- **COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de **sociedade civil**, acompanhado da prova da diretoria em exercício;

IV- **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO** em se tratando de empresa ou**_sociedade estrangeira** em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

V- Os documentos exigidos para os itens acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, concomitante com cópia de documento de identificação – **RG, CPF OU CNH DO (S) SÓCIO (S) ADMINISTRADOR** da empresa.

8.7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I- Comprovante de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**, do Ministério da Fazenda, que poderá servir para fins de comprovação do enquadramento como ME, EPP;

II- Comprovante de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, **se houver,** relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III- Prova de **Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme Portarias MF 358 e 443/2014, **incluindo a negativa previdenciária** (Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – **INSS,** conjugada com a CNDF);

IV- Prova de Regularidade para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede da licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente;

V- Prova de Regularidade para com a **Fazenda Pública Estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

VI- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

VII- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**;

8.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

I- **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, na forma da Lei nº 11.101, de 9.2.2005 e inciso II, do art. 69, da Lei nº. 14.133/2021, emitida até **90 (noventa) dias antes a abertura da licitação**, deverá ser expedida pelo distribuidor da sede do domicílio da licitante.

§1º Ressalta-se que a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo ao Consórcio realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira, mediante, inclusive, a apresentação do plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

8.7.4 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

I - Comprovação de aptidão, através de no mínimo 01 (um) certidão ou atestado, que demonstrem capacidade operacional na execução das atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação legível do emitente, em atendimento ao art. 67, II da Lei 14.133/2021.

II - Os atestados técnicos deverão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante tenha fornecido a contento atividades com característica similar, equivalente ou superior ao exigido. Os atestados deverão conter:

a) Nome empresarial/ razão social da entidade e dados de identificação do emitente (CPF, CNPJ, endereço, telefone etc.);

b) Local e data de emissão;

c) Tipo de prestação das atividades;

d) Quantidades.

III- O documento deverá demonstrar capacidade operacional na execução de objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, comprovando que a proponente atuou na geração compartilhada e na compensação de créditos de energia elétrica em volume mínimo de 645.444,00 kWh, equivalente a 50% do consumo apurado projetada para esta contratação, correspondente a 1.290.888,00 kWh/ano ou 107.574,00 kWh/mês.

IV- Para fins de comprovação do quantitativo exigido no subitem anterior, não será admitido o somatório de atestados de capacidade operacional.

IV- Comprovação de que a(s) Central(is) Geradora(s) Fotovoltaica(s) – CGF informada(s) encontra(m)-se devidamente cadastrada(s) perante a Concessionária Local (Cemig) na modalidade de Geração Compartilhada, nos termos da Lei 14.300/2022 e Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, mediante apresentação de Formulário de Informação de Microgeração ou Minigeração Distribuída (ou documento equivalente emitido pela distribuidora).

V - Para fins de comprovação da modalidade de Geração Compartilhada, será aceito o documento emitido pela CEMIG (Formulário de Informação, Parecer de Acesso ou equivalente) que ateste o cadastramento da usina como micro ou minigeração distribuída, em conjunto com o instrumento de constituição do consórcio, que comprovem a estrutura jurídica e o enquadramento na modalidade compartilhada.

8.7.5 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

I– Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com registro no órgão competente;

II- As entidades criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura

III- Os documentos referidos no item 7.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

IV- A comprovação da boa situação financeira do concorrente será avaliada pelo Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1 (um), resultante da aplicação da fórmula abaixo ou mediante Comprovação de Patrimônio de Líquido ou Capital Social, com valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor previamente estimado da licitação.

ILG – maior ou igual a 1

ILG = AC+RLP / PC + PNC

- AC: Ativo Circulante
- RLP: Realizável a Longo Prazo
- Passivo Circulante
- Passivo Não Circulante

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

VII- A solicitação do Índice de Liquidez Geral (ILG) no balanço patrimonial em processos licitatórios visa comprovar a capacidade financeira da entidade em honrar seus compromissos, tanto de curto quanto de longo prazo. O ILG, ao analisar a relação entre ativos e passivos circulantes e não circulantes, oferece uma visão da saúde financeira da entidade, indicando se ela possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações.

VIII- Comprovação de Patrimônio de Líquido ou Capital Social, com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses.

IX– Comprovação de exequibilidade através de planilha como todos os custos diretos, indiretos e BDI, seguindo padrão do cálculo de BDI conforme Acórdão TCU.

8.7.6 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

I- **DECLARAÇÃO UNIFICADA.**

DADOS DA DECLARAÇÃO:

- Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/21.
- Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/21.
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21.
- Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;
- Que proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/21;
- Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei n.º 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Que não possuem, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Que para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;
- Que o Agente de Contratação poderá solicitar DOCUMENTOS COMPLEMENTARES para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item, e ainda é faculta ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- A apresentação desta declaração presume pleno conhecimento de todas as regras editalícias e implica na aceitação automática, integral e irretratável dos termos desse edital, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

8.7.7 SUBSEÇÃO VIII.2 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ME, EPP E EQUIPARADAS"[12]

I- As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, ou equiparada, definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que forem elegíveis aos benefícios da Lei Complementar **DEVERÃO ENTREGAR, INDEPENDENTE DOS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA HABILITAÇÃO**: a) Quando optante pelo **SIMPLES NACIONAL**: comprovação da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, b) **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, vigente e c) **No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA À ME OU EPP**, deverá comprovar de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, e apresentar Declaração unificada , conforme os incisos I e II do art. 3º, bem como de que não possuem nenhum dos impedimentos constantes do § 4º, do art. 3°, da LC 123 **(Modelo Anexo III)**.

12 Arts. 42 a 49 da LC n°. 123, de 14/12/2006

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

§1° Deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal, nos termos do art. 43, § 1°, da LC n°. 123/2006.

§2° Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada habilitada no certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão, para regularização da Documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

§3° A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Setor de Licitações. A não apresentação implica na RENÚNCIA ao direito de aplicação da Lei Complementar.

SEÇÃO IX – DA ADEQUAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO [13]

9.1 Informo, que o recurso necessário e que servirá de suporte financeiro para o pagamento do objeto a ser contratado será proveniente da (s) dotação (ões) orçamentária (s) de cada órgão contratante, e ta,bem de dotação especifica do consórcio que segue abaixo :

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2001.33.90.39.00	20	1.659	MANUT. DAS ATIV DIV ADM.
01.01.10.302.0075.2008.33.90.39.00	49	1.621	LABORATORIAL
01.01.10.305.0075.2007.33.90.39.00	56	1.621	UBV +COSTAIS
01.06.04.122.0007.2011.33.90.39.00	254	1.500	MANUT CONTRATO RATEIO ADM.

SEÇÃO IX – DA GARANTIA

9.2 A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei n° 14.133/2021.

9.3 Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:

- ➔ Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- ➔ Seguro-garantia;
- ➔ Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.4 A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato: Garantia de 5% (cinco por cento);

9.5 O CONTRATANTE poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 9.4.

9.6 O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

SEÇÃO X – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

10.2 A licitante e a CONTRATADA estarão sujeitas, conforme o caso, às infrações e sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, inclusive advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observados a gravidade da conduta, os critérios legais de dosimetria, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das hipóteses de extinção contratual previstas nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

10.3 **As infrações e sanções estarão discriminadas na Clausula Décima Quinta da Minuta do Contrato Administrativo (Anexo VI, do Edital).**

SEÇÃO XI – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação total, a sub-rogação ou a transferência da parcela principal do objeto, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela disponibilização, alocação, compensação e gestão dos créditos energéticos.

[13] Art. 6º, XXIII, alínea "j", c/c art. 150, da Lei n.º 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

11.2 A subcontratação de atividades acessórias ou instrumentais somente será admitida mediante autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, desde que não comprometa a capacidade técnica considerada para a habilitação, a responsabilidade da CONTRATADA ou o cumprimento das obrigações regulatórias aplicáveis.

11.3 **Em qualquer hipótese de subcontratação, a CONTRATADA permanece integralmente responsável pelas obrigações assumidas contratualmente, cabendo a ela a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, assumindo total responsabilidade perante o CONTRATANTE pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações do Termo de Contrato, nos termos da Lei 14.133/2021.**

11.3.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.3.2 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiver em vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do23/09/2023, 13:51 L14133 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm 54/74 contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

11.4 É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto ou de pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas na Lei nº 14.133/2021, devendo ser preservadas a regularidade regulatória, a rastreabilidade dos créditos e a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.

SEÇÃO XII – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709, DE 14/08/2018 (LGPD)

12.1 O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua integra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011.

12.2 A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, tanto pela **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, obrigando-se ela a tratar os dados que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (Art. 7º, LGPD).

12.3 Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se as partes a executar os seus trabalhos e tratar os dados respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD).

12.4 As partes obrigam-se a garantir a confidencialidade dos dados coletados por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo (art. 50, LGPD).

12.5 Eventuais dados coletados deverão ser arquivados somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD).

SEÇÃO XIII – VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 O contrato administrativo vigorará por um período de 12 meses, na forma do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021, com sua vigência a partir da data da assinatura do termo de contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos por acordo entre as partes, nos termos do artigo 106, c/c o art. 107, da Lei n° 14.133, de 2021.

13.2 A prorrogação de contrato poderá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, ressaltando-se que a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.3 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
020343500000102-24F3BABC

SEÇÃO XIV – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES[14]

14.1 **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

14.2 A contrata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

14.3 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência, capacidade operacional e disponibilidade de créditos suficientes para atendimento das unidades consumidoras contratadas, observados os quantitativos, a regulamentação do SCEE e os níveis de desempenho definidos no edital e no contrato

14.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º)

14.5 A CONTRATADA deverá executar os serviços em estrita conformidade com este Termo de Referência, com sua proposta, com o edital e com o contrato, assumindo responsabilidade pela correta disponibilização, alocação e compensação dos créditos, pela aplicação do percentual de desconto contratado e pelos danos causados por culpa ou dolo na execução do objeto.

14.6 A CONTRATADA responderá pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, aos entes participantes ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual, inclusive por atos de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização do CONTRATANTE.

14.7 **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**:

14.7.1 O Regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei n°. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.

14.7.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexo;

14.7.3 A Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexo;

14.7.4 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.7.5 Proporcionar as informações, documentos e condições administrativas necessárias à inclusão e manutenção das unidades consumidoras no modelo de compensação, dentro de sua esfera de competência;

14.7.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.7.7 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

14.7.8 Notificar a empresa a ser contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

[14] Art. 92, e demais dispositivos da Lei n°. 14.133/2021.

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
02034350000102-24F3BABC

14.7.9 Pagar à CONTRATADA somente pelos serviços efetivamente executados e atestados, com base na energia efetivamente compensada e no percentual de desconto contratado, na forma deste Termo de Referência;

14.7.10 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.7.11 Não permitir que os empregados da empresa a ser contratada executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas neste termo de referência.

SEÇÃO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade, medição e execução podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado, justificando a adoção do Pregão Eletrônico nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 A contratação deverá observar a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 14.300/2022, a regulamentação vigente da ANEEL e as demais normas aplicáveis ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

15.3 Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo editalício ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no procedimento como representante do participante.

15.4 O presente Termo de Referência, após sua aprovação, integrará o processo administrativo de contratação, constituindo documento norteador para a formalização do ajuste entre as partes.

15.5 Considerando que se trata de uma licitação simples, sem características de complexidade, contrato de grande vulto ou envolvimento com contratação integrada ou gestão de projetos, o DFD não será parte integrante do TR. O DFD foi elaborado durante a fase interna do processo administrativo e ficará disponível exclusivamente para a fase de elaboração do edital, funcionando como uma parte da documentação interna que justifica a solicitação de contratação e embasa o instrumento convocatório.

15.6 Os quantitativos e as quantidades estabelecidas para o objeto em referência foram elaborados com base no DFD, no qual foi realizado um estudo para a definição da quantidade necessária para suprir a necessidade do Consórcio. O DFD, elaborado na fase interna deste processo administrativo, serviu como fundamentação para a definição dos parâmetros quantitativos, os quais serão considerados para a elaboração do edital e subsequente contratação.

SEÇÃO XVI - DO FORO

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Carangola-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste termo de referência, assim como, do Contrato Administrativo.

Carangola, 21 de setembro de 2026.

Sérgio Müller Miranda
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**

[MODELO DE PROPOSTA ANEXO III]

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º [inserir nº] / [indicar ano]
PREGÃO ELETRÔNICO N.º [inserir nº] / [indicar ano]
REGISTRO DE PREÇÕS N.º [inserir nº] / [indicar ano]

[**inserir razão social**], inscrita no CNPJ/MF N°. [**inserir número**], estabelecida [**inserir endereço completo**], representada pelo seu [**inserir cargo**], Sr. (a) [**inserir nome completo**], inscrito (a) no CPF/MF n.º [**inserir número**] e Identidade n°. [**inserir número**], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [**procuração/contrato social/estatuto social**].

CONTA CORRENTE: _____AG. _____ Banco _____
ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

Para preenchimento desta proposta deverá ser observado todos os anexos do Edital, considerando todas as exigências e especificações, abaixo os anexos parte integrante desta proposta, bem como do eventual Termo de Contrato:

ANEXO I	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
ANEXO III	MODELO DE PROPOSTA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO UNIFICADA (DU)
ANEXO V	MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (TC)

Ao

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**.

OBJETO: [**descrever objeto**].

DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	PERCENTUAL DE DESCONTO REGISTRADO
Disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de MMGD fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do SCEE.	kWh	[**informar**]	[**informar**] %

Validade da proposta 60 dias.

Declaramos, que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

CLÁUSULA DE COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO PROPONENTE:

O proponente declara estar ciente de que os números de telefone e endereços de e-mail informados na proposta serão utilizados pela Administração para fins de comunicação durante o processo licitatório e, se necessário, na fase contratual. O proponente assume o compromisso de manter esses dados atualizados e de monitorá-los regularmente.

É imprescindível que os dados de contato fornecidos sejam válidos e que a Administração consiga entrar em contato com o proponente. Em caso de tentativas de contato não bem-sucedidas, com três tentativas realizadas via telefone e um contato por e-mail, e não havendo resposta por parte do proponente no prazo de 24 horas após o envio do e-mail, este estará sujeito à desclassificação automática ou inabilitação.

Adicionalmente, se a Administração não obtiver resposta após o contato por e-mail, o proponente será considerado como tendo incorrido em infração contratual, podendo ser penalizado conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, o Edital, o Termo de Contrato, o Termo de Referência e demais anexos pertinentes.

O proponente compreende que a falta de manifestação adequada e no prazo estabelecido poderá resultar em penalidades legais, uma vez que tal comportamento atenta contra o resultado útil do processo licitatório.

Justificativa Legal: Esta cláusula está fundamentada no disposto na Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de eficiência e transparência nos processos licitatórios, assegurando a regularidade na comunicação entre as partes envolvidas.

[inserir cidade], [inserir dia] de **[inserir mês]** de **[inserir ano].**

_____
EMPRESA [**inserir razão social**]
CNPJ/MF n°. [**inserir n.º**]
Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa

MODELO

[ANEXO IV]

DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO ADMINISTRAT. N.º [inserir n.º] /2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º [inserir n.º] /2026
REGISTRO DE PREÇÕS N.º [inserir n.º] /2026

HABILITAÇÃO da empresa **[inserir razão social]**, inscrita no CNPJ/MF N°. [**inserir número**], estabelecida [**inserir endereço completo**], representada pelo seu [**inserir cargo**], Senhor (a) [**inserir nome completo**], inscrito (a) no CPF/MF n.º [**inserir número**] e Identidade n°. [**inserir número**], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [**procuração/contrato social/estatuto social**]., para participar do Processo em epigrafe, instaurado pelo Consórcio **CIS-VERDE**, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso, ademais, sob a pena da lei, **DECLARA**:

1. Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/21.
2. Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/21.
3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21.
4. Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;
5. Que proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
6. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/21;
7. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei n.º 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
8. Que não possuem, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
9. Que para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;
10. Que o Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item, e ainda é faculta ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
11. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12. **A apresentação desta declaração presume pleno conhecimento de todas as regras editalícias e implica na aceitação automática, integral e irretratável dos termos desse edital**, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

[inserir cidade], [inserir dia] de **[inserir mês]** de **[inserir ano].**

_____
EMPRESA [inserir razão social]
CNPJ/MF n.º [inserir número]
Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa

MODELO

[MINUTA ARP ANEXO V]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º [informar n.º] / [informar ano]

PROCESSO ADMINIST. N.º 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º [informar n.º] /2026
REGISTRO DE PREÇÕS N.º [informar n.º] /2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.034.350/0001-02, com unidade à rua Antônio Thomé, n.º 165, bairro Triângulo, Carangola–MG, CEP: 36.803-020, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito Gilberto Damas de Souza, devidamente qualificado nos termos da legislação aplicável e da representação que lhe é outorgada pelo em Assembleia de prefeitos, conforme deliberação estatutária e ato de designação vigente.

EMPRESA DETENTORA: EMPRESA [informar razão social], inscrita no CNPJ/MF n.º **[informar n.º]**, estabelecida **[informar endereço completo]**, representada pelo seu **[informar cargo]**, Sr. (a) **[informar nome completo]**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por **[procuração/contrato social/estatuto social]**.

BASE LEGAL: art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil; Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente seus arts. 82 a 86; Lei Federal nº 11.107/2005; Decreto Federal nº 6.017/2007; Lei Complementar nº 123/2006, no que couber; regulamentação própria aplicável ao CIS-VERDE e demais normas pertinentes, podendo ser observadas subsidiariamente, quando compatíveis e expressamente adotadas no Edital, disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023.

Considerando o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, homologado em **[informar data da homologação]**, resolve o Consórcio CIS-VERDE, na condição de órgão gerenciador, resolve registrar o percentual de desconto e as demais condições ofertadas pela DETENTORA DA ATA, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e dos demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 058/2026, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (PREÇOS REGISTRADOS)

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa ou entidade especializada para disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída – MMGD, de fonte fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, destinados às unidades consumidoras dos entes participantes do CIS-VERDE, mediante aplicação do percentual de desconto registrado sobre a base econômica da energia efetivamente compensada, conforme especificações, quantitativos, condições e metodologia estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

1.2 O resultado econômico registrado nesta Ata corresponde ao percentual de desconto ofertado pela DETENTORA, que será aplicado sobre a base econômica definida no Termo de Referência, considerando-se exclusivamente, para fins de faturamento, a energia efetivamente compensada nas unidades consumidoras vinculadas a cada contratação.

1.3 **DEMONSTRATIVO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	PERCENTUAL DE DESCONTO REGISTRADO
Disponibilização, alocação, compensação e gestão de créditos de energia elétrica provenientes de MMGD fotovoltaica, na modalidade de geração compartilhada, no âmbito do SCEE.	kWh	[informar]	[informar] %

1.4 O valor devido em cada período de faturamento será apurado mediante aplicação da metodologia e da fórmula estabelecidas no Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual, observando-se obrigatoriamente o percentual de desconto registrado e a quantidade de energia efetivamente compensada.

1.5 Os quantitativos constantes desta Ata constituem estimativa máxima para fins de registro e planejamento, não gerando obrigação de contratação integral ou de consumo mínimo pelos órgãos ou entidades participantes.

MINUTA

1.6 A condição econômica registrada compreende todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto, inclusive despesas operacionais, administrativas, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, regulatórias e demais encargos incidentes sobre a execução, vedada a cobrança autônoma de taxa, tarifa administrativa ou qualquer outro valor não expressamente previsto no Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

2.1 As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas individualmente pelos órgãos ou entidades participantes, de acordo com suas necessidades, respectivos quantitativos registrados e disponibilidade orçamentária e financeira, mediante instrumento contratual ou outro instrumento juridicamente admitido.

2.2 A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos ou entidades participantes a realizar qualquer contratação, tampouco assegura à DETENTORA quantidade mínima de execução.

2.3 Cada órgão ou entidade participante identificará, por ocasião de sua contratação, as unidades consumidoras que integrarão a execução, os quantitativos correspondentes e as demais informações necessárias à alocação e compensação dos créditos de energia elétrica, observados os limites registrados.

2.4 A execução compreenderá os procedimentos técnicos, administrativos e regulatórios necessários à disponibilização, alocação, compensação e gestão dos créditos energéticos, inclusive aqueles perante a distribuidora de energia elétrica, observadas a Lei nº 14.300/2022, a regulamentação da ANEEL e demais normas aplicáveis ao SCEE.

2.5 A remuneração da DETENTORA, quando contratada, ficará vinculada à energia efetivamente compensada e comprovada nas unidades consumidoras, vedado pagamento fundado exclusivamente em créditos disponibilizados, estimados ou alocados que não tenham sido efetivamente compensados, observada a metodologia estabelecida no Termo de Referência.

2.6 A medição e o faturamento deverão ser acompanhados dos documentos, demonstrativos e memórias de cálculo exigidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, possibilitando a conferência da energia compensada e do percentual de desconto aplicado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, seus anexos, a proposta vencedora, os documentos de habilitação, a relação dos órgãos ou entidades participantes e os demais elementos integrantes do Processo Administrativo nº 058/2026.

3.2 As contratações decorrentes desta Ata deverão observar integralmente as condições estabelecidas nos documentos mencionados no item anterior, sem prejuízo das condições específicas de cada órgão ou entidade contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 Constituem obrigações da DETENTORA, sem prejuízo das demais previstas no Termo de Referência, no Edital e nas futuras contratações:

I- executar o objeto em conformidade com as condições técnicas, econômicas, regulatórias e operacionais estabelecidas no processo;

II- manter, durante a vigência da Ata e das respectivas contratações, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

III- manter capacidade técnica e operacional compatível com os quantitativos assumidos e com a disponibilização regular dos créditos de energia;

IV- adotar tempestivamente os procedimentos necessários perante a distribuidora para inclusão, alteração, vinculação ou regularização das unidades consumidoras;

V- disponibilizar aos órgãos ou entidades contratantes as informações e os documentos necessários à conferência da energia alocada e efetivamente compensada;

MINUTA

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

VI- apresentar demonstrativo de execução e memória de cálculo nos termos estabelecidos no Termo de Referência e no respectivo contrato;

VII- comunicar imediatamente qualquer fato técnico, regulatório ou operacional capaz de comprometer a disponibilidade ou a compensação dos créditos energéticos;

VIII- corrigir, no prazo determinado pelo contratante, as inconsistências decorrentes de ato ou omissão que lhe sejam imputáveis;

IX- manter atualizados endereço eletrônico, telefone e demais dados destinados às comunicações oficiais, comunicando imediatamente qualquer alteração; e

X- responder pelos danos que, por dolo ou culpa na execução de suas obrigações, causar à Administração ou a terceiros, na forma da legislação aplicável.

4.2 A DETENTORA deverá observar, durante toda a execução, as normas aplicáveis à micro e minigeração distribuída, à geração compartilhada e ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE.

4.3 É dever da empresa Detentora/Contratada **MANTER DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais, para informações referentes a contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

É imprescindível que os dados de contato informados pelo proponente sejam válidos, de modo a possibilitar a efetiva comunicação pela Administração. No caso de insucesso em tentativas de contato via telefone e tentativa por e-mail, e inexistindo resposta no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** a contar do envio ao e-mail fornecido pela participante, o proponente estará sujeito à **desclassificação automática, inabilitação, rescisão contratual**, além da aplicação das sanções cabíveis em razão do descumprimento das cláusulas editalícias e contratuais.

Assim, não havendo manifestação após a notificação eletrônica, considerar-se-á caracterizada **infração contratual**, sujeitando-se o proponente às penalidades previstas na **Lei nº 14.133/2021**, bem como nesta **Ata de Registro de Preços, Termo de Referência, Edital e demais anexos**.

O proponente declara ciência de que a **ausência de manifestação no prazo estabelecido poderá ensejar responsabilização administrativa e legal**, por atentar contra os princípios da eficiência e da transparência que regem os processos licitatórios, assegurando a regularidade da comunicação entre as partes desde a fase de contratação até a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 Compete ao CIS-VERDE, na qualidade de órgão gerenciador, gerenciar e controlar a ata de registro de preços, seus quantitativos e saldos, conduzir procedimentos de negociação ou atualização econômica quando cabíveis, deliberar sobre remanejamentos e adesões admitidos, promover o cancelamento do registro ou da ata nas hipóteses legais, manter as informações atualizadas e realizar as publicações exigidas, além de exercer as demais competências inerentes à gestão do sistema de registro de preços.

5.2 A cada órgão ou entidade participante compete, relativamente à sua contratação, definir as unidades consumidoras, formalizar o contrato, indicar os créditos orçamentários, designar gestor e fiscal, acompanhar e receber a execução, conferir a energia compensada e os demonstrativos de faturamento, realizar empenho, liquidação e pagamento, apurar e aplicar sanções cabíveis, bem como comunicar ao CIS-VERDE fatos que possam repercutir sobre a vigência ou execução do registro.

5.3 O CIS-VERDE, como órgão gerenciador, não assume obrigações orçamentárias, financeiras ou de pagamento decorrentes das contratações formalizadas pelos participantes, cabendo integralmente a cada contratante o cumprimento das obrigações de seu respectivo instrumento.).

ANULADA

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 A presente Ata de Registro de Preços constitui instrumento de registro para futuras contratações e não gera, por si só, obrigação imediata de despesa, reserva orçamentária, empenho ou pagamento.

7.2 A indicação dos créditos orçamentários e a verificação da disponibilidade financeira serão realizadas pelo respectivo órgão ou entidade participante por ocasião da formalização de cada contratação decorrente desta Ata.

7.3 Não haverá indicação de dotação orçamentária própria do CIS-VERDE destinada a suportar despesas decorrentes das contratações formalizadas pelos entes participantes, uma vez que os respectivos pagamentos serão realizados diretamente pelos órgãos ou entidades contratantes

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO, DO REMANEJAMENTO E DOS QUANTITATIVOS

7.1 A utilização da ata por órgão ou entidade não participante somente será admitida quando prevista no edital e juridicamente cabível, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, observada a regulamentação aplicável ao CIS-VERDE.

7.2 A adesão dependerá, entre outros requisitos legais, da demonstração da vantagem e da compatibilidade da condição econômica registrada com a praticada no mercado, bem como da prévia consulta e aceitação do CIS-VERDE e da detentora da ata.

7.3 Os quantitativos decorrentes de adesões observarão os limites legais e regulamentares aplicáveis, podendo ser remanejados entre os participantes, e, quando admitido, para não participantes, mediante autorização do CIS-VERDE e observância dos procedimentos e limites definidos na legislação e regulamentação pertinentes.

7.4 O remanejamento que implicar redução do quantitativo originalmente atribuído a determinado participante dependerá de sua prévia anuência, vedado o acréscimo dos quantitativos máximos originalmente registrados, salvo nos casos de remanejamento regularmente autorizados.

7.5 **DOS LIMITES DAS ADESÕES.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

7.5.1 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

7.6 **DA VIGÊNCIA E DO CADASTRO DE RESERVA**

7.6.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado na forma definida no Edital e na regulamentação aplicável, após sua regular divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

7.6.2 A vigência poderá ser prorrogada por igual período, mediante anuência da DETENTORA e desde que previamente demonstrada a manutenção da vantajosidade da condição econômica registrada.

7.6.3 A vigência dos contratos decorrentes desta Ata será estabelecida nos respectivos instrumentos, podendo ultrapassar o prazo de vigência da Ata quando juridicamente admissível, desde que a contratação tenha sido formalizada durante a validade do registro.

7.6.4 Quando houver formação de cadastro de reserva, este integrará a presente Ata como anexo, observada, em eventual convocação, a ordem de classificação resultante do procedimento licitatório.

7.6.5 A existência da presente Ata implica compromisso da DETENTORA de manter as condições registradas durante sua vigência, mas não obriga os órgãos ou entidades participantes a contratar.

7.7 **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

MINUTA

7.7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastrado reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.7.8 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.7.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.7.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.7.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado. O órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.7.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

I- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

MINUTA

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0 2 0 3 4 3 5 0 0 0 0 1 0 2 - 2 4 F 3 B A B C

7.8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada e a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7.9 DA CONDIÇÃO ECONÔMICA REGISTRADA

7.9.1 O percentual de desconto registrado permanecerá aplicável durante a vigência da Ata e das respectivas contratações, observado o regime jurídico aplicável a cada instrumento.

7.9.2 As alterações ordinárias das tarifas de energia elétrica ou dos componentes que integrem a base econômica definida no Termo de Referência não implicarão, por si só, alteração automática do percentual de desconto registrado, uma vez que a metodologia de faturamento deverá acompanhar a base vigente nos termos definidos no processo.

7.9.3 Eventual alteração da condição econômica registrada dependerá da demonstração de fato superveniente juridicamente apto a produzir repercussão efetiva sobre a equação originalmente estabelecida, mediante documentação técnica e econômico-financeira suficiente e decisão fundamentada do órgão gerenciador.

7.9.4 Caso seja constatado que as condições praticadas no mercado se tornaram mais vantajosas para a Administração, o CIS-VERDE poderá convocar a DETENTORA para negociação destinada à adequação da condição registrada.

7.9.5 Frustrada a negociação e demonstrada a perda de vantajosidade do registro, poderão ser adotadas as providências previstas no Edital e na legislação aplicável, inclusive liberação do fornecedor ou cancelamento do registro, conforme o caso.

7.10 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

I- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, S 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

IV- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.10.2 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I- Por razão de interesse público;

II- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

MINUTA

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

III- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, 8, $ 3º e 27, 8 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2028.

7.11 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.11.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo registrados, nas seguintes situações.

I- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.11.2 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.11.3 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS[1]

10.1 A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços, uma vez sendo contratada estará sujeita pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas no Edital, assim como seus demais anexos, às penalidades de **ADVERTÊNCIA,** nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, com base no art. 156, § 4° e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021 EXTINÇÃO E RESCISÃO **DO CONTRATO,** nos termos, arts. 37, 38 e 39, todos da L. n°. 14.133/2021, observada as pactuações do contrato administrativo - sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste instrumento, em caso de necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.4 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

CLÁUSULA NONA– DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ARP

11.1 O fornecedor, ao assinar a presente Ata de Registro de Preços, declara-se plenamente ciente e de acordo com todas as disposições constantes no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e em seus anexos, obrigando-se a observar fielmente as condições neles estabelecidas.

11.2 É de inteira responsabilidade do proponente a manutenção de dados de contato válidos e atualizados, de forma a assegurar a efetiva comunicação com a Administração. Considerar-se-á frustrada a comunicação caso, após três tentativas via telefone e uma tentativa por e-mail, não haja resposta do fornecedor no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do envio do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE, EFICÁCIA E CONDIÇÕES GERAIS

12.1 A presente Ata será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do CIS-VERDE, observadas as demais formas de publicidade previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

[1] Art. 155, da Lei n°. 14.133/2021

MINUTA

Sistema de Processo Eletrônico - Decreto Federal nº 8.539/2015. Documento principal: PL 058/2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
A autenticidade do documento pode ser conferida em pdfonline.com.br informando o seguinte código:
0203435000010 2-24F3BABC

12.2 A Ata poderá ser formalizada e assinada eletronicamente, considerando-se concluída sua assinatura na data da última assinatura válida das partes.

12.3 As condições específicas relativas à execução, medição, faturamento, nível de desempenho, procedimentos perante a distribuidora, inclusão e alteração das unidades consumidoras, fiscalização, recebimento e demais obrigações operacionais constam do Termo de Referência e dos respectivos instrumentos contratuais.

12.4 A DETENTORA declara, pela assinatura desta Ata, ciência e concordância com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, em sua proposta e nos demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 058/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

14.1 Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos da presente ARP, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

[informar local], **[informar dia]** de **[informar mês]** de 2026.

Gilberto Damas de Sousa Presidente - Consórcio **CIS-VERDE**	**Detentora [informar]** CNPJ n.º **[informar n.º]**

MINUTA